



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Shimênia Vieira de Oliveira

**Devolução de crianças, uma configuração: entre a fantasia da adoção e
a vinculação fraturada**

Uberlândia - MG

2010

Shimênia Vieira de Oliveira

**Devolução de crianças, uma configuração: entre a fantasia da adoção e
a vinculação fraturada**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação do
Instituto de Psicologia da
Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial à obtenção do
Título de Mestre em Psicologia
Aplicada.

Área de concentração: Psicologia da
Intersubjetividade

Orientadora: Profª. Dra. Anamaria
Silva Neves

Uberlândia - MG
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48d Oliveira, Shimênia Vieira de, 1983-
Devolução de crianças, uma configuração [manuscrito] : entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada / Shimênia Vieira de Oliveira. - 2010.
128 f.

Orientadora: Anamaria Silva Neves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.
1. Adoção - Teses. 2. Psicanálise - Teses. I. Neves, Anamaria Silva. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 362.734

Shimênia Vieira de Oliveira

**Devolução de crianças, uma configuração: entre a fantasia da adoção e
a vinculação fraturada**

Dissertação de Mestrado
submetida ao Programa de
Pós-Graduação do Instituto de
Psicologia da Universidade
Federal de Uberlândia, como
requisito parcial à obtenção
do Título de Mestre em
Psicologia Aplicada.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Anamaria Silva Neves
Orientadora (UFU)

Prof^a. Dra Conceição Aparecida Serralha
Examinadora (UFTM)

Prof^a. Dra. Ana Maria Loffredo
Examinadora (USP)

Uberlândia, 09 de julho de 2010.

*Com muito carinho,
às crianças adotadas,
aos seus familiares e
aos profissionais que
trabalham para a
construção de um
mundo melhor.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pela oportunidade de aqui estar e pelas situações que tornaram possível a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Antônio e Vilma, pelo amor e apoio incondicionais nessa trajetória que empreendi.

Às minhas irmãs, Isabela e Vívian, pela amizade, assistência e colaboração sem fim.

Ao meu marido, Ricardo Bruno, pelas noites em claro, sugestões e apoio, que, mesmo distante, esteve tão perto de mim quanto meu coração.

Aos meus familiares e amigos, pelo incentivo, entusiasmo e consideração.

À minha orientadora, Anamaria Silva Neves, que me instigou a pensar, a criticar, a confrontar e, principalmente, por ter acreditado em mim, acolhendo-me em minhas profundas inquietações.

Às professoras Maria Lúcia Castilho Romera, Ana Maria Loffredo, Marcionila Rodrigues da Silva Brito, Sílvia Maria Cintra da Silva, Anna Karynne Silva Melo, Luiza Freitas e Conceição Serralha por suas preciosas contribuições que me permitiram traçar limites e possibilidades na escrita deste estudo e como mestres inspiram exemplos de dedicação e amor ao trabalho que fazem.

A todos os participantes desse estudo que se dispuseram a compartilhar comigo suas vivências e histórias, meu profundo respeito e gratidão.

RESUMO

Devolução de crianças, uma configuração: entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada

Oliveira, S.V. ; Neves, A.S.

Instituto de Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia

2010

A devolução de crianças está inserida em um contexto de produções acadêmicas ainda escassas e constitui um *tabu* para a sociedade de maneira geral. Este trabalho teve como objetivo central abordar a devolução da criança Ana, devolvida pelos pretensos pais à adoção. Elementos de vinculação afetiva embasaram a análise da história da criança que, abandonada pela família biológica, foi abrigada, ficou sob guarda de um casal que a devolveu, vivenciou outro abrigamento e, ao final, foi adotada. Os objetivos específicos envolveram a investigação sobre a dimensão subjetiva dessa criança a partir de uma série de rupturas de vínculos, apreendendo aspectos da fragilidade da família biológica e compreendendo as significações produzidas pela família pretendente à adoção. As entrevistas abertas, impulsionadas por uma questão disparadora, foram dirigidas a onze participantes (os pais biológicos de Ana, os pais que a devolveram, os pais que a adotaram, a juíza, a assistente social, a psicóloga, a cuidadora e o coordenador do abrigo) em entrevistas individuais e grupais, estas últimas em relação ao casal pretendente que devolveu a criança e ao casal que adotou. O referencial psicanalítico, com o método interpretativo - elemento estruturante da escuta - amparou a análise dos fenômenos, organizada sob a forma de contos. A devolução, mobilizada por conflitos inconscientes dos pais pretendentes à adoção, aconteceu em um contexto de negação, delimitando um campo de violência e rejeição, fazendo emergir a suposta filha, Ana-Anita, um *estrano familiar*. No cenário institucional, a devolução revelou, sintomaticamente, profissionais resistentes à escuta da subjetividade dos fenômenos familiares. A devolução, vivenciada contratransferencialmente nesta pesquisa, sinalizou para o caos da impotência, do abandono e da falta como elementos inerentes à organização do universo simbólico dos sujeitos envolvidos neste processo.

Palavras-chave: devolução, adoção, vínculo afetivo e Psicanálise.

ABSTRACT

Return of children, a setting: between adoption's fantasy and fractured linking

Oliveira, S.V. ; Neves, A. S.

Institute of Psychology - Federal University of Uberlândia

2010

The return of a child is inserted in a context of academic productions still scarce and is considered a taboo for society in general. This study's objective was to address the issue of the return of a child, Ana, who was returned by the prospective adoptive parents. Some elements of affectionate bonds based this analysis that started with the biological family, from adoptive parents who returned the child, through sheltered, and culminated in an adoption. The specific objectives comprehended the investigation about the child's subjectivity from a series of broken links, learn aspects of fragility of the biological family in the rupture of family ties, and understand the meanings produced by the prospective adoptive family on the experience of returning the child and by professionals. The interviews had an open character, actuated by a triggering point, and were directed to eleven participants in individual and group interviews, the latter in relation to the prospective couple who returned the child and the adoptive couple. The research collaborators are the people with whom the child has established ties, or that were involved in this adoption process, such as the biological parents, the parents who returned the children, the adoptive parents, the judge, the social worker, the psychologist, the caregiver, and coordinator of the shelter. The psychoanalytic approach using the interpretative method – a structural element of listening – based the analysis of the phenomena that was organized in the form of short stories. The return was mobilized by unconscious conflicts of the parents to the adoption applicants, took place in a context of denial, delimiting a field of violence and rejection, by revealing the supposed daughter, Ana, Anita, a strange family. In the institutional setting, devolution has, significantly, professional resistance to listening to the subjectivity of familiar phenomena.

Keywords: return, adoption, family bonding and Psychoanalysis.

“Procriar é uma condição dada pela natureza, criar é uma responsabilidade no âmbito da ética entre os homens. Procriar é um momento; criar é um processo. Procriar é fisiológico; criar é afetivo.”

(Luiz Schettini Filho, 2001)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – à página 85

Referente à vinculação de Ana na família biológica e consequente separação dos pais biológicos culminando no acolhimento institucional (Conto I).

Quadro 2 – à página 94

Referente à idealização do filho na família pretendente à adoção e a desconstrução do ideal parental representada pela devolução de Ana.

Quadro 3 – à página 104

Referente à vinculação de Ana na família adotiva estrangeira representando a elaboração do luto quanto às rupturas e perdas anteriores de Ana para possibilitar sua entrada na nova família.

Sumário

I.INTRODUÇÃO: Do abandonar ao devolver	12
1.Breves considerações contemporâneas	19
2.Objetivos: geral e específicos.....	23
II.CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE ADOÇÃO	24
1.A história da infância abandonada no Brasil.....	24
2.Adoção: a evolução de uma prática possível... ou não!	29
3.A devolução: da adoção sonhada à adoção im-possível	36
III.A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA E DO VÍNCULO: delineando um lugar	44
1.Laços de Família: um parentesco?	48
2.Psicologia e Direito: uma interface crítica	52
IV.O CAMINHO METODOLÓGICO: possibilidades de um saber	55
1.Considerações iniciais: Contornando desenhos	55
2.O percurso: Um encontro com a Psicanálise	57
3.A “entre-vista” como ponto fundante na construção do método	62
4.Contos, uma narrativa de sentidos	66
V.ANÁLISES: fragmentos de uma história desvelando a ânsia por uma integração	70
1.Descrição dos Sujeitos dos Contos: no Elenco	70
2.Quando as cortinas se abrem...	85
2.1.Conto I: Ana e a ponte quebrada	85
2.1.1.Análise do Conto I	88
2.2.Conto II: Ana, Anita e um amor em pedaços	94
2.2.1.Análise do Conto II	99
2.3.Conto III: Ana, a morte da lagarta e o desprendimento do casulo	104
2.3.1.Análise do Conto III	107

VI.SOBRE CONCLUSÕES E DEVOLUÇÕES	113
VII.REFERÊNCIAS.....	118
ANEXO I	127
ANEXO II	128

I. INTRODUÇÃO: Do abandonar ao devolver

O século XX foi considerado um dos mais relevantes quanto à abordagem e concepção da infância, quanto à criação de políticas públicas e quanto à efervescência dos questionamentos em torno da infância e adolescência abandonadas. Especificamente o tema da adoção de crianças tem suscitado várias discussões, principalmente a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990). Nele, a proposição dos Direitos Fundamentais considera a criança e o adolescente como sujeitos de direitos: direito à vida, à saúde, à dignidade, à liberdade, ao respeito, ao lazer, e à convivência familiar e comunitária, delineando um modo diferente de se perceber a criança e o adolescente não mais como subjugados. A adoção, por sua vez, adentra este campo para viabilizar que o direito da criança ao bem-estar e ao convívio com a família e com a comunidade seja resguardado e garantido. Por adoção, entende-se, segundo o Art. 41 (ECA, 1990), o ato de atribuir a condição de filho ao adotado, sendo que este gozará dos mesmos direitos e deveres, “inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais” (p. 19). O Art. 28 § 1º (ECA, 1990, p.16) ressalta que, “sempre que possível, a opinião da criança ou do adolescente deve ser previamente ouvida e considerada”. Esta afirmação corrobora a idéia de que há a possibilidade de uma construção do lugar do sujeito de direitos, que se expressa e opina sua vontade, especialmente em processos complexos como a adoção.

O século XXI, por sua vez, iniciou-se acompanhando esse movimento, aprofundando mudanças e reflexões sobre o tema da adoção. Um exemplo importante está na Lei nº 12.010, (Lei Nacional de Adoção), de 29 de julho de 2009, que dispõe a propósito desse assunto e faz alterações na Lei nº 8.069, o respectivo ECA. Dentre as várias modificações propostas, a nova lei prioriza (Art. 1º § 1º) a orientação, apoio e promoção social da família natural, junto à qual a criança, ou adolescente deve

permanecer. De diversas formas, a Lei nº 12.010 tenta garantir a prioridade do convívio familiar. O Art. 34, por exemplo, versa sobre o incentivo, por meio de assistência jurídica, ao acolhimento, sob a forma de guarda, da criança ou adolescente afastado da convivência familiar. E de forma contundente, ele reforça a excepcionalidade e irrevogabilidade da medida de adoção, que apenas deverá ocorrer em última instância, quando esgotados todos outros recursos.

O meu interesse pelo tema coincide com minha trajetória como pesquisadora, ainda na graduação, com um trabalho de campo realizado em um abrigo da cidade de Fortaleza, no Ceará, como requisito de avaliação da disciplina de Psicologia Social I. O trabalho objetivou abordar a representação social dos sujeitos que se encontravam em instituições fechadas. Foram realizadas visitas ao abrigo, perfazendo um período de convivência de seis meses, com observações e contato direto com as crianças abrigadas e com os trabalhadores da instituição. Todos se mostraram muito receptivos e solícitos. Durante essa experiência, não pude me negar a olhar para o apelo afetivo e faltante destas crianças na condição de sujeitos em situação de abrigamento. Pude perceber nitidamente a carência afetiva e o pedido de ajuda de uma delas: “*tia, me leve pra sua casa!?*” e à qual não me permiti ficar indiferente (Oliveira, 2006). A partir dessa experiência, iniciaram-se os questionamentos que resultaram em um trabalho de conclusão do curso de graduação, a monografia.

Neste trabalho de pesquisa, a questão central do estudo foi o modo de vinculação afetiva baseada no rodízio de cuidadoras, por isso o título “*O vivenciar da vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção*”. A pesquisa surgiu a partir do meu incômodo em relação à prática de acompanhamento das crianças realizada pelas atendentes (como eram chamadas as cuidadoras) do abrigo. Essa forma de assistência consistia em um rodízio entre as atendentes para que elas pudessem

cuidar das crianças de maneira que não se consolidassem vínculos afetivos. A qualquer instante, alguma daquelas crianças poderia ser adotada e o processo de separação se tornaria mais doloroso e difícil depois que o apego estivesse se estabelecido (Oliveira, 2006). Dessa forma, configurava-se uma prática para o não-vínculo, ou para vinculações empobrecidas, provisórias, sem um comprometimento mais profundo dos sujeitos em suas relações de afetividade.

Este percurso foi permeado, então, por inquietação e busca por explicações que justificassem a prática do rodízio das atendentes naquela instituição. Desse modo, era perturbador pensar na forma como as crianças estariam vivenciando seus laços afetivos com as pessoas à sua volta, considerando essa estratégia institucional, que buscava minimizar as possibilidades de que relações de apego fossem estabelecidas. A preocupação da instituição era garantir uma boa relação com as crianças abrigadas, sem tornar difícil o processo de saída delas caso fossem adotadas (Oliveira, 2006). Logo, emergiu a vontade de estudar os vínculos afetivos nesse contexto de abrigamento. Foi um trabalho pautado em uma metodologia fenomenológica, abordando autores como Forghieri, Merleau-Ponty dentre outros.

Assim, quando me candidatei ao mestrado, apresentei elementos que remetiam ao foco da criança abandonada e institucionalizada - aportados no referencial psicanalítico - com os autores Freud e Herrmann ampliando o caráter interpretativo dos conteúdos emergentes da pesquisa. Outras questões foram se sobressaindo ao tema do abandono e do abrigamento, caminhando para a adoção e se consolidando no trabalho sobre a devolução de crianças. O tema da adoção ancora e se caracteriza como fundo contextual para a devolução. Outro aspecto que adquiriu sentido relevante, ao longo do trabalho, foi a interdisciplinaridade. A necessidade de uma interface com outras disciplinas emergiu como possibilidade de integrar saberes específicos para uma

compreensão mais ampla do fenômeno da devolução. Para Japiassu (1976), a interdisciplinaridade representa uma intersecção entre as disciplinas, caracterizada por um eixo comum que imprime sentido e integra os elementos das várias áreas que o compõem para atingir uma finalidade. Para a presente pesquisa, o eixo axiomático se constitui de um projeto de investigação científica que tem a vinculação afetiva a partir de uma situação de devolução como fenômeno central de análise. O trabalho se baseia em um estudo de caso de uma criança, que chamarei de Ana, sete anos, que foi devolvida pelos pais pretendentes à adoção, após ter estado sob a guarda temporária deles. Na pesquisa, perpassam elementos que vão desde a concepção de família até à noção histórica de abandono, de infância e das leis que regem as relações entre os indivíduos. Tais elementos estão relacionados com a proposta do trabalho que visa percorrer, por meio do método psicanalítico, a história de vínculos afetivos da criança. Nele, serão considerados temas de relevância como a constituição psíquica desta criança a partir de uma experiência de ruptura de vínculos, a apreensão de sentidos das famílias, adotivas e biológica, sobre a questão da vinculação, bem como uma abrangência acerca das mudanças instituídas na Lei de adoção que façam alusão aos vínculos e à sua possível ruptura.

Ao longo da apresentação dos capítulos, procurei traçar relações intercambiantes entre a percepção do fenômeno da devolução, a interpretação do que emergiu no movimento de transferência e contratransferência como possibilidade de construção para um novo conhecimento acerca dos vínculos afetivos dessa criança. As rupturas afetivas permeiam toda a história de vida de Ana desde sua família biológica, passando pela devolução e culminando em uma nova adoção.

Além dessa introdução, dos objetivos e da conclusão, a presente dissertação está organizada em cinco capítulos, referenciados a partir do terceiro.

O terceiro capítulo introduz as considerações de uma compreensão psicanalítica acerca da família e do vínculo. A construção desses dois aspectos é percebida por mim como o delineamento de um lugar único que é a formação dos laços entre os sujeitos e, como, a partir deles, a Psicanálise comprehende a constituição da subjetividade. Para tanto, recorro a Freud (1996) com seus escritos clássicos como *Os Três ensaios sobre a sexualidade* (1905), *Totem e Tabu* (1913), *Romances Familiares* (1908) e *Os instintos e suas vicissitudes* (1915) buscando ressaltar elementos que depreendem o vínculo familiar como estruturante para o sujeito. Nesse mesmo capítulo, faço algumas considerações sobre a Psicologia, o Direito e a Antropologia ressaltando a importância desta interface na discussão da família e do vínculo em adoção. Como supõe Vieira (2004), a visão antropológica – que apreende a configuração familiar como elemento cultural, social e histórico – enriquece a reflexão sobre a identidade da família com os sujeitos que a compõem e as transformações que são implementadas na sociedade.

No quarto capítulo, retomo a historicidade da infância abandonada no Brasil. Entendendo o contexto do caso de Ana, o abandono assume um lugar preponderante, pois está relacionado diretamente com o primeiro momento que vincula Ana à sua família biológica. Além disso, menciono Azôr (2005), Ribeiro e Ciampone (2002), Siqueira e Dell'Aglio (2006), que focam seus estudos na institucionalização e sua repercussão na constituição da criança e do adolescente, para abordar o abrigamento e suas suscetibilidades como afetações aos indivíduos enquanto sujeitos em desenvolvimento. O abandono se reveste de igual importância nos estudos sobre adoção, sendo considerado a pedra angular para a situação de abrigamento dado seu caráter sócio-histórico-cultural, como o pressupõem Vieira (2004), Marcílio (1997) e Ribeiro (2006).

O quinto capítulo remete à adoção enquanto um fenômeno compreendido historicamente, em que é caracterizado como uma prática antiga, porém com relevantes transformações em sociedade. No campo da Psicologia, o tema da adoção surge perpassado por outros fenômenos e, assim como aquele, tornam- se objeto de estudo de diversos profissionais e pesquisadores da área. Alguns autores como Weber (1999), Vargas (1998) e Freire (2001) ressaltam a adoção como instituto para o qual deve haver uma preparação dos profissionais técnicos, dos pais pretendentes e da criança a ser adotada, considerando a dimensão da família nesse contexto. Suannes (2008) e Caffé (2003) atentam para o olhar na intersecção Psicanálise e Direito, correlacionando a atuação do psicólogo junto às Varas de Família quanto aos processos de adoção, guarda e destituição do poder familiar. Neste mesmo capítulo, adentro a temática da devolução como possibilidade no campo da adoção. A devolução ainda se reveste de preconceito e tabu tanto por quem devolve, quanto por quem trabalha nessa área e pela sociedade em geral. Estudos como Ghirardi (2008), Costa e Rossetti-Ferreira (2007) abordam a devolução e a adoção tardia como aspectos relevantes do processo de adoção que devem ser cuidados e considerados em suas peculiaridades.

No sexto capítulo, são exploradas teoricamente as questões metodológicas. Estas são percebidas como um percurso metodológico por meio do qual estabeleci os parâmetros para olhar e sentir as vivências como possibilidades de construção e reconstrução do conhecimento. Utilizando a noção de campo explicitada por Herrmann (2001), acompanha-se o conceito de ruptura de campo como a forma mesma de produção do conhecimento psicanalítico. E, a partir do movimento de quebras, rachaduras, fissuras no campo rigidamente estruturado pela psique por meio da escuta e da apreensão dos sentidos imbricados no discurso daquele é ouvido, é que se constitui o cenário propício para a construção do saber. A interpretação é referida como o processo

pelo qual estas rupturas se tornam inundadas de sentido a partir da relação com o outro. Ainda neste capítulo, exponho o encontro com a Psicanálise como a via de acesso ao meu novo momento diante do método nesta pesquisa e ressalto a entrevista como ferramenta essencial em minha mobilização no trabalho de campo com os sujeitos envolvidos no caso de Ana.

Para o sétimo capítulo, reservo a descrição dos sujeitos, a apresentação dos resultados na forma de contos e a posterior análise dos mesmos sob a ótica psicanalítica. Imergindo nos aspectos inconscientes da vinculação afetiva de Ana nos três diversos contextos familiares e no contexto de abrigamento, exponho os resultados obtidos em entrevistas, observações e buscas documentais nos moldes de contos. Estes foram divididos em três, cada qual abrangendo um momento específico da vida de Ana. Logo ao final de cada um deles, elaboro a análise com vistas a considerar os aspectos referentes ao vínculo que emergiram como fenômenos relevantes na escuta dos personagens ali interpretados. A Literatura, assim como a Antropologia, adentram o campo desta pesquisa como oportunidade de interlocução. A elaboração dos contos atuou como um pano de fundo estruturante e organizador dos conteúdos, ressaltando os aspectos psicanalíticos (inconscientes) percebidos nas entrelinhas do discurso dos sujeitos entrevistados.

Nas considerações finais, retomo as principais questões desenvolvidas no trabalho. As formulações teóricas foram articuladas com os elementos da vivência no campo da pesquisa buscando resguardar a potencialidade criativa e enriquecedora que advém do encontro humano.

1. Breves considerações contemporâneas

O século XX apresentou ao mundo inovações científicas das mais variadas. Algumas delas tiveram o intuito de solucionar os problemas de infertilidade conjugal, com a promessa instigante e desafiadora de desenvolver técnicas primorosas para transpor qualquer obstáculo à reprodução humana. Destaca-se a importância da evolução científica na área da medicina reprodutiva, que têm ajudado casais estéreis a concretizar o sonho de ter um filho biológico. Nesse sentido, é importante citar técnicas adotadas com êxito, como as doações de óvulos e espermatozóides, o tratamento com útero de substituição, a inseminação artificial, a fertilização *in vitro* - bebê de proveta e outros avanços como a escolha genética das características do embrião (Queiroz, 2001).

Às voltas com o aparato tecnológico, com a circulação cada vez mais rápida das informações e a fluidez das relações afetivas, o homem contemporâneo ainda se percebe repleto de perguntas sem respostas (Bauman, 2001). O autor considera que, na sociedade contemporânea, as relações afetivas são vivenciadas com fragilidade e fluidez, movem-se sem muitos obstáculos, em um frenético e constante movimento, em que as trocas e a facilidade para se desvincular afetivamente do outro se tornam cada vez mais comuns. Figueiredo (2003) ressalta a dificuldade do homem contemporâneo de poder enfrentar antigas fontes de mal-estar como a ambivalência, a incerteza e a irresolução com mais tolerância e menos rigidez, a fim de que haja mais possibilidade para o respeito e o contato com as alteridades próprias e alheias. A evolução científica e tecnológica propõe superar dificuldades de modo a desafiar o conhecimento e velhos paradigmas. Ela se coloca entre as relações humanas convocando o sujeito a evitar frustrações, a escolher detalhadamente e a formatar o objeto de seu desejo à maneira que acredita ser realmente aquilo que deseja. A possibilidade da ilusão do homem de construir uma realidade, isenta de limitações e frustrações, coloca-o em um lugar de

poder em relação às suas escolhas e, raras vezes, impele-o a questionar qual é mesmo seu desejo, em que momento ele se reconhece nas obras que empreende? Como diria Herrmann (1999, p.14) em uma “civilização tecnológica ocidental”, em que o próprio homem não reconhece a casa que construiu, o que se configura mesmo como o objeto desejado que proporciona a felicidade haja vista que a casa que deveria representá-lo o próprio sujeito a renega, como ao inconsciente?

No contexto da adoção, a escolha da criança a ser adotada se constitui um momento importante, pois emerge para a realidade os ambíguos sentimentos de desejar um filho como objeto de amor. É nesse espaço que as frustrações, as limitações e as idealizações adentram o campo real, convocando os sujeitos, pais, filhos e demais familiares a reconhecerem no filho escolhido uma representação de si mesmos. O sentimento de pertença, criado a partir da vinculação, permite a incorporação de um novo membro no grupo familiar e toda uma rede de relações aí implicadas. Na adoção, as idealizações do filho, do lar e da família emergem como eixo fundamental e situam essa prática antiga enquanto dispositivo social acionado diante do desejo de se ter filhos. Para se efetivar uma adoção, o pretendente deve escolher o perfil da criança que deseja adotar, o que inclui, dentre outros aspectos, a idade e o sexo. Pensando em um âmbito mais amplo, com a evolução tecnológica e científica, atualmente famílias com muitos recursos têm a oportunidade inclusive de escolher os genes de seus filhos biológicos que aportem para determinadas características que perfazem o suposto desejo dos pais para com a imagem do filho. Assim, o que se questiona é: o que ocorre quando estas características não condizem com a realidade? É sobre o poder de escolha e sobre os desafios no âmbito da adoção que a devolução está inserida como um campo que representa o encontro com o objeto desidealizado, frustrante e im-possível de ser alcançado como é, muitas vezes, a criança devolvida.

Várias perguntas têm situado a antiga questão da adoção na sociedade atual e muitas respostas têm sustentado este lugar. Exemplos disso são as alternativas criadas para sensibilizar as pessoas a fim de que adotem uma criança, que incluem campanhas, propagandas e o desenvolvimento de sistemas que facilitam o acesso às crianças disponíveis para a adoção, como o Cadastro Nacional de Adoção (Conselho Nacional de Justiça, 2008). A sensibilização e a introdução de medidas que visem minimizar a distância entre pais desejosos de filhos e crianças desejosas de pais incitam reflexões não menos relevantes sobre o que constitui esse desejo, para além das estruturas governamentais e não-governamentais, dinâmicas sociais e instâncias jurídicas.

Há um aspecto fundamental a ser abordado na análise psicossocial dos pais pretendentes à adoção. A dimensão psicológica e afetiva pode ser uma das mais complexas de se compreender em um estudo psicossocial, pois não se trabalha com desejos explicitados, segredos falados e dificuldades claramente nomeadas. Campos e Costa (2004) afirmam que os técnicos lidam tanto com o comportamento público quanto com o encoberto, enfatizando a difícil tarefa de seleção e escolha dos pais adotivos. Em uma análise desta natureza, os técnicos envolvidos nos processos de adoção adquirem o caráter da lei e se encontram em uma tênue linha entre estar a serviço do poder judiciário e estar a serviço dos pais adotantes e até mesmo da criança. Para Weber (1999), os técnicos que trabalham nos Juizados da Infância e da Juventude passam a arcar com a responsabilidade pela escolha dos chamados pais ideais e pelos erros e acertos do processo de adoção. A autora ressalta ainda o caráter de não-neutralidade no qual estão imersos os profissionais, envolvidos por aspectos sociais, subjetivos, teóricos, políticos, pessoais e outros na busca pela família “adequada” para adotar uma criança (Weber, 1999, p.36).

Assim, torna-se complexo, para o trabalho dos técnicos, alcançar, ou se aproximar, do real desejo dos pais em adotar a criança, perceber o que este filho adotado pode representar para a família e, principalmente, concluir se são pessoas com as quais o processo de adoção terá êxito. Portanto, há duas questões básicas a serem avaliadas no estudo psicossocial: a sócio-econômica e a psicológica, sendo que a primeira comprehende as condições materiais para que sejam supridas necessidades fisiológicas da criança, e a segunda, que abrange o contexto de investimento afetivo e emocional que a família pode oferecer ao adotado, bem como a disponibilidade da criança em estar com estes pais.

A possibilidade de construção da família é ponto fundante nesse processo. Apesar de ser um ato jurídico que consolida relações, a escolha afetiva está implícita no ato de adotar, tanto do lado parental quanto do lado da criança. Ambas as partes necessitam ser afirmadas na relação, fazendo emergir os sentimentos de paternidade, maternidade e filiação. As decisões e responsabilidades legais ficam a cargo do casal, ou do indivíduo adotante (uma só pessoa), porém a criança também possui autonomia no sentido de poder escolher afetiva e subjetivamente se deseja consolidar uma relação familiar com os pretensos adotantes.

Ghirardi (2008) defende que a criança deve estar incluída no imaginário parental e não posta externamente como aquele que é o “estranho”. Para isso, processos psíquicos de identificação possibilitam aos pais atribuir-lhe semelhanças, construindo um lugar familiar para ela em seu imaginário e propiciando a inscrição da alteridade nesse campo de relação. Essa identificação faz com que a criança seja acolhida e aceita como diferente, mas não como estranha ao seio familiar. Para a autora, tal movimento psíquico facilita o êxito em um caso de adoção. Caso contrário, aumentam consideravelmente as chances de que a criança, tanto quanto os pais, vivenciem

situações de sofrimento como a devolução e a violência doméstica. A palavra devolução possui um significado básico de retornar, levar de volta e ainda, como ressaltou Ghirardi (2008), sua etimologia é circunscrita pelos sinônimos de vomitar, extirpar, por para fora. No caso da adoção, uma compreensão da identificação dos pais com seus filhos adotivos, remete a algo que lhe pode parecer familiar. Quando há somente estranheza permeando esses laços, o filho é percebido como um “estranho” no ninho. Por meio das relações estabelecidas entre seus membros, a família possibilita, ou não, a constituição de um lugar de sujeito para os indivíduos nela inseridos. Em termos psicológicos, a família pode ser compreendida como a matriz de uma identidade relacional.

2. Objetivos

Geral

Analizar o campo das relações vinculares de uma criança devolvida desde seu abandono, passando pelo acolhimento institucional e pela devolução, e culminando em uma nova adoção.

Específicos

Apreender os aspectos relacionados à fragilidade da organização afetiva família biológica que implicaram na ruptura dos vínculos familiares e consequente abrigamento dos filhos.

Apresentar as significações produzidas pela família pretendente à adoção sobre a vivência de devolução da criança.

Compreender as argumentações dos profissionais das diferentes instituições envolvidas nos processos de abrigamento, devolução e adoção da criança Ana.

II. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE ADOÇÃO

1. A história da infância abandonada no Brasil

O abandono de crianças, especificamente em nossa cultura, é um fenômeno tão antigo quanto a sociedade. O ato de abandonar assumiu diversas funções ao longo do tempo no contexto histórico e consequentemente moral. Nunca se caracterizou como um ato inteiramente reprovado pelos aparelhos ideológicos instituídos como a Igreja, o Estado ou a própria sociedade, até a elaboração da Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959. Vieira (2004) ressalta que o abandono de crianças chegou a ser visto como uma saída digna para evitar faltas consideradas mais graves como o aborto, o infanticídio e a desonra pública de uma família advinda do reconhecimento de um filho fora do casamento. Para além dessas justificativas de cunho moral, havia outras razões que motivavam a exposição de crianças, pois se tratava de uma maneira muito comum de controlar o tamanho das famílias e conter uma futura fragmentação excessiva da propriedade familiar nas localidades em que vigorava o sistema de herança igualitária, na qual a propriedade paterna deveria ser igualmente repartida entre os filhos, independente da ordem de nascimento.

O reconhecimento dos filhos fora do casamento era revestido de muito preconceito. Atrelado a isto, não havia ações, ou nem mesmo uma preocupação social destinada às questões de proteção à infância em geral. Eram marcantes os índices de mortalidade infantil, haja vista que no período colonial não havia cuidados especiais voltados à criança (Ribeiro, 2006).

Como reflexo desta prática, a assistência institucional era rudimentar durante o período do Império e a noção de proteção à infância iniciava seus primeiros passos. No Brasil, a primeira medida oficial dirigida especificamente à infância desvalida data de

1553. Assinada por D. João II, a determinação vinda da metrópole portuguesa se limitava a definir que os órfãos teriam alimentação garantida pelos administradores da colônia (Ferreira e Carvalho, 2000). Ribeiro (2006) realizou um estudo sobre a atenção específica voltada para a criança portadora de doença mental que era discriminada e não possuía serviços voltados para estes cuidados peculiares. O autor traçou um percurso caracterizado especialmente pela evolução do discurso médico, embasado nos ideais higienistas, para a implementação de ações que visassem a educação, proteção e cuidado das crianças. Outros autores como Kramer (1992) reforçam a afirmação de que mesmo as instituições direcionadas às classes desfavorecidas, como o Asilo dos Meninos Desvalidos (Rio de Janeiro, 1875), não eram suficientes para abarcar a demanda de saúde e de educação da população brasileira.

As primeiras instituições assistenciais de amparo à criança abandonada, as Santas Casas de Misericórdia, onde funcionavam as Rodas dos Expostos, surgiram no século XVIII, e ainda assim, permaneceram limitadas aos maiores centros urbanos do período: Rio de Janeiro, Salvador e Recife. A roda era constituída de um cilindro de madeira, em uma parede ou muro com abertura de um único lado, voltada para a rua, em que a mãe, ou alguma outra pessoa, imbuída da ação de se desfazer do bebê, colocava-o envolto em panos e rodava a fim de que a criança fosse ali deixada. Das instituições de assistência existentes, raras eram destinadas à infância.

Nessas instituições que ofereciam o serviço das Rodas, Merisse (1997) afirma que eram oferecidos abrigo e alimentação às crianças órfãs abandonadas por meio de um trabalho realizado fundamentalmente sob o domínio da Igreja Católica e de grupos leigos de caráter filantrópico, estruturado conforme o discurso da prática de caridade. As crianças acolhidas não possuíam famílias, ou pessoa alguma que por elas se responsabilizasse. Estas casas de abrigo não conseguiam contribuir para a queda das

taxas de mortalidade infantil, tendo continuado muito alto o índice de crianças que morriam nessas instituições.

A legislação portuguesa previa que as Câmaras Municipais se encarregariam da criação das crianças expostas em caso de não existirem Irmandades ou Santas Casas de Misericórdia que pudessem se responsabilizar pelos enjeitados. Cabia às Câmaras Municipais arcar com o pagamento de amas de leite durante os três primeiros anos de vida do bebê, nos quatro anos seguintes, essas mulheres recebiam uma remuneração um pouco menor para cuidarem das crianças. No transcorrer desses anos, as amas deveriam periodicamente apresentar a criança à Câmara Municipal. No entanto, não raro as Câmaras descumpriam a lei e não pagavam as amas, o que pode ter contribuído para que muitas vidas tenham sido ceifadas prematuramente (Marcílio, 1997).

As crianças que sobreviviam e chegavam a completar sete anos eram julgadas aptas a ter sua força de trabalho explorada, seja pela ama, pelas forças armadas, ou por irmandades religiosas. Acontecia também, ao término do período de criação em casas de amas, de a criança não ter para onde ir, ficando pelas ruas, prostituindo-se, vivendo de esmolas ou de pequenos furtos. Todavia, amas de leite ou famílias criadeiras – como eram chamadas as famílias remuneradas pelas Câmaras Municipais, ou Casas de Misericórdia que acolhiam os expostos em seus primeiros anos de vida – às vezes, buscavam integrar as crianças às suas próprias famílias. Nesses casos, chegavam a despesar recursos próprios para sustentá-las e permaneciam com elas, mesmo depois de findado o período assistencial previsto (Venâncio, 1999).

Segundo Marcílio (1997), para os cuidados reservados à infância pobre no século XIX, a principal referência encontrada eram as Rodas dos Expostos. A partir da segunda metade do século XIX, surgiram os primeiros jardins de infância (no Rio de

Janeiro e na Bahia, em 1875, e em São Paulo, em 1877) e as primeiras creches (no Rio de Janeiro, em 1889) (Ribeiro, 2006).

Durante o período da República, começaram a ocorrer mudanças no cenário sócio-político, favorecendo novas formas de pensar a sociedade. Com a libertação dos escravos, em 1888, e posteriormente a vinda de imigrantes europeus, o contexto urbano foi adquirindo proporções cada vez maiores nas principais cidades brasileiras. A população de baixa renda aumentou consideravelmente, o que incluía também o aumento da população infantil, todos sujeitos às condições subumanas de vida que despertavam nas elites sentimentos ambivalentes de pena e repulsa, paternalismo e repúdio (Ribeiro, 2006). No período da República Velha, a concepção que se tinha sobre a infância abandonada era de que esta se caracterizava como um problema social e, portanto, deveria ser tratado como tal; por isso o caráter correccional-repressivo imposto a esta população, que era vista como uma ameaça à sociedade. Assim, a criança e/ou o adolescente deveria ser isolado e regenerado para depois ser devolvido à sociedade.

Pereira (1992) *apud* Ribeiro (2006) ressalta que:

“uma série de elementos reforçou a imagem negativa do "populacho", como as epidemias, que se iniciavam nas zonas pobres, o aumento da criminalidade, da mendicância, do comércio ambulante e as reações políticas, como as greves e os motins... Neste novo quadro urbano, a figura da mãe pobre, perambulando pelas ruas com seus filhos subnutridos, e dos menores abandonados, envolvidos o mais das vezes, com atividades suspeitas mudou de figura, gerando discursos ideológica e profissionalmente especializados: os médicos, preocupados com as crianças, os juristas, com os menores.” (p. 50).

Assim, iniciou-se um movimento para se discutir, refletir propostas de assistência, em campos importantes das ciências humanas, sociais e da saúde em um contexto que, até então, abarcava somente as crianças das classes favorecidas economicamente. Com a abolição das rodas e uma crença religiosa fortemente arraigada, as classes mais privilegiadas da sociedade buscavam na prática da caridade uma maneira de garantir a salvação de sua alma. Assim, começaram a ser organizadas as primeiras instituições para abrigo de crianças.

A partir dessa concepção, as novas leis que foram criadas visavam tanto a proteção dos abandonados como a reinserção do menor infrator de maneira adequada na sociedade. De sujeito abandonado ele passa a ser visto como infrator, e de um lugar assistido pela Igreja e pelas obras de caridade, ele se torna um indivíduo que necessita ser reajustado pelas instituições judiciárias. No início do século XX, por volta de 1924, é criado e regulamentado pelo Judiciário o Juizado de Menores, e em 1927 é que surgem os primeiros códigos de leis direcionados à infância desvalida, com o chamado Código de Menores. Assim, a criança e o adolescente passam a ter uma legislação especial. Nesse contexto também é que ocorrem as mudanças quanto à idade de responsabilidade penal que inicia aos nove anos, passa aos catorze e se estabelece aos dezoito com o Código Penal de 1940. O Estado assumiu, a partir de então, a responsabilidade legal pela tutela da criança órfã e abandonada. Aqui se iniciou também a definição da política de adoção no país.

Nos anos 1960, foram criadas instituições totais, os abrigos, que visavam a proteção, a educação e a capacitação da infância e da adolescência considerada delinquente. Em 1964, foi criada a Política Nacional do Bem-Estar do Menor e, posteriormente, a Funabem, órgão federal normativo, e a Febem, estadual, como órgãos executores. O enfoque a este público passou, então, do universo correccional-repressivo

para a versão e abordagem assistencialista. A criança e/ou o adolescente passam a ser vistos como indivíduos carentes (Oliveira, 2006).

Por último, ao final da década de 1970 até meados da década de 1990, com o processo de abertura democrática, iniciou-se um movimento de educação progressista, com a mobilização de educadores e trabalhadores sociais da área. Posteriormente, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), fortifica-se a visão da criança e do adolescente representados como sujeitos de sua própria história, com direitos e deveres a serem respeitados. Um dos direitos previstos no ECA diz respeito à vida, à família, ao lazer e à educação. Portanto, o Estado passou a ter o dever de garantir que a criança e o adolescente possam se desenvolver em um ambiente familiar, saudável, com direito ao lazer, à cultura, à saúde e à educação. Neste contexto, localiza-se a prática da adoção para possibilitar que crianças e adolescentes, que não possuem uma família biológica capaz de sustentá-las, tenham o direito a uma vida digna em família.

2. Adoção: A evolução de uma prática possível... ou não!

A adoção teve sua regulamentação promulgada em diversos sistemas jurídicos. Segundo Peres (2006), os dois sistemas iniciais foram o Código de Manu (aproximadamente entre 1300 e 800 a.C.) e o Código de Hamurabi, elaborado por volta de 1700 a.C. pelo fundador do 1º Império Babilônico. O Código de Manu previa, no Artigo 585º, que, para ser considerado um filho adotivo, o rapaz deveria ser da mesma classe que o adotante, precisaria conhecer a vantagem da observação das cerimônias fúnebres e o mal resultante de sua omissão, e ser dotado de todas as qualidades desejadas em um filho. Ou seja, o rapaz era assumido como filho adotivo se respeitasse e fizesse perpetuar os rituais da família.

Por meio do Código de Hamurabi, a adoção assumiu uma relevante função social e política na Grécia. Ele previa, por exemplo, no Artigo 185º, que se alguém desse seu nome a uma criança e a criasse como filho, este adotado não poderia ser mais reclamado. Isto é, após nomeado como tal e educado como filho, esta decisão era irrevogável por parte da família biológica.

Contudo, é no Direito Romano, instituído desde a criação de Roma, a cerca de 754 a.C., que a adoção obteve maior notoriedade. Atribuía-se fortemente um sentido religioso às práticas de adoção. Estas visavam garantir o chamado culto doméstico, ou seja, as tradições religiosas cultuadas pela família e que eram repassadas às gerações posteriores. Esta tradição era, muitas vezes, ameaçada pela ausência da descendência masculina. Com o instituto da adoção, era possível tornar membro da família um estranho, do sexo masculino, que se identificasse e se dedicasse ao culto doméstico e, em troca, gozaria como filho dos direitos destinados àquele núcleo familiar.

De acordo com Peres (2006), o Direito Romano abrangeu três formas de adoção: 1^a) adoção testamentária (*adoptio per testamentum*), que tinha como finalidade garantir que a adoção fosse legitimada após a morte do testador, sendo necessária a confirmação da cùria¹; 2^a) ad-rogação (*ad rogatio*), por meio da qual o adotado capaz se desligava de sua família de origem e se tornava um herdeiro de culto do adotante, com o consentimento de ambas as partes. Esta era uma modalidade de adoção muito interessante para o Estado, pois a falta de um herdeiro, “continuador do culto doméstico”, poderia resultar na extinção de toda uma família; 3^a) a adoção propriamente dita (*datio adoptionem*), por meio da qual o adotado incapaz se desligava de sua família de origem, sendo imprescindível que seu pai biológico o emancipasse por três vezes, na

¹ Do Latim, curia. s. f., ant., divisão das tribos romanas; lugar de reunião do senado romano.

presença do adotante. Assim, destituía-se o pátrio poder do pai biológico e passava-o para o adotante, que iniciava o adotado nas práticas religiosas.

De acordo com o fundamento religioso instituído durante a vigência do Direito Romano, a capacidade de adotar era restrita aos homens. Peres (2006) afirma que no século VI, por meio do Direito Justinianeu, é que se tornou permitida a adoção por mulheres que tinham perdido seus filhos. Com as invasões bárbaras, a prática da adoção não desapareceu, porém sua base deixou de ser religiosa e passou a ter um sentido de perpetuação dos grandes feitos do adotante no guerreiro valente, o adotado. Ou seja, neste contexto, o caráter de perpetuar os valores que eram cultivados pelos povos teve forte realização por meio da adoção, utilizada para garantir a continuidade da sociedade e sua sobrevivência histórico-cultural.

A adoção começou a decair na Idade Média, pois contrariava a ordem dos direitos dados aos senhores sobre seus feudos que somente poderiam ser transmitidos *jus sanguinis*, como “direito de sangue”. No Direito Canônico, o instituto da adoção praticamente não é citado, nem percebido, e os valores vigentes expõem o perfil da família cristã, embasada no sacramento do matrimônio, não havendo mecanismos, como a adoção, que legitimasse filhos oriundos de relações incestuosas ou de adultério, o que era definitivamente proibido pela Igreja.

No antigo Império Babilônico, a adoção servia como forma de garantir a perpetuação dos costumes religiosos da família. Na Idade Média era repudiada, pois afetava diretamente a lei de divisão de terras entre membros da família, além de contrariar os princípios religiosos da Igreja católica que pregava a fidelidade matrimonial e poderia ser usada para burlar esta lei imposta pela religião. Na década de 70, no Brasil, assumiu um caráter assistencialista, no qual a adoção como ato de amor

poderia ser vista como caridade. Assim, o processo de adoção sofreu transformações consideráveis, especialmente no modo como era praticada e como era percebida.

A adoção atualmente se caracteriza como um tema de prática e de natureza mutável e questionável. As mais variadas nuances do tema despertam dúvidas e apreensões que suscitam um movimento pela busca de respostas e, principalmente, de compreensão sobre o fenômeno. A complexidade do tema deve-se à dimensão histórico-cultural e ao caráter interdisciplinar, que envolve várias áreas do saber, especialmente a Psicologia, a Antropologia, o Serviço Social, a Sociologia e o Direito, fazendo-se necessária uma análise articulada, pensando as fronteiras que interpõem estas áreas. A adoção é conceituada, segundo o Art. 41 (ECA, 1990), como o ato de atribuir a condição de filho ao adotado, sendo que este gozará dos mesmos direitos e deveres, “inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais” (p. 19).

Cabe ressaltar ainda os outros dispositivos, previstos em Lei, que tratam da inserção da criança, ou adolescente em família substituta. A guarda é o instituto pelo qual se coloca em família substituta. “A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança, ou adolescente, conferindo ao detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.” (Art. 33, p. 17). Ela pode ser concedida de forma provisória, até a decisão final dos autos, inclusive em processos de tutela ou adoção. (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2009). A guarda se diferencia da adoção, pois pode ser revogada a qualquer tempo, sempre em benefício da criança, ou do adolescente (Art. 35, ECA, 1990). Para a execução da guarda não há a necessidade da destituição do poder familiar dos pais biológicos, ou alteração dos dados de nascimento da criança. A tutela, como mais uma modalidade de proteção aos direitos da criança e do adolescente, constitui-se de “um poder que a lei confere a uma pessoa

capaz para proteger e administrar os bens da criança que não estejam sob o poder familiar, na forma de seu representante, ou assistente em todos os atos da vida civil” (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2009).

Ao desconsiderar o saber das ciências, a interpretação simplista e reducionista da realidade se sobrepõe. Por se tratar de uma prática instituída na sociedade civil, a adoção adquiriu diversos significados constituídos a partir de cada momento sócio-histórico, como apontado no item anterior, servindo inclusive de instrumento ideológico do Estado (Legendre *apud* Peres, 2006).

A partir do século XX, o tema adoção tem sido recorrentemente discutido nos meios de comunicação, especialmente com o intuito de facilitar e agilizar os processos de adoções legais, ou seja, as adoções realizadas via Poder Judiciário e que garantem, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o poder familiar, sem possibilidade de revogação do mesmo. A Campanha “Mude um Destino” é um exemplo de ações que estão sendo difundidas, por meio do Poder Judiciário em defesa da adoção legal. É uma iniciativa da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros, 2007) em favor da adoção consciente. Segundo dados disponíveis no site da Associação, a 1^a fase da campanha teve início no ano de 2007 e intentou sensibilizar a sociedade para a situação de crianças e adolescentes abrigados em todo o país. A 2^a fase da campanha, iniciada em 2008, visava ressaltar a importância da adoção legal.

De acordo com dados do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – (AMB, 2007), no Brasil existem cerca de 80 mil crianças e adolescentes que vivem em abrigos. Destes, apenas 10% estão disponíveis para a adoção. Os demais ainda possuem vínculos jurídicos com as famílias biológicas. Para o juiz da 2^a Vara da Infância e Juventude de Recife (PE), Elio Braz, representativo da AMB, a destituição do poder familiar é o maior obstáculo com que os profissionais e a sociedade têm que lidar. Além

disso, há a pressão e a responsabilidade intrínsecas à decisão judicial de definir se a criança retornará para a família biológica ou será encaminhada para a família substituta: “a definição deve ser rápida e certeira... nós não podemos errar” (Braz, comunicação pessoal, *in* “Se essa rua fosse minha...”, 2007).

A campanha “Mude um Destino” tem como objetivo fundamental agilizar e facilitar o acesso de pessoas que desejam adotar uma criança. Faz-se necessário que as destituições de poder familiar sejam realizadas de forma rápida e consciente, o que igualmente não é uma tarefa fácil para os responsáveis por esta decisão, haja vista que, segundo os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez destituído o poder familiar, a criança estará disponível para a adoção e, uma vez adotada, a criança não mais poderá retornar para a guarda dos pais biológicos, segundo Art. 48 do Estatuto – “a adoção é irrevogável”. Para que o processo de adoção ocorra, pressupõe-se que haja a extinção do poder familiar, a sentença judicial que legitima o vínculo de adoção e a irrevogabilidade, como citado acima (ECA, Arts. 47 e 48).

“Art. 378. Os direitos e deveres que resultam do parentesco natural não se extinguem pela adoção, exceto o pátrio poder que será transferido do pai natural para o pai adotivo.” (Código Civil, p.126, 1985).

Outras ações referidas pela AMB, a partir do ano de 2008, foram providenciadas com o intuito de minimizar os problemas nos processos de adoção, que circunscrevem desde a lentidão no processo até o incentivo de políticas públicas sócio-educativas e protetivas, tendo como base um estudo aprofundado da adoção no Brasil.

O Conselho Nacional de Justiça, em 29 de abril de 2008, lançou, através da Resolução nº 54, o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) que tem por objetivo associar, em todo país e em um banco único de dados, as informações que atualmente cada Vara da Infância e da Juventude mantém com o CNA. Com esta nova metodologia, os

pretensos adotantes poderão acessar, de forma mais ágil e menos burocrática, o perfil da criança ou adolescente que melhor se enquadre no perfil de sua preferência, sem que para isso tenham que se submeter - como ocorre atualmente, a várias habilitações em diferentes comarcas (áreas jurisdicionais que abrangem um ou mais municípios).

Outra questão pertinente e inter-relacionada com um dos objetivos do CNA é a compatibilidade entre o perfil desejado da criança a ser adotada e o perfil encontrado. Segundo Neto e Pachá (2008), apesar do grande número de crianças e adolescentes que aguardam a oportunidade de serem inseridos em alguma família, os abrigados não atendem ao perfil que os candidatos brasileiros procuram. Uma pesquisa realizada pelo Grupo de Apoio à Adoção de São Paulo, por exemplo, revelou que 72% dos candidatos entrevistados naquele estado davam preferência pela adoção de crianças brancas, e desses, 67% almejavam crianças com até dois anos de idade.

Sobre o instituto da adoção, há um desejo por parte dos pais e há uma realidade que não pode ser negada. Para Ribeiro e Ciampone (2002), grande parte das crianças que vivem nos abrigos advém de um ambiente familiar comprometido, com situações de abandono e negligência marcantes, agravados, ou na maioria das vezes, decorrentes de uma situação sócio-econômica instável, mostrando como as estruturas política, econômica e social do país favorecem este fenômeno. Siqueira e Dell'Aglio (2006), em seu estudo, ressaltam que, diante de um quadro familiar como esse, uma instituição de abrigamento bem estruturada pode surgir como uma alternativa positiva para resguardar temporariamente a criança, ou adolescente em situação de risco, bem como auxiliar no reestabelecimento dos vínculos familiares por meio das redes sociais. A problemática central que Azôr (2005) ressaltou, em seu estudo, é que as crianças e os jovens abrigados vivem a institucionalização como algo difícil e pesaroso e, quando não são reestabelecidos os vínculos com a família, mais dolorosa e marcante subjetivamente

pode se tornar sua situação de abrigamento. Além disso, a maioria das crianças e adolescentes em condições de adoção têm mais de 2 anos de idade e são afro-descendentes. (Freire, 2001). Estes são dados que se contrapõe, algumas vezes, a uma imagem idealizada do filho sonhado, mas não do filho possível.

3. A devolução: Da adoção sonhada à adoção im-possível

O verbo devolver é descrito no *Dicionário Aurélio* (2004) como “*v.t. Mandar ou dar de volta (o que fora entregue, remetido, esquecido, etc.); restituir.*” Deriva do latim *devolvere*. E ainda: *v.t. Recusar; Responder; Fam. Vomitar.* A palavra devolução é definida² como: *s.f. Remessa de uma coisa à pessoa que havia expedido: devolução de mercadorias. / Restituição ao primitivo possuidor. / Transferência de propriedade.* Em outras línguas, há ainda outros sentidos para as palavras devolver/devolução³ que complementam a semântica atribuída na língua portuguesa. Em espanhol, devolver se refere a vomitar, retribuir, restituir. Vomitar por sua vez define aquilo que é devolvido, praguejado, amaldiçoado. Em italiano, corresponde ao que foi regurgitado, rejeitado. Os significados caracterizam, em linhas gerais, algo que foi mandado de volta, que retornou para seu lugar ou posse de origem, que foi negado, não aceito. O sentido de restituir, comum na linguagem do Direito, é definido como entregar o que se possuía indevidamente, ou por empréstimo. O que é de direito de outrem deve ser devolvido. Tais definições auxiliam na concepção de algo que foi devolvido, pois na realidade nunca pertenceu ao outro. Ou seja, uma leitura interpretativa do fenômeno *devolver* delimita um campo linguístico de inserção em que os termos devolver/devolução representam uma não-inscrição do outro. No caso da adoção, pode ser compreendido

² Fonte: disponível em <http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Devolucao>

³ Fonte: disponível em <http://www.dicionarioweb.com.br/devolver.html>
<http://www.dicionarioweb.com.br/devolucao.html>

como algo da ordem da não-inscrição da criança adotada, uma não-posse dela como filiação do casal, isto é, sem pertencimento, e portanto sem identificação.

É uma questão árdua e delicada, pois direciona momentaneamente para a abordagem de possíveis falhas no processo de adoção que podem advir de variados fatores. Um deles é a decepção de ambas as partes – pais e filhos adotivos – que, muitas vezes idealizando a vida familiar e sem a adequada elaboração pela equipe que acompanha o caso, sofrem ao se deparar com uma realidade limitada e frustrante. (Freire, 2001). Como expôs Suannes (2008), a devolução expressa o lado amargo da associação entre parentalidade e laço biológico e fala da fragilidade do vínculo estabelecido. Interroga, portanto, sobre os processos que impediram um enraizamento da criança na família.

A preparação das partes é fator de relevância para o sucesso da adoção. Como sugere Vargas (1998), há a necessidade de programas que visem a preparação inclusive da mãe, ou da família biológica. Tradicionalmente, a atenção é concentrada na criança e nos pais adotivos, negando muitas vezes, a existência e a importância da mãe biológica neste processo. Quando a mãe abre mão do “pátrio poder”, o ato de entrega passa a constituir-se de uma conotação de doação da criança e não de abandono. Além disso, informações fundamentais, como os procedimentos do parto, o aleitamento, a concepção e até mesmo a história de vida da criança, tornam-se mais acessíveis por meio de um acolhimento e aproximação da mãe biológica no processo.

Os pretendentes, na visão de Vargas (1998), também necessitam de uma preparação específica e que, muitas vezes, não encontram apoio durante o processo de adoção para tal. Este apoio deveria amenizar a idealização do filho e a ansiedade dos pais adotivos durante o processo. Para Vargas, a preparação dos pais adotivos possibilita inclusive uma flexibilização quanto às características da criança fantasiada,

tornando-a mais próxima da criança real. O tempo se constitui igualmente como outro fator de risco para o processo de adoção. Muitas vezes, a espera se torna tão longa para os pais que o investimento afetivo, sem o aguardado retorno, sofre desgastes.

Ghirardi (2008) realizou um estudo sobre a devolução de crianças adotadas no qual ressalta alguns fatores de relevância para a compreensão das dificuldades encontradas no processo de adoção. Dentre elas, está o estabelecimento do laço afetivo com a criança. A autora afirma que no imaginário parental há fantasias de roubo da criança e, a depender do grau de intensidade com que estas fantasias ocorrem, elas podem refletir a outra face da devolução. Segundo a autora, a experiência das fantasias de roubo da criança, ora podem ser experimentadas como apropriação indevida da criança, ora como temor de que a família biológica possa vir a reclamar por ela. A fantasia de roubo seria, portanto, a contraposição da fantasia de devolução, o que indica a existência de sentimentos ambivalentes em relação à criança. Tal contraposição se configura a partir da ambivalência intrínseca às fantasias de devolução e de roubo, em que a primeira se refere ao sentimento de não-pertencimento, não-posse da criança e a segunda se refere a uma apropriação indevida.

Dificuldades na preparação da criança também estão presentes. Ou seja, o rompimento dos laços familiares de origem e a vivência do luto pelas perdas dos mesmos são essenciais no trabalho com a criança a ser adotada. A predisposição da nova família em suprir as necessidades emocionais mais primitivas da criança, de acordo com Vargas (1998), é um elemento a ser observado, visto que, para a criança, em especial, é um momento de reconstrução de identidade a partir de novos modelos parentais.

Como afirma Ghirardi (2008), a emergência da subjetividade da criança, marca de sua alteridade, pode representar para os pais adotivos o ser “estranho”, que inquieta,

situando-a num lugar de exterioridade em relação ao imaginário parental. Para que a criança seja acolhida e se torne parte do imaginário parental que aceite sua singularidade sem estranheza, é importante reconhecer o desenvolvimento de processos psíquicos de identificação. Este acolhimento a partir do qual ela se inscreve no imaginário parental deve vir dos pais adotivos quando estes podem identificar em si mesmos, uma capacidade procriadora e *pró-cuidadora*, capaz de gerar psiquicamente este filho e assumi-lo como seu.

É importante salientar que o êxito de uma adoção não está somente na agilidade, na facilidade e comodidade dos fatores que permeiam esta prática, mas principalmente, na efetivação do vínculo afetivo que se estabelece entre as partes. Segundo Dolto (1998), na realidade, a adoção é um enxerto. Ou seja, uma experiência de tentativa, que deve ser estruturada sobre um desejo, um cuidado e confiança, especialmente na escolha dos futuros pais da criança.

Os sentimentos de filiação, paternidade e maternidade são constituídos a partir de um desejo, de um investimento, assim explicitados por Alvarenga (1999) *apud* Peres (2006):

“A ligação entre pais e filhos não decorre, portanto, diretamente da concepção e do nascimento, mas da atenção diária às necessidades físicas e afetivas da criança, do investimento narcísico feito. O provedor daquelas necessidades construirá uma relação nas mesmas bases das que são formadas por pais biológicos, tornando-se um pai ‘psicológico’, cujos cuidados fazem a criança sentir-se valorizada, desejada e parte do grupo familiar.” (p. 68)

O vínculo afetivo caracteriza o enlace e possibilita a existência de um núcleo familiar erigido sobre bases duradouras, com o sentimento de pertencimento mútuo

entre as partes envolvidas no processo de adoção. Gradativamente, diferentes áreas do conhecimento evocam o discurso sociocultural e afetivo para pensar estas relações.

Dolto (1998) ressalta que há sempre um desejo a ser considerado na maternidade, na paternidade, na filiação e até mesmo no nascimento de um bebê. Afora este não há como se construir nenhuma relação, pois não há vínculo possível. O desejo consciente está pautado na continuação da descendência, porém há o desejo inconsciente que não é nomeado, mas que da mesma forma impulsiona o sujeito a existir de uma determinada maneira por meio das escolhas que realiza. A autora propõe que, se não é possível que a mãe biológica assuma seu filho e consinta a adoção, seria necessário um encontro entre a mãe e o casal que procura adotar uma criança, sendo que ao final o filho fosse registrado em nome dos novos pais. Desta forma, as escolhas seriam participadas e não haveria segredo para a criança, tornando-se assim um segredo compartilhado com os pais, com o núcleo familiar. A adoção é um ato que ocorre no espaço do íntimo, do privado, e pode ser bem representada quando permeada pela confiança entre as partes que a constituem (os pais adotivos, os pais biológicos e a criança).

Contudo, tendo em vista a legislação atual, este não é um procedimento aceitável, sendo considerado ilegal, apesar de contemplar aspectos que seriam mais humanos, facilitando a vinculação entre a criança e os novos pais. Pretendo considerar, portanto, nesta proposta, os elementos que possam auxiliar a pensar as práticas adotadas pelos profissionais e a avaliar em que medida elas são possíveis no contexto atual.

A dimensão do segredo no processo de adoção é um fator relevante, repleto de significados que permeiam as relações entre os pais e os filhos adotivos. A omissão que sustenta o desejo de manter o segredo sobre as origens dos filhos pode advir do imaginário dos pais adotivos, caracterizado por um temor em relação à família

biológica, calcado na crença de uma sobreposição da consanguinidade ao vínculo construído paternal e maternalmente (Dolto, 1998). Além disso, a autora salienta que o distanciamento no conhecimento desta origem aproxima os pais adotivos da fantasia de que a criança adotada é a filha, ou o filho biológico do casal. Esse posicionamento pode justificar a escolha de muitos casais por crianças mais novas, em detrimento das crianças mais velhas, que guardariam em si mais de sua história biológica do que os bebês ou crianças mais novas com quem imaginariamente teriam compartilhado mais de suas vivências.

Dolto (1998) considera, no entanto, que a prática psicoterapêutica destes filhos adotivos tem mostrado que eles sabem, consciente, ou inconscientemente, de suas histórias e que o não-dito instaurado nas relações, especialmente com os pais, somente não os permite tomar consciência de sua história, podendo gerar traumas psíquicos graves nestas crianças.

A contribuição de outras áreas do conhecimento para a prática da adoção tem contribuído para o acolhimento dos pais adotivos, vislumbrando a preparação dos mesmos para lidar com os não-ditos, construindo uma relação pautada na confiança e na desmitificação do filho e dos pais ideais. A disciplina do Direito, já se depara com as mudanças que estão ocorrendo na concepção de família, invocando uma nova visão dos vínculos familiares, com maior ênfase ao comprometimento das partes do que à forma de constituição, à identidade sexual ou à capacidade procriadora de seus integrantes.

Antes de se candidatar a adotar uma criança, o casal deve ter conseguido ultrapassar a decepção de não conseguir gerar um filho. Só assim estará apto a iniciar um relacionamento livre de mágoas, que certamente iriam interferir na convivência com o filho adotivo. (Peres, 2006).

Para Dias⁴ (2006), o atual conceito de família prioriza o laço de afetividade que une seus membros, o que levou também à reformulação do conceito de filiação que se desprendeu da verdade biológica e passou a valorizar muito mais a realidade afetiva. O compromisso de fazer justiça tem despertado atenção das relações de família. As uniões de pessoas do mesmo sexo vêm sendo reconhecidas como uniões estáveis. Passou-se a prestigiar a paternidade afetiva como elemento identificador da filiação e a adoção por famílias homoafetivas se multiplicam. Silva (2007) diz que o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sobre a adoção por pares homossexuais tem mudado, ressaltando que os profissionais da área do Direito estão considerando mais a qualidade do vínculo e do afeto que permeia o meio familiar em que as crianças estão inseridas do que propriamente a orientação sexual parental.

As estatísticas mostram o perfil da família brasileira com renda média alta que está optando por não ter filhos. De acordo com as pesquisas demográficas do IBGE (2003), o Brasil está vivenciando um processo de transição demográfica bastante acelerado: o número de casais sem filhos representou 11,1% e o número de casais com filhos chegou a 44,6%. Além disso, outro dado importante a ser ressaltado é que 10,6% das pessoas vivem sozinhas. Considerando a distribuição das famílias por formas de arranjos familiares, o percentual de 15% de tipos de organização não-nucleares (casal sem filhos, casal com filhos e famílias monoparentais, formadas por pais com filhos e mães sem filhos) chama a atenção dos pesquisadores. (IBGE, 2007). Outro levantamento do IBGE no ano de 2008, identificou ainda aumento no percentual de casais sem filhos, sendo que este atingiu 16,7%. O referido estudo ressaltou ainda que a consanguinidade é o eixo principal de união das pessoas que vivem juntas representando 88,1% dos arranjos familiares.

⁴ Desembargadora do TJ-RS/Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias.

Neste contexto, é pertinente compreender a família brasileira na contemporaneidade e os desafios sociais, afetivos e culturais e a disponibilidade para cuidar, educar e se responsabilizar pela vida de uma criança. A discussão sobre a adoção e a devolução de crianças adotadas pretende analisar os aspectos que permeiam o “fracasso” diante de uma vinculação entre candidatos à adoção e adotante, uma adoção que culmina na devolução da criança.

A relevância do tema está fundamentada na reflexão contínua sobre os processos de adoção e os vários atores sociais envolvidos nas diferentes instituições, desde a família biológica, com seus dramas afetivos com a perda do pátrio poder, passando pela mediação das Varas de Infância e Juventude, abrigos, até à seleção e preparação dos adotantes. A análise interdisciplinar dos aspectos psicossociais no enfrentamento da questão é fundamental. Enquanto várias medidas são construídas e instituídas com o intuito de se popularizar e de se familiarizar a instituição social da adoção, vimos por outro âmbito enfocar sob um prisma diverso e até avesso desta experiência.

III. A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA E DO VÍNCULO: delineando um lugar

Freud (1996), nos *Três Ensaios sobre a sexualidade* (1905), comprehende a família como aquele núcleo que reúne as figuras materna e paterna e ao redor do qual serão constituídas as relações de vínculo e apego, bem como será formado o psiquismo do sujeito. O papel preponderante da família exposto neste trabalho corrobora com a concepção de que nas relações familiares se configura a estrutura psíquica e, a partir dela, outras dimensões vinculares, como os laços social, cultural e político. Esse é o campo que marca, que delimita, que imprime sentidos ao psiquismo.

Os vínculos (especificamente os parentais) possibilitam que o indivíduo possa ser nomeado como sujeito. Freud (1996), no texto *Instintos e suas vicissitudes* (1915), afirma que o bebê, ao nascer, possui necessidades fisiológicas básicas, como alimentação e acolhimento, que precisam ser satisfeitas por alguém. Essa figura a quem o bebê se dirige e se identifica, geralmente, é a mãe por ser a pessoa que satisfaz suas necessidades básicas primordiais. Para Freud, o vínculo materno é compreendido como um impulso secundário no sentido de que o afeto se estabelece após a satisfação da necessidade primária. Tal necessidade é constituída a partir do instinto, um impulso constante que se origina no interior do organismo e do qual o indivíduo não pode fugir. Para caracterizar o termo estímulo instintual, Freud o denomina “necessidade” e categoriza que ela só é eliminada por meio da satisfação. Assim, as operações do aparelho mental se regulam a partir de sentimentos ligados ao prazer-desprazer, oriundos das vivências de satisfação de determinadas necessidades indicadas pelo sujeito. Os vínculos com as primeiras figuras de cuidado se delineiam nessa relação, consequentemente estruturados na ambiguidade dos sentimentos de amor e ódio advindos dessas experiências.

Freud propôs quatro aspectos que conceituam o instinto, quais sejam: pressão (entendida como a quantidade de força, ou o fator motor que mobiliza o impulso instintual), fonte (refere-se ao processo somático que ocorre em um órgão ou em alguma parte do corpo cuja exigência psíquica é da ordem instintual), finalidade (que, segundo Freud, é sempre a satisfação; embora a finalidade do instinto seja imutável, pode haver inúmeros meios de se atingi-la de maneira que possa parecer que haja finalidades próximas que são intercambiantes; uma mesma finalidade pode ser alcançada de diversas formas e uma necessidade pode ser satisfeita parcialmente de maneira que os instintos também podem ser inibidos em sua finalidade) e objeto. Ao que importa considerar para o momento, no tocante à vinculação primária, este último, o objeto, se reveste de importância por ser ele “a coisa” pela qual a necessidade do instinto é satisfeita, é por meio dele que a finalidade é atingida. Segundo Freud (1996), é o que há de mais variável em um instinto, não lhe é inerente, mas torna possível a satisfação. Pode ser mudado dependendo das vicissitudes a que o instinto esteja sujeito no decorrer da existência. Esses deslocamentos significativos desempenham funções altamente importantes, pois o outro, assim como objetivado pelo sujeito, pode ser atribuído com os sentimentos de prazer-desprazer e mais adiante, amor e ódio, por meio dos quais o sujeito irá inscrever as relações e os seus vínculos com o outro – sujeito - e o outro - objeto. Secundariamente, o investimento afetivo no objeto o transforma em algo amado e/ou odiado, refletindo a chamada ambivalência de sentimentos, que permeia originalmente a gama psíquica, pois não há diferenciação entre amor e ódio. Os objetos, o mundo externo, primariamente são odiados, percebidos como algo que vem de fora, o que está externo ao ego. Se, posteriormente, esse mesmo objeto vir a ser fonte de prazer para o sujeito ele será então amado e incorporado ao ego e haverá a tendência de aproximação, de maneira que, se for fonte de sensações que se associem ao desprazer,

haverá um movimento de distanciamento, de repulsa em relação ao objeto, e então ele será odiado, com intensificação tamanha a ponto de culminar em uma direção agressiva na intenção de destruí-lo.

De acordo com as conceituações propostas por Freud, em *Instintos e suas vicissitudes* (1915), a ambivalência dos sentimentos de amor e ódio dirigidos aos objetos no decorrer da vida tende a delinear as figuras às quais o sujeito irá se aproximar, incorporar ao seu ego e outras às quais ele tenderá a repudiar, por não haver um correspondente simbólico e real de satisfação da necessidade primária indicada pelo ser. Desse modo, compreender os sentidos intrínsecos às vinculações da criança para com as figuras relevantes afetivamente em sua vida, implica em considerar a dimensão ambivalente dos afetos, bem como a variação da escolha objetal.

No texto *Romances Fáamiliares* (1906), Freud (1996) tece algumas considerações sobre as propriedades dos vínculos afetivos no seio familiar e discorre sobre a função dos pais junto à criança e sua relação com a autoridade. Segundo o autor, “os pais constituem para a criança pequena a autoridade única e a fonte de todos os conhecimentos” (Freud, 1996, p. 127). Há uma idealização necessária nesta tríade, com o intuito de que a relação se caracterize como estruturante do psiquismo da criança. Para Freud, nesta etapa do desenvolvimento infantil, nos primeiros anos de vida, o desejo presente e mais importante da criança é equiparar-se aos seus pais, figuras de referência, de modo a tentarem atingir a grandeza erigida pela imaginação infantil. Contudo, no decorrer de seu desenvolvimento a criança vai adquirindo conhecimento intelectual, que promove a elaboração de um pensamento mais crítico em relação a seus pais. Por meio da comparação com outros pais, ela começa a questionar as qualidades excelsas que havia atribuído aos seus pais. A partir deste movimento, a idealização dos pais se contrapõe à realidade. A criança buscará fora do meio familiar, que lhe institui a falta, a

interdição, interpresa com as leis que regem a sociedade, outras possibilidades. Por exemplo, o sujeito buscará em outro núcleo familiar, diverso do seu, um parceiro, ou uma parceira, com o (a) qual poderá constituir outra família.

É importante considerar que, para a formação de uma família, há o estabelecimento dos laços afetivos e dos laços consanguíneos assegurados pelo parentesco que liga um membro da família a outro. No caso da adoção, os laços afetivos podem se caracterizar ficcionalmente como laços de sangue a partir da utilização do dispositivo judiciário que legitima a relação de parentesco entre pai e filho, por exemplo.

Roudinesco (2003) propõe uma discussão importante acerca do papel da família no processo de subjetivação. A partir do século XVIII, a família ocidental patriarcal - com as leis paternas e os espaços de cuidado materno bem definidos nas figuras da mãe e do pai - é desafiada pela incursão do feminino. A autora questiona, portanto, o lugar do poder do pai em detrimento de outros membros do núcleo familiar. A mulher, então, foi reconhecida em sua diferença e a criança passou a ser vista como sujeito.

No século XX, com os avanços nas técnicas de fertilização e fecundação, outras questões vêm à tona, como a adoção por pares homossexuais e a independência da mulher quanto à fecundação. Segundo Roudinesco (2003), a ideia da procriação médica de imitar a fecundação natural advém do argumento jurídico da paternidade adotiva. No direito romano, ela foi rejeitada pelo cristianismo. No direito canônico, só eram consideradas filiações legítimas aquelas oriundas do casamento. Os filhos, gerados fora dessa união, eram percebidos como sujos, maculados, provenientes do pecado de seus genitores. De maneira geral, o que se contesta é a hegemonia perante novas formas de se instituir família. A adoção é contextualizada, nesse campo, como possibilidade e, assim como outras formas de se conceber descendentes, situa-se no âmbito das formas

de se “*gerar*” filhos e de “*produzir*” sujeitos. Seu *status* foi elevado a partir da Revolução Francesa com a proclamação dos direitos à igualdade, à vida, enfim, ao bem-estar, e entendida como alternativa viável para os interesses comuns. A adoção, o vínculo e a família emergem como fatores intrínsecos a um processo que não se efetiva senão pelas vias subjetivas de significação. Ou seja, a adoção só se torna possível no encontro com o outro, quando o outro se torna presente afetivamente. Adotar presume que um sujeito exerce a paternidade e/ou a maternidade e que outro sujeito exerce a filiação. Isto é, as partes envolvidas no processo exercitam uma relação de cuidar e de ser cuidado.

1. Laços de Família: um parentesco?

Vieira (2004) propõe uma reflexão sobre a construção de parentesco na sociedade e na História da humanidade e promove um diálogo com a Antropologia e a noção de grupo e afiliação. Filiação, segundo Roudinesco e Plon (1998), é um termo comum à Antropologia, ao Direito e à Psicanálise. Em virtude dele, o indivíduo assume sua identidade social e se inscreve em uma linha transgeracional de acordo com as figuras paternas que a regem. A filiação se constitui como um objeto de estudo vinculado aos sistemas de parentesco. O termo, como utilizado pela Psicanálise, remete ao mestre e seu discípulo, um seguidor, aquele que possui o traço de um determinado grupo, uma família com papéis definidos. Do mesmo modo, implica em ocupar um espaço que possui regras definidas e identificações claras, que o caracteriza como membro desta configuração, neste caso, configuração familiar. Assim, a filiação identifica o indivíduo no meio em que está inserido.

Conforme descreve Lévi-Strauss *apud* Roudinesco (2003), a família, configurada a partir de uma união razoavelmente duradoura e socialmente aprovada

entre uma mulher, um homem e os filhos, compõe um fenômeno universal, encontrado em todos os tipos de sociedade. Em contrapartida a uma concepção naturalista da união entre um homem e uma mulher, o autor irá se debruçar sobre a noção de parentesco que carrega em si o cerne da concepção do indivíduo enquanto sujeito, diferenciado do animal. Por meio do parentesco, o homem se inscreve enquanto ser social e histórico. Para além das diferenças anatômicas, há outra lei que possibilita a inscrição do sujeito social. Este é reconhecido pelo outro, externo a ele, e se configura como interdito a base para o estabelecimento de laços sociais para fora do núcleo familiar.

A contribuição antropológica afirma que a associação entre consanguinidade e laço social está muito mais relacionada com o fator cultural. Segundo Vieira (2004), pesquisas etnográficas caminham no sentido de constatar que os elos biológicos têm uma importância extremamente limitada na construção destes laços em outras culturas. Ou seja, atribuir à consanguinidade um valor determinante na construção dos laços sociais é uma característica predominante da sociedade euro-americana.

A mesma autora ressalta ainda duas experiências que auxiliam na compreensão da configuração dos laços sociais. A primeira, de Héritier (1989) na tribo Tupi-Kawahib. Esta se caracteriza como uma sociedade poligâmica no Brasil, em que as crianças são educadas por um conjunto de co-esposas, sem que haja necessidade de diferenciação da concepção biológica dos filhos entre si. A segunda experiência foi em Burkina Faso, um território localizado a oeste da África, entre os Mossi, do Alto da Volta. Nesta sociedade, caracterizadas por famílias poligíneas - um homem possui várias mulheres - as crianças são distribuídas entre as mulheres e logo, mesmo aquelas estéreis, ou cujos filhos já faleceram, adquirem a responsabilidade de cuidar e educar uma criança. Desse modo, a criança reconhece nesta mulher a sua verdadeira mãe, quem

a cuidou, quem a amou e a respeita como tal. Somente na fase adulta é que se torna revelada a identidade da genitora.

Evans-Pritchard (1985), com o trabalho sobre os Nuer⁵, afirma de maneira contundente, que o parentesco biológico não garante por si só o parentesco social. Quando há evidências de que uma mulher Nuer é estéril, pois, mesmo após anos de casamento não concebeu filhos, ela é considerada um homem de sua linhagem, recebendo por ocasião do casamento das filhas de seus irmãos a parte que lhe cabe como tio paterno. Uma vez que assume *status* social de homem, dispendo do gado que o preço da noiva exige, lhe é permitido tomar como esposa outra mulher que lhe dará filhos. Um criado, normalmente um estrangeiro pobre, atuará como reprodutor. A prole, assim concebida, pertencerá à linhagem da mulher-esposo e a chamará de pai, bem como a esposa também se dirigirá apenas a ela como marido.

A principal questão que a Antropologia propõe é a de reconhecer que, em lugar algum, o parentesco se encerra no império natural, na afirmação de que os laços consanguíneos determinam os laços sociais. Lévi- Strauss (1975) supõe que há indícios de que o sistema de parentesco só existe na consciência dos homens. Portanto, não poderia ser compreendido como uma situação de fato, pronta e estabelecida naturalmente, mas sim construído socialmente, a partir da possibilidade humana.

É pertinente abordar a construção dos laços de parentesco em uma visão sócio-histórico-cultural com a contribuição da Antropologia, especialmente quando se trata do processo de adoção. Dolto (1998) já afirmava que o ser humano não é redutível simplesmente aos vínculos biológicos. Ou seja, a “lei de sangue” (Dolto, 1998, p. 87) não deve ser sobreposta à estrutura, o que corrobora com concepções de que, em

⁵ Evans-Pritchard, E. – Os Nuer, São Paulo, Perspectiva, 1978.

verdade, é, na cultura, e por meio da linguagem, que as relações se tornam estruturante. É, por meio do discurso, que são construídas as subjetividades.

Segundo Suannes (2008), em instituições que trabalham com crianças, são frequentes as situações nas quais os próprios pais biológicos não permaneceram com seus filhos e tiveram uma atitude semelhante àquela dos pais adotivos que devolveram as crianças ou adolescentes. Algumas famílias se dirigem ao Juizado pedindo o abrigamento de seus filhos e depois desaparecem sem deixar meios de serem localizados. Existem ainda casos em que as famílias delegaram a outrem a função de cuidar de suas crianças e não mantêm contato com elas, salvo em situações esporádicas. Quando os pais efetuam alguma dessas ações, acima relacionadas, deixam a criança em situação de negligência. Dessa forma, pode-se perceber que o vínculo biológico não favorece necessariamente os processos identificatórios e, consequentemente, não assegura o lugar de pertencimento da criança na família.

Para Peres (2006), o grande tabu que se coloca em relação à adoção é a crença de que a hereditariedade é responsável pela coesão dos vínculos familiares, reforçando a crença sociocultural do determinismo biológico por meio da crença nos laços consanguíneos e não pela possibilidade de construção destes vínculos por meio da cultura e da história. Logo, são dimensões temporais e não imutáveis. A abordagem do contexto de adoção implica que se considerem as matrizes familiares diversas e que sejam ponderadas as origens históricas dos povos. Desta forma, é possível apresentar elementos para uma reflexão crítica sobre o abandono e o abrigamento, caracterizados respectivamente como a negação de um membro do grupo e a inclusão deste membro em outra instituição, que não a família.

2. Psicologia e Direito: uma interface crítica

Breves considerações sobre o diálogo entre a Psicologia e o Direito são a proposta deste subitem. A contribuição oferecida mutuamente entre esses dois campos de saber trata de compreender sobre a constituição de sujeitos regidos por regras pré-estabelecidas quando ainda tais leis definem o espaço público objetivo, muitas vezes determinados pela subjetividade. Esta incursão ressalta ainda o contexto multidisciplinar, especialmente a área do Direito de Família, reconhecendo a complexidade no manejo de temas conflituosos, e a Psicologia Jurídica, na avaliação e intermediação de casos.

Villela (1979) aponta que a área relacionada à família, no contexto jurídico, requer mais estudos que elucidem a forma como os indivíduos vivenciam concretamente suas experiências familiares e como pensam a inserção no núcleo familiar, haja vista que este espaço não é determinado biologicamente, mas sim construído culturalmente. Investigações sobre a separação de casais, bem como as novas formas de parentalidade são temáticas consideradas relevantes para o aprofundamento em estudo e pesquisa. Atualmente, estudos como o de Peres (2006) já abordam perspectivas mais amplas acerca dos variados conceitos jurídicos. A autora, ao abordar a adoção por homossexuais, sugere novas formas de se entender a família, a paternidade e a maternidade no contexto jurídico. Além disso, questiona noções obsoletas sobre a adoção correlacionando-as às atuais demandas subjetivas inseridas em um corpo social repleto de transformações que permeiam a representação dos laços familiares. Assim, como essa autora remete à Roudinesco (2003) para falar da concepção de família, percebe-se que um espaço de interlocução se abre para novas perspectivas de se enxergar o núcleo familiar, apesar de ainda existirem opiniões divergentes e por vezes, arcaicas.

Para discorrer sobre a área de intersecção da Psicologia e do Direito, há que se considerar o paradoxo que ela suscita: a lei e a subjetividade. Caffé (2003) salienta as contradições que emergem da tentativa de tornar um campo comum, possível de diálogo entre ambas, especialmente em relação à Psicanálise. Torna-se campo delicado na medida em que a busca por uma reflexão crítica implica em questionar o próprio papel da Psicologia quando esta se encontra em um âmbito que afeta, sobretudo, o campo das leis e é afetado por ele. Recorrendo a Foucault (2008), o contraponto fica estabelecido sobre a ordem, a lei, o sujeito e os mecanismos de controle e de poder. A Psicologia é pensada como aparato para docilizar, dominar e normatizar os corpos. Em Foucault, a Psicologia não é uma ciência que nasce isolada, mas sim permeia relações de poder nos campos institucionais em que há indivíduos cerceados em organizações totais, como prisões e manicômios. Ao mesmo tempo em que vigia e pune, ela produz marcas na subjetividade e produz saber acerca desses sujeitos. Como uma disciplina da norma, a Psicologia define a produção de corpos e da subjetividade dos indivíduos.

A dimensão política da Psicologia é reconhecida por Foucault à medida em que o saber científico por ela argumentado implica em poder e, nessa relação, a sujeição dos indivíduos estaria a serviço de uma ideologia para além do próprio sujeito. Ela atua, portanto, como forma de reger e dominar. Conforme Foucault (1996) salienta em *A Ordem do Discurso*, ao sujeito não é dado o direito de falar de tudo, sob quaisquer circunstâncias. Há interdições básicas aplicadas aos indivíduos e o campo das ciências, portanto, é concebido como campo das “disciplinas”. Seja na Psicologia ou nas ciências humanas em geral, a questão da norma supõe uma ideia de controle, mais moral do que científica, um poder localizado nas entrelinhas da percepção dos indivíduos entre si, não mais apenas excluindo ou incluindo os que estão fora da chamada normalidade, mas conduzindo-os ao cerne. O autor atenta para as formas de concepção do ser enquanto

indivíduo, racional e humano, concepções estas que traduzem uma produção histórica do homem. A Psicologia é ferramenta importante e, por meio de laudos, pareceres e atestados, ela circunscreve o campo de atuação desse sujeito, limitando ou indicando suas possibilidades nas mais diversas áreas. Altoé (1990) relata sobre a experiência em uma instituição de abrigamento, salientando como a delinquência é percebida e discursada nos moldes disciplinares de corpos ali instituídos. A autora propõe alguns questionamentos no âmbito da Psicologia Jurídica, de forma a considerar o psicólogo não como um investigador que emite laudos que funcionam como “pré-veredicto judicial” (p. 09), mas como o profissional que tem a função de possibilitar um espaço de escuta.

O modo de se pensar e de se atuar nas Varas de Família tem uma referência diferenciada na compreensão de autores como Suannes (2008). Como ponto de partida para a prática, a autora faz algumas considerações sobre o processo de avaliação psicológica nos casos de adoção, por exemplo. A avaliação dos candidatos à adoção tem como princípio norteador a concepção de que para que não haja diferenças entre o filho biológico e o filho adotado a medida jurídica - adoção - deverá ocorrer quando for identificado um tipo de vinculação bastante específica, que é aquela que se estabelece entre pais e filhos. Ou seja, quando os pais adotivos percebem efetivamente a criança como filha e relacionam-se com ela como tal.

Em ambos os casos, o papel do psicólogo é colocado em questionamento crítico para se pensar na legitimidade dessa função especialmente no âmbito jurídico. Reportar a Foucault suscita a possibilidade de uma reflexão quanto ao trabalho realizado criticamente, de modo a ascender para diálogos epistemológicos e genealógicos que clarifiquem e construam um espaço de interdisciplinaridade crítico e consistente.

IV. O CAMINHO METODOLÓGICO: possibilidades de um saber...

1. Considerações iniciais: Contornando desenhos

Para tentar configurar o panorama inicial sobre a temática da devolução de crianças, busquei compreender, inicialmente, de que maneira essa prática permeava os abrigos e o Fórum. Ou seja, o meu primeiro movimento, enquanto pesquisadora, foi a busca de casos recorrentes de devolução, na tentativa de identificar se eram situações comuns no cotidiano dessas instituições e qual a relevância desses casos em seu contexto de inserção. Assim, entrei em contato com uma assistente social que trabalhou alguns anos em uma instituição de abrigo, uma psicóloga do Fórum, uma secretária da Vara da Infância e da Juventude, uma coordenadora de abrigo e um promotor também da Vara da Infância e da Juventude. A partir destes contatos, em conversas informais e bastante mobilizadoras, pude entrar em contato com as especificidades, relevância e a recorrência dos casos de devolução. Apesar de não terem sido apresentados dados estatísticos, bem como não haver um acompanhamento sistemático dos casos de devolução, ficou notório, no relato dessas pessoas, que esta é uma prática presente no cotidiano institucional e que está permeada por inúmeros fatores que a tornam um fenômeno complexo.

A partir das discussões e análise das conversas com os diferentes profissionais citados, organizei o projeto de pesquisa que foi apresentado à Vara da Infância e da Juventude. Com a autorização da instituição, tal projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética para submissão e avaliação, nas quais obteve parecer favorável. A partir daí, foi realizada uma pesquisa no fórum da cidade para fins de estudo dos processos que aludissem a casos de crianças que foram adotadas, ou que estavam sob guarda e que foram devolvidas. Dentre os quatro casos que foram apresentados pela instituição, foi selecionado um. Foram analisados critérios como: história de vida da criança,

configuração das famílias biológica e adotiva e o desfecho do processo. Outro fator relevante para a escolha do caso foi a mobilização da equipe que acompanhou o caso e os episódios complexos do processo de adoção da criança.

Assim, a presente pesquisa transcorre a partir de uma leitura interpretativa (psicanalítica) da vivência da guarda e devolução de uma criança, com ênfase nos aspectos afetivos e sociais que constituem o processo de adoção e devolução de crianças. O trabalho foi estruturado a partir da análise de um estudo de caso de uma criança que, após de ter convivido um período de sete meses com um casal, foi devolvida. Esta modalidade de pesquisa – estudo de caso – caracteriza-se como um estudo aprofundado e exaustivo de um ou mais objetos, de modo a permitir um conhecimento detalhado e amplo - porém não generalizado (Suassuna, 2008).

Para a seleção das técnicas de abordagem na pesquisa, foram pensadas aquelas que poderiam propiciar um acesso mais adequado (e possível) aos elementos do caso. Elementos aqui devem ser entendidos como os aspectos que configuram o fenômeno: os sujeitos, as histórias, os processos e as instituições. Para isso, foram utilizados: *pesquisa documental*, para a leitura, análise e reunião de informações sobre o processo no setor jurídico responsável; *observações e registros de diário de bordo*, para o relato de impressões acerca de um lugar, ou de uma situação específica; *visitas às instituições*, para captar percepções sobre as pessoas e o teor das relações ali estabelecidas; e *entrevistas*, que foram fundamentais no processo de compreensão e análise das informações reunidas.

A entrevista não teve caráter estruturado e diretrivo. Foi realizada a partir de uma questão geral, da pergunta disparadora (norteadora): “como foi para você vivenciar essa experiência de devolução?”. Para a entrevista com os pais biológicos, busquei investigar as questões afetivas relacionadas à vinculação da criança na dinâmica familiar, focando

o abandono como temática central. Foram realizadas entrevistas com onze pessoas: profissionais da equipe do Fórum que acompanharam o caso, a psicóloga, a assistente social e a juíza; profissionais do abrigo que, de igual forma, tiveram contato com a criança, o coordenador do abrigo e a mãe social; e as famílias envolvidas, os pais biológicos, os pais pretendentes à adoção e que efetuaram a devolução e os atuais pais adotivos, totalizando três casais. Estes foram os personagens escolhidos para fornecer subsídios na configuração da história de construção e rupturas dos vínculos dessa criança a partir de um olhar sobre a experiência de devolução. Optei por não entrevistar a criança, pois haveria a necessidade de se formar vínculos somente para os fins da pesquisa, pois os atendimentos não teriam continuidade haja vista que ela estava abrigada e sob tutela do Estado. Enfatizo, entretanto, que ela se encontra no trabalho como um sujeito presente e fundamental numa história repleta de personagens.

A narrativa do caso é apresentada à moda de um conto para compor uma leitura psicanalítica do fenômeno da vinculação e ruptura de vínculos. Ela irá atuar como forma estruturante e organizadora dos conteúdos emergentes nas entrevistas e demais técnicas utilizadas na pesquisa. A busca por figuras de representação por meio do conto ressaltou aspectos inconscientes percebidos nas entrelinhas do discurso dos sujeitos entrevistados, a fim de se constituir como um modo de perceber a situação de vinculação, abandono e devolução vivenciada pela criança.

2. O percurso: Um encontro com a Psicanálise

A necessidade de delinear os objetivos mostrou-se bem ardilosa. Estabelecer um foco, uma direção no decorrer da pesquisa foi bastante difícil. Muitas eram as questões que iam emergindo com o mergulho teórico e com o trabalho em campo. Algumas delas eram bem pertinentes e se mostravam, de igual forma, importantes na temática da

devolução, afetando em vários sentidos o modo de perceber o fenômeno. Questões como o abandono, as relações familiares, a condição social, as estruturas e dinâmicas institucionais, o trabalho dos profissionais se apresentavam relevantes no processo, conferindo certa confusão na delimitação e formulação do objeto de estudo. À medida que tais questões iam surgindo, tornavam-se figura para o fundo que era a experiência de devolução, transformando-se em um emaranhado complexo e desorganizado de percepções acerca do que se constituía como o genuíno objeto de estudo. Na caminhada para compor o contexto da devolução, foram ouvidos alguns profissionais da área que auxiliaram informalmente a delinear um panorama sobre a problematização do tema, o que possibilitou um contato inicial e uma afetação básica sobre a possibilidade de abranger a pesquisa.

Inicialmente o objetivo central era analisar a experiência de devolução considerando os aspectos sociais, afetivos e profissionais que permeiam este processo. Contudo esta possibilidade foi-se delineando como uma investigação do processo em si, configurando uma busca por erros e falhas que levaram à devolução. Porém, um elemento que vinha sendo recorrente na pesquisa eram os vínculos. O fato de ter ocorrido a devolução chamou ainda mais a atenção para situações conflituosas que podiam estar intimamente ligadas às vinculações que essa criança estabeleceu durante sua vida, ou seja, na sua relação com os pais biológicos, com os pais pretendentes à adoção, com os profissionais cuidadores (representativos de figuras de vínculos afetivos), com as instituições que representavam referência de abrigo, acolhimento e família e os irmãos como sustentáculo e identificação com a própria família biológica e afetiva. Configurou-se assim a vinculação afetiva da criança, entendida na experiência de devolução e abandono como ruptura, o tema central do estudo.

O método, por sua vez, está relacionado com os objetivos, estreitamente. Assim, logo expresso a linha de tensão que ele se configurou no trabalho. Pretendi realizar no método uma interlocução entre os aspectos psicanalíticos (inconscientes) e fenomenológicos (vivenciais) imbricados na vivência de devolução da criança sob guarda. Foi proposta então uma análise interpretativa do discurso produzido pelos sujeitos envolvidos no caso a partir de uma questão disparadora, qual seja: “como foi para você vivenciar essa experiência de devolução?” A partir desta pergunta pude apreender as repercussões produzidas no sujeito sobre o envolvimento com a experiência de devolução e de vinculação da criança, ressaltando os afetos mobilizados.

O caráter fenomenológico se encontra ligado ao meu olhar haja vista a pergunta em busca do como, do processo, da afetação descrita pelo sujeito da situação apresentada. O atravessamento por experiências pregressas se tornou inevitável em minha caminhada como pesquisadora. É importante salientar que, por fenômeno aqui, entende-se o que emerge, o que aparece enquanto produção do sujeito colaborador da pesquisa diante da pergunta.

Para Forghieri (1993), os fenômenos que envolvem seres humanos são imbuídos de uma complexidade e amplitude que escapam aos olhos de uma observação positivista. Eles possuem aspectos que não podem ser atingidos diretamente por esse tipo de observação. Assim é o caso da vivência, que é descrita pelo sujeito e caracteriza o objeto de estudo. Desse modo, o significado desta vivência só pode ser atingido pelo próprio sujeito e o investigador, como ponto fundamental da pesquisa, delineia, sobre o processo, seu olhar e o foco de seu interesse, buscando relacionar os elementos produzidos no discurso e que constituem a situação experienciada. Herrmann (1999) considera que o pesquisador psicanalista é aquele que aplica o método psicanalítico na tentativa de interpretar algum fenômeno do mundo, aquele que busca interpretar o

sentido de algo que ocorre com a dimensão humana, que se relaciona com o sentido de existência humano.

Contudo, tais intenções não são manifestas. O real e o desejo não se deixam conhecer de forma direta. Apenas o que se mostra são suas representações. Herrmann (1999, p.145) conceitua a dimensão do real, conforme a vertente da Psicanálise, como aquilo que envolve uma extensão psíquica, ou “uma psique extensa”. Quando ela surge por meio de alguma produção humana, é nomeada de desejo, formando assim uma parte do real capturada no sujeito. O método psicanalítico é apenas uma das maneiras de se investigar o real humano. Como ele é a proposta do presente trabalho, cabe-lhe então a envergadura de apreender tais intentos nas ações humanas aqui produzidas a fim de que não se transformem em meros atos. Em um nível comum, segundo Herrmann (*ibid*), há um consenso na sociedade para que nem todos os sentidos sejam captados, ou expressos, caso contrário, tornar-se-ia impossível uma comunicação entre os seres humanos, tendo em vista que o desejo e o real são de uma outra ordem, inconsciente. Para tanto, a representação, a realidade e a identidade se traduzem como meios de inserção do sujeito em um campo comum, relacional. Para que se produza um efetivo conhecimento sobre a psique humana, o método, assim proposto, pressupõe configurar uma dimensão não-comum das relações, ou que esteja potencialmente nelas implicado, o que Herrmann denominou de ruptura de campo.

Ao que importa referir às noções de campo e ruptura de campo, Herrmann (2001, p.29) conceitua campo como uma “zona de produção psíquica bem definida”, que organiza por meio de regras as relações que nesta ocorrem. É definido como uma parte da psique posta em ação e pode se referir tanto ao psiquismo individual, quanto à psique social e da cultura. Dado que o sujeito não possui consciência do campo em que se encontra, equivale dizer que o campo é o inconsciente. Ou ainda, ele afirma que o

inconsciente freudiano é um campo. Porém diferentemente deste, cada campo é igualmente um inconsciente relativo, ou seja, que compete às relações que ele determina, constituindo-se então a psique de vários campos interconectados. As regras existentes em um campo determinam e produzem as relações que são estabelecidas a partir dele (Herrmann, 2001, p. 26). A representação e a realidade são sustentadas a partir das linhas de força dos campos que as configuram. Logo, é função do próprio campo manter-se delimitado e com sua própria lógica definida, garantindo assim a manutenção das representações e do que confere forma à realidade do sujeito.

A ruptura de campo é definida por Herrmann (2001) como a forma mesma de produção do conhecimento psicanalítico. A partir deste movimento, há quebras, rachaduras, fissuras no campo rigidamente estruturado pela psique por meio da escuta e da apreensão dos sentidos imbricados no discurso daquele é ouvido. A interpretação é o processo que leva à ruptura de campo. Pode ser caracterizada por uma inundação de possibilidades, de sentidos possíveis, alternativas ao que se refere enquanto diferença para o que é trazido pelo sujeito. A interpretação consiste em fazer com que possíveis diferentes possam entrar em contato e se chocar com a representação do sujeito. A representação, tida como forma daquele campo, acaba por ficar em suspenso, à revelia de que novas regras venham a organizar um outro campo, um novo campo possível. Após a tempestade instaurada pela ruptura do campo anterior, inúmeras possibilidades se abrem para a disposição de novos campos.

Os campos instaurados na pesquisa perpassam as relações dos sujeitos na vinculação afetiva com a criança, bem como com a própria pesquisa quando eles são convidados a pronunciar, a relatar, a reviver a situação experienciada. Os elementos que emergem enquanto fenômenos durante a pesquisa, por meio das entrevistas, dos relatos e das observações configuram uma situação específica, *sui generis*, possível apenas

naquele momento, naquela relação. Portanto, a subjetividade constituída a partir de uma intersubjetividade se caracteriza como um campo regido por forças diversas, que se entrelaçam e se alternam.

Buscar analisar a vinculação afetiva da criança, a partir de uma experiência de devolução, inscreve os sujeitos entrevistados em um campo único determinado por suas possibilidades e limites. Promover a construção de algum conhecimento acerca da lógica dessas relações determinantes dentro de um campo específico implica em sua ruptura, como nos esclarece Herrmann (2001), com a quebra, a ruptura, um campo se desfaz e outro se apresenta. Ou seja, buscar no campo do abandono, da devolução, enfim, da ruptura do vínculo uma lógica estruturante convoca o lugar do olhar psicanalítico, por meio da interpretação, para captar os elementos inconscientes constitutivos do fenômeno.

3. A “entre-vista” como ponto fundante na construção do método

De forma a considerar que o conhecimento se dá a partir da relação, a entrevista, como instrumento de pesquisa, delineia-se como um campo no qual estão inseridos sujeito pesquisador e sujeito pesquisado. É possível dizer que este é um campo *sui generis*, posto que estabelece suas próprias regras. A entrevista foi utilizada e compreendida nesta pesquisa como um dos instrumentos mais adequados para a busca de informações e de contato com os sujeitos colaboradores da pesquisa. No nível da relação pesquisador – sujeito pesquisado, a entrevista emerge como possibilidade para que algum discurso seja produzido pelos sujeitos que a compõem. O sentido de produção aqui mencionado deve ser entendido como palavras, gestos, lapsos, atos falhos, enfim qualquer fenômeno que se refira à relação, à situação de encontro evidenciada pelo contato com o outro.

Segundo Rosa (2004), inicia-se com o fenômeno e caminha para a elaboração do conceito e da teoria, construindo uma metapsicologia, ou prototeoria, no conceito elaborado por Herrmann (2001), que é produzida a partir da escuta psicanalítica no processo interpretativo. A ênfase da escuta psicanalítica não se encontra apenas na interpretação, ou na teoria por si só, mas na integração da teoria, a prática e a pesquisa. O objeto da pesquisa não é dado *a priori*, ele é produzido na e pela transferência. A observação dos fenômenos está em interação com a teoria, construindo o objeto de estudo. Para Rosa (2004), o pesquisador psicanalista deve se colocar à disposição da questão que se apresenta, sem esperar formatações prontas ou pré-elaboradas, pois naquela está manifesto o inconsciente. Herrmann (in Silva, 1993, p. 133) relata que o inconsciente psicanalítico é aquilo que surge da interpretação psicanalítica. A pesquisa psicanalítica é diferente da análise do paciente. O sujeito do inconsciente está presente em todo o enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende.

Como o que propõe Herrmann (2001), cada psique se forma a partir de inúmeros campos que se interrelacionam, configurando sua identidade e representação da realidade. Isso o habilita a estar inscrito em um campo comum, que propicia acesso ao outro para concebê-lo enquanto alteridade, caracterizando-o como diferente, porém comprehensível. De acordo com Silva (1993), uma entrevista investigativa nos moldes psicanalíticos comprehende a relação com o outro como objeto de estudo. O outro é representado aqui como sujeito, singular, comunicando no nível do que lhe é possível e do que lhe é “im-possível”. Isto é, a parte consciente, comum e comprehensível para entrevistado e entrevistador e a parte inconsciente, da ordem do “im-possível”, que está dentro de suas potencialidades, mas ainda está submersa. Para Silva (1993), o trabalho psicanalítico se ocupa em fazer emergir o que está submerso, ou seja, o que é da intersubjetividade, e relacioná-lo com o que está aparecendo na superfície.

Creio que seja construção (em seu sentido mais amplo) o termo apropriado para adjetivar o fenômeno da entrevista, na qual os entrevistados e o entrevistador delineiam um movimento peculiar enquanto sujeitos implicados. A entonação de voz, as pausas, e outros elementos que caracterizaram o discurso compõem o campo. Herrmann (in Silva, 1993) se refere à entrevista em uma pesquisa psicanalítica desta forma: “*onde alguma coisa vai acontecer entre entrevistador e entrevistado*” (p.152). Tal frase define o que é característico da pesquisa psicanalítica. As descobertas advindas da aplicação do método psicanalítico em pesquisa, em extensão, estão na ação, no percurso do questionamento dos entrevistados e não na indagação em si. Elas se constroem na relação, e a partir dessa construção novas relações se constroem, intercambiando-se. Ou seja, pode-se pensar a construção como a construção do campo que estrutura as representações que determinam a lógica do fenômeno da vinculação afetiva e suas rupturas na forma do abandono e da devolução. Logo, torna-se imperioso não o que se pergunta, mas como se pergunta e como se responde. A questão norteadora implica no disparador para a fala, para a elaboração do sujeito acerca do que lhe afeta. O conhecimento é constituído neste movimento, no que acontece **entre** pesquisador e sujeito pesquisado, “entre-vista-dor” e “entre-vistado”. Ambos ocupam posições intercambiáveis, nas quais podem ver, podem se vir e permitem ser vistos.

“**Entre**-vista-dor” e “**entre**-vistado” podem ser expressões que designam significativamente, para fins de ilustração e representação nesse contexto da pesquisa, o entendimento do campo que comporta o sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, o **entre** que simboliza a relação e o movimento de construção dos elementos constitutivos da lógica de produção do fenômeno. A partícula **vista ou vistado** pode ser representativa da ação interpretativa, da ferramenta que o pesquisador se utiliza para interagir, para se comunicar com o sujeito pesquisado. Podemos entendê-la como o que

permite ao pesquisador estar com o outro, sujeito, e ser afetado por ele. A referência à **dor** representa o sofrimento humano, caracterizado na pesquisa pela situação do abandono, da devolução, do mal-estar advindo de uma ruptura de vínculos sucessiva como foi o caso da criança devolvida, bem como pelas situações adversas que remetiam a momentos de afetação dos entrevistados em relação ao caso em estudo. Assim, ao pensar nas expressões “entre-vista-dor” e “entre-vistado”, como foi colocado a partir de Herrmann (in Silva, 1993), neste caso de devolução, houve a possibilidade que se aproximou de um “entre-ver”. Situando em termos psicanalíticos, podemos ressaltar que se aproxima mais do campo da escuta do que da visão, considerando que a percepção se constitui por meio dos sentidos específicos atuando como um todo. Ou seja, o caminho metodológico, enquanto possibilidade de se construir um saber, implicou a condição de “ver”/“ouvir”, enfim, perceber o sofrimento do outro, a dor que permitiram investigar e a própria dor que a pesquisa suscita ao caminhar.

A própria teoria, o próprio caminho é trilhado ao ser descoberto e nele se encontra o genuíno caminhar. Tratar do tema da devolução de crianças sob uma perspectiva objetiva e formal remete a um lugar conhecido e socialmente repreensível, atrelado a um discurso moral que coloca os sujeitos (pais e criança) em posições absolutas de vítima ou algoz, traçando linhas de orientação que escapam ao sentido avesso da experiência que implica em abordar outras versões do que foi vivenciado. A interpretação, caracterizada no movimento de ruptura de campo, como nos propõe o método psicanalítico a partir de Herrmann nos possibilita sair do lugar comum, aventurar por *mares desconhecidos* e romper os limites impostos pela quietude alienante do fato.

Pensar em uma forma de organizar os elementos que emergem em uma pesquisa psicanalítica exigiu-me tanto trabalho quanto interpretá-los, pois caracterizou um

mesmo movimento. Considerando que o conhecimento se produz na relação e que homem e mundo se constituem mutuamente, pode-se dizer que a organização se realiza ao se interpretar e vice-versa. Na própria dinâmica da entrevista, da busca pelas informações, nas impressões sentidas, nas respostas expressadas... o próprio modo de se pesquisar remetem ao que se constitui como fenômeno a ser interpretado e sua interpretação. Com a frase célebre “o caminho se faz no caminhar”, em seu trabalho, Baccarin (2000) nos reporta a esta dimensão da produção do conhecimento e do encontro com o método no desenvolvimento da pesquisa e de todas as suas fases. Com base nessa vivência ao longo do trabalho, foram sendo pensadas formas de se organizar o material das entrevistas, visitas, observações e vivências registradas ao longo deste processo. Os contos emergiram como um recurso fértil para integrar aos conteúdos produzidos às interpretações, versões originais e simbólicas do caso.

4. Contos, uma narrativa de sentidos

Por meio da leitura dos contos de Rubem Alves (2004, *O País dos dedos gordos* e, 2001, *A boneca de pano*), Amir Mattos (2007, *Era uma vez: contos de Andersen e de Grimm e outras histórias clássicas*) e de Roberto Belli e Cristina Marques (2009, *Clássicos de Ouro*), pude começar a compreender e associar aos personagens o caso da pesquisa. Foram emergindo figuras e imagens que remetiam às questões apresentadas nos relatos dos entrevistados. A leitura começava a ser ressignificada, promovia reflexão sobre a relação pais e filhos, a adoção, a devolução, o abandono e a fraternidade. A partir daí, um movimento mais leve, tranquilo, porém não menos intenso, desabrochava. A identificação com os contos propiciou um novo encontro no cerne da pesquisa: o encontro com o objeto de estudo. Permitiu-me realizar alguns contornos, pois eu passava a reconhecer os vários recortes que até então vinham

cindindo a história de vida da criança. Ficava cada vez mais clara a impossibilidade de transmitir em uma só história as várias histórias que compunham a personagem principal - Ana. A fim de compreender este processo de rupturas, a apresentação do caso em contos traduz a dificuldade, o sofrimento e a facticidade da alteridade da criança enquanto um sujeito que não caberia em uma apresentação formal. As figuras dos contos desse trabalho têm como ponto estruturante os relatos e as descrições a partir do olhar peculiar de cada entrevistado. Os elementos que subsidiam a montagem dos contos e a escrita narrativa do caso estão todos engendrados e atrelados aos conteúdos emergentes nas entrevistas, nas observações e nas entrelinhas do decorrer da pesquisa.

Para Kizzy Ysatis (2009), o conto se caracteriza como uma narrativa que transmite uma única impressão ao leitor. Um conto se faz com uma escrita concisa, porém complexa de modo a transmitir uma sensação intensa e chocante que produza um estranhamento instantâneo. Para Cortazar (1974), o conto se torna uma escrita significativa quando irrompe em uma quebra de seus próprios limites e transcende o que é narrado na pequena história. Ou seja, o conto é uma imagem do que se deseja transmitir, pois o que de real se imprime à história no conto é o que se produz no movimento de leitura e afetação do que é narrado. Um conto expressa a simplicidade e a complexidade de um estilo de narrativa não menos importante que um romance ou novela. Por sua característica curta, o conto pode dar a impressão de que exige menos do trabalho do escritor do que um romance, porém, justamente por isso pode se tornar um gênero de escrita trabalhoso no sentido de que requer uma condensação de elementos para gerar o efeito no leitor.

Ysatis (2009) distingue que a estrutura de um conto é curta e sem muitas delongas, ou detalhes, que perturbem, ou embaracem o entendimento e a percepção do leitor. É um gênero de narrativa breve e focada na impressão que o escritor deseja

provocar naquele que lê. Paradoxalmente, é considerado por alguns, como Cortazar (1974), um gênero de narrativa de difícil definição que escapa nos seus múltiplos e antagônicos aspectos. Gotlib (1985), em sua obra *Teoria do conto*, delineia o que se traduz como o movimento de um conto. O ponto central deste tipo de narrativa é promover um “sequestro” do leitor, vinculando-o num efeito de modo que ele tenha uma percepção da obra como um todo, haja vista que os todos os elementos do conto foram incorporados na narrativa de modo a provocar este efeito. Neste “sequestro” temporário, há uma força de tensão que está imbricada em um sistema de relações entre os elementos do conto em que cada pormenor é significativo, salientando a importância de que sejam transmitidas no texto as palavras necessárias para expressar a idéia original do conto.

Gotlib (1985) define a noção de conto a partir da estrutura do verbo que remete ao contar (do latim *computare*). O contar uma estória evolui posteriormente para o registrar a estória, transformando-a em linguagem escrita. Mas contar não é somente relatar um acontecimento. Segundo a autora acima citada, ao se relatar um fato acontecido implica que este fato está sendo trazido novamente, outra vez no sentido de que *re* (outra vez), com *latum* (trazido), que se originou de *fero* (eu trago). Assim, o fato, ou acontecimento, é trazido, *relatado* por alguém, que experienciou o fato, ou foi testemunha do mesmo. Gotlib (*ibid*), contudo afirma que o conto não se refere somente ao acontecido. Ele não tem compromisso com o evento real. No conto, realidade e ficção se misturam e não há como definir os limites entre ambos. Não há o que verificar se é verdade ou falsidade, o que existe é ficção atrelada à realidade, a uma porção cotidiana inventada, ou “a arte de inventar um modo de se representar algo.” (1985, p. 12). O que Gotlib ressalta é que existem graus de proximidade ou de afastamento em relação à realidade que se queira representar, alguns textos mais, outros textos menos.

O que se propõe no presente trabalho é, portanto, por meio da metodologia da escrita do conto, apresentar o caso, como a narração de uma história em que o personagem principal é a criança (Ana) que foi abandonada pelos pais biológicos, devolvida pelos pais pretendentes à adoção e adotada por um terceiro casal. Os resultados serão apresentados em forma de contos. Foi realizada uma subdivisão em três momentos, contemplados em três contos diferentes para ressaltar cada fase que a criança vivenciou na respectiva família. O primeiro irá tratar da inserção dela no contexto da família biológica. O segundo irá abranger sua experiência com a família que a devolveu e o terceiro irá contar sobre sua entrada em uma nova família já enquanto filha adotiva. Inicialmente os entrevistados foram apresentados como personagens dos contos, conforme informações oriundas de relatórios e das entrevistas. Posteriormente, ao final de cada caso, foi apresentada uma análise teórica, abordando os aspectos mais relevantes em cada contexto específico, tendo como parâmetros fenômenos descritos pelos entrevistados que se relacionassem com a temática dos laços de afeto, do vínculo entre a criança e o seu entorno.

V. ANÁLISES: fragmentos de uma história desvelando a ânsia por uma integração

1. Descrição dos Sujeitos dos Contos: no Elenco

Fátima: é a mãe biológica das seis crianças que compõem a prole do casal. Nos autos, é descrita como uma mãe negligente, agressiva e que se tornou cúmplice do marido nas acusações de abuso sexual de uma das filhas por saber o que acontecia e, mesmo assim, não denunciou o companheiro. Além disso, ela foi acusada de compactuar com ele também nas cenas de violência doméstica, as quais eram protagonizadas pelo casal em brigas violentas dentro do ambiente doméstico, perante o olhar das crianças. Quase nada se sabe sobre ela. A casa onde supostamente estaria morando não foi encontrada no endereço referido. Fátima mostra para além das lacunas que faltam, ela mostra sua ausência por completo. Inexiste uma parte tão grande dela, que se assemelha a um pano escuro com pequenos furos vazados e os furos se caracterizam pelo que nos é dado conhecer e não o avesso. Pelo marido, ela é percebida como uma esposa violenta, traiçoeira e desrespeitosa. Não o tratava bem, o agredia muitas vezes com panelas, tentando mata-lo com uma faca uma vez. Os filhos, contudo, eram seu suplício. Apesar da negligência da qual acusavam-na, ela tentava buscar ajuda e manifestava sua enorme dificuldade em lidar com eles, seu sofrimento, sua solidão e o desejo de *dá-los* para alguém criar. Nos relatos do processo, fica evidente seu desejo em *dar* as crianças, pois, segundo consta, ela estava *sem condições* para educá-las e criá-las. Diante do vício do marido, havia uma mãe sozinha e sofrida com seis crianças a tiracolo. A alguns parentes foram oferecidas, mas ninguém se manifestou no sentido de ficar com elas. Além disso, é expresso nos autos que alguns desses parentes não eram pessoas *confiáveis*. Assim, Fátima se justifica diante da situação em que foi acusada de negligência e abandono.

Carlos: é um pai com sérias dificuldades financeiras e de saúde. Uma época, quando tinha os filhos consigo, bebia demais. Alcoolista, sofria para se manter no emprego e conseguir outro que lhe pudesse suprir as necessidades. Um marido sofrido na relação com sua esposa. Corria perigo ao lado dela, visto que uma vez ela tentou matá-lo. Carlos era um pai agressivo, autoritário, não gostava de ser contrariado e prefere esquecer os tempos em que fazia uso de bebida alcoólica e desrespeitava quem estivesse ao seu redor. Travava sérias batalhas com sua ex-mulher no recinto doméstico, ao passo que durante estas batalhas tentava esconder os filhos em um quarto todos juntos. Pai marcante, não deixava passar as travessuras e falhas dos filhos. Quando sabia de algo que por ventura um deles tivesse feito, eram ajoelhados nos grãos de milho que eles pagariam por ter feito algo errado ou desrespeitado sua ordem. Carlos narra com orgulho sua maneira de trazer ordem para as crianças e para o lar, apesar de não se sentir da mesma forma ao relatar sobre sua convivência com a ex-mulher. Afirma inclusive que ela inventou que ele teria abusado sexualmente de uma de suas filhas, uma das gêmeas que tinha. Carlos não assume que o que fez tenha sido real, além de não assumir também que ameaçava a família quando bebia. Além de não assumir muitas coisas das quais teme relatar. Muitas lacunas ficam na percepção de um pai que mostra se escondendo e se esconde se mostrando.

Ana: é a criança protagonista dessa história, entre seus sete e nove anos de idade. Estava matriculada na escola, geralmente fazia todas as tarefas e correspondia muito bem às expectativas que as pessoas depositavam nela. Vivia com seus outros cinco irmãos que têm entre sete e treze anos. É muito apegada a um deles, Gabriel, dez anos, andavam sempre juntos e era difícil separá-los. Na escola, algumas professoras pensavam que eram gêmeos, mas Ana se diferenciava pelos seus olhos esverdeados e o tom de pele morena. Era sua marca registrada... os olhos esverdeados... quando falam de

Ana, as pessoas sempre se referem a eles de alguma maneira. Ana era querida e reconhecida em sua família biológica por esses traços. Contudo, isso não parecia suficiente para suplantar as inúmeras dificuldades que seus pais biológicos enfrentavam junto à essa família. Seu pai, Carlos, era alcoolista e sua mãe, Fátima, era dona de casa e, às vezes, trabalhava para suprir o que o companheiro não fornecia, além de cuidar das crianças. Eles brigavam bastante e geralmente Ana, junto com seus irmãos, ou eram os *culpados*, por terem feito algo errado, ou sofriam as consequências do que acontecia de errado. Ana e seus irmãos foram trancados em casa por quatro dias sem comer, pois Fátima precisou trabalhar, foram levados a um abrigo temporário. Posteriormente Ana foi transferida para outro abrigo junto com eles.

Lá, da mesma forma, era conhecida como uma *menina perfeita*. Gostava de ir à escola e era carinhosa e afável. Cativava Laura, uma das mães sociais do abrigo que a acompanhava e cuidava dela. Laura já trabalhou muitos anos nesse abrigo e pôde presenciar as idas e vindas de Ana que são contadas com pesar e afeto. Ainda nesse contexto, Ana e Gabriel não se separavam. Ela conheceu o casal João e Joana, que foram seus padrinhos inicialmente. Com eles, ela passou as festas de fim de ano, bem como eles iam visitar o abrigo sempre que possível no trabalho voluntário que desempenhavam na instituição. Ana foi para a casa deles e lá teve uma atenção e diferenciação que não tinha no abrigo. Ana teve sua guarda autorizada judicialmente para conviver com esse casal provisoriamente.

Ana parecia empolgada para estar com essa família, tentava ter um bom desempenho na escola, tinha objetos e mimos só para ela. Porém, com o passar do tempo, começou a apresentar algumas dificuldades para lidar com determinadas situações. No colégio, o casal começou a ter reclamações sobre ela, pois levava objetos para casa que não eram dela e estava se mostrando desobediente e rebelde. Ana não

atendia por seu nome, logo os pais com quem estava sugeriram que mudasse de nome e passou, então, a se chamar Anita. O tempo todo em que esteve com João e Joana, ela era atendida como Anita. Oito meses depois, ela foi devolvida pelo casal. Joana não suportava mais cuidar dela, estava mal-educada, rebelde, enfim, tornou-se difícil a convivência entre elas. Joana acreditou ser impossível ser mãe desta criança e a devolveu. Depois disso, Ana voltou para o abrigo, recolhida em seus pensamentos. Chorava muito e não expunha suas angústias para ninguém. Não sabia mais a que nome responder, se Ana ou Anita. Ana parecia não ter mais uma identidade definida. Intimamente, parecia ter esperanças de que a situação mudasse e voltasse para o casal, apesar de demonstrar ter enfrentado bem o fato de ser devolvida. Tinha saudades dos outros irmãos.

Porém o que para ela se passou depois foram dias angustiantes, de choros repentinos, de lembranças recorrentes de tudo o que vivera até então. Após alguns meses, ela foi adotada por outra família, um casal estrangeiro. Gabriel também havia sido adotado tempos antes para um lugar próximo ao que ela iria com essa família. Isso renovou suas esperanças devê-lo novamente. Com essa nova adoção, Ana parecia aliviada e extasiada, era tudo muito novo e aconteceu bem depressa, como se a tirassem de um buraco escuro e úmido. Ela vive com essa família desde agosto de 2009.

Joana: é uma mulher forte. Adora discursar e tem “*o dom da palavra*”. Com voz firme, clara e bonita delimita seu espaço e o circunda de modo a estar segura dentro dele. Tem motivos para estar desconfiada e a confiança parece ser algo valioso para ela, não sucumbe facilmente, especialmente aos desejos ou interesses alheios, pois tenta proteger ao máximo o lugar onde pisa. Com um território bem delimitado não há muito por onde escapar, logo o movimento é rígido e lento, em contraponto com o movimento de sua realidade externa que se move tão rapidamente que ela não tem tempo para

assimilar ou elaborar o que lhe acontece interiormente. Joana sonha e deseja muito a maternidade, inclusive para sua plenitude feminina, ser mãe é um ato que a inscreve belamente no papel de mulher e esposa. Não poder ter filhos a frustra. Qual não é a mulher que em seus sonhos pleiteia o filho lindo e amável. Joana se sente merecedora disto e por isso não pretende desistir do sonho, apesar de não ter dado tão certo como gostaria até então em suas tentativas. Haverá ainda o momento em que um lindo bebê romperá os limites e adentrará a docura de seu ventre materno simbólico. É assim que gostaria de chamar... o seu ventre materno simbólico. Pena, muita pena que ela não pôde gerar em si, durante os nove meses, ou talvez até mais um pouco em seu ventre materno simbólico a existência de uma criança pela qual ela se apaixonou, não chegou a amá-la, mas se apaixonou por ela, por seus belos olhos! Joana é a filha caçula, é muito querida em seu seio familiar, porém não se abre muito, é reservada e compartilha suas aflições com que ela sente que poderá comprehendê-la, evitando assim frustrar-se e se expor desnecessariamente. Porém, Joana sabe que existe saída, que pode pedir ajuda, caso queira fazê-lo. A igreja que freqüenta e as amizades que cultiva lhe oferecem possibilidades de ser acolhida e de poder falar sobre algumas de suas dificuldades. É uma mulher observadora em amplos aspectos, o que lhe confere vivacidade, perspicácia, mas um certo distanciamento.

João: parece o avesso de Joana, a parte *João*. A parte um tanto escondida de Joana, aquela que aparece pouco, mas está ali, presente e forte. De aspecto calado, um pouco triste, João fala pouco, muito pouco, mas quando fala.... expõe certamente o que se passa em seu interior, centraliza a questão, torna-a figura e tudo o mais se torna fundo. Também filho caçula, junto com Joana, sua esposa, formam o casal “dos meninos” no convívio doméstico. A certa altura, se parecem a dois jovens belos, fortes, vivazes e com um caminho inteiro pela frente, riem juntos, trocam olhares,

compartilham opiniões. João sorri pouco, é simples e dócil, mas o olhar triste não esconde o sofrimento de não poder gerar em Joana a vida que tanto deseja. João sonha em ser pai. Certa vez foi a uma clínica, tentou por meio de intervenção médica realizar o sonho, juntamente com Joana, mas no 14º dia, Joana teve a confirmação de que não havia dado certo. João se sente frustrado, incapaz e inútil por não poder dar isso à esposa que já foi mais exigente e hoje está mais compreensiva com ele. João tem muitas questões em sua vida pessoal e na dinâmica familiar que o perturbam, porém ele custa a dizer, protege-se, defende-se. Percebe ele que não foi tão amado por sua mãe como gostaria. Ela (mãe) troca os nomes dele e dos irmãos, inclusive de um que já é falecido e de quem a mãe gostava muito. Tem um outro irmão com problemas de saúde que solicita da mãe atenção constante e ela lhe cede. João sente que faltou-lhe algo, algo de que gostaria muito de usufruir como o amor e a atenção de sua mãe. João descreve uma luta e uma dificuldade imensas em estar com Ana e Joana no meio social. Segundo ele, as pessoas brincavam, faziam piadas, diziam “filha de vocês dois?” em tom irônico querendo dizer que por Ana ter um tom de pele mais claro não poderia ser filha de João, mas somente de Joana. O que ainda tornava as situações mais desagradáveis era o fato de que Ana já era uma menina, no auge dos seus sete anos, e os parentes e amigos antigos do casal não a conheciam anteriormente, ou seja, ficava nítida a adoção e consequentemente expunha o casal em sua intimidade familiar. Na luta para ficar com a menina dos belos olhos, como dizia Joana, João sucumbiu à pressão, ao preconceito e ao medo, e assim ela se foi e ele e Joana ficaram e tiveram que pagar um preço que ainda hoje lhes rouba o sono e os sonhos, pois depois desta experiência, o casal ficou frustrado e receoso de, por enquanto, tentar uma nova adoção.

Luiza: é juíza e assumiu o caso posteriormente à decisão de guarda do juiz anterior para o caso de Ana quando João e Joana pleiteavam a guarda dela. Luiza não

falou sobre o caso especificamente. Aliás, foi muito difícil encontrar, falar e entender Luiza, pois ela nunca podia atender-me, estava *sempre* muito ocupada. Passaram-se cinco meses desde um contato inicial para que ela pudesse me receber rapidamente em sua sala. Muitas vezes, eu ficava esperando por ela, pois na saída haveria de ter uma chance de falar-lhe. E sempre quando a via precisava relembrar do que se tratava, quando os secretários não a intermediavam e mais uma vez eu ficava sem respostas. Como o caso de Ana ainda estava em andamento, era muito delicado fazer referências ao processo, era sempre tratado com muito cuidado por todos da instituição. Por fim, após os cinco meses, consegui finalmente marcar a entrevista com Luiza.

Ela guardava uma distância segura entre sua percepção do caso e seu posicionamento estritamente profissional. Em sua postura, o movimento relutante e resistente se mostrava evidente diante do *tabu* da devolução. Na instituição, teme-se falar desse assunto, ainda que este temor não seja explicitado, mas tratado com indiferença, ou com menos importância. Afinal os apontamentos subjetivos que estão na base das demandas jurídicas paradoxalmente emergem como empecilhos aos procedimentos judiciais e, portanto “devem” ser abafados para o devido andamento dos processos, caso contrário, incorrerá em atrasos e perdas de oportunidades supostamente “imperdíveis”.

Jorge: é o coordenador do abrigo em que Ana ficou desde que foi transferida do outro abrigo provisório quando da separação de seus pais biológicos. É um profissional com uma percepção formada acerca das crianças internas e seu lema reflete uma postura de que “*antes tentar uma adoção do que não tentar*”, ou seja, para ele, arriscar vale mais a pena. Teme pelas crianças que não surjam oportunidades tão adequadas quanto às que presencia. Trabalha há alguns anos no abrigo e já viu cinco devoluções desde que está na administração do mesmo. Considera que algumas devoluções aconteceram sem

motivo aparente, por acaso e outras que já eram esperadas, por se tratar de devoluções que envolviam crianças “*dificeis*”.

Jorge expressa poder em todo seu discurso. Ele foi quem intermediou as relações entre João e Joana no abrigo. Foi ele quem insistiu para que o casal levasse também Gabriel, o irmão de Ana, para a casa deles à contragosto de Joana, que não desejava sua presença. A coordenação do abrigo lhe parece um cargo complicado, exigente, mas, ao mesmo tempo, cativante, pois ele se assegura de um determinado respeito junto às crianças que no abrigo estão internas e acredita que isso faz com que suas decisões sejam percebidas por elas como “*desejar sempre o melhor para elas*”. Como coordenador, ele é responsável pelas crianças, porém deve obedecer a uma instância maior que é o Juizado, ou seja, qualquer aproximação, modificação de conduta deve ser comunicada a esta instância. A prática do apadrinhamento, Jorge critica as imposições colocadas pelo Judiciário no sentido de que percebe como benéfica a aproximação dos padrinhos. O abrigo deveria se configurar como uma instituição de passagem, Jorge o reconhece e traça seu discurso reforçando o caráter provisório do abrigo, incentivando as adoções. Quanto à devolução de Ana, Jorge não admite que a “*menina perfeita*” tivesse sido devolvida, mas que casos como esses acontecem e a adoção acaba por ser “*um jogo de sorte*” que pode, ou não, dar certo à revelia de dos procedimentos utilizados.

Laura: é a mãe social que cuidou de Ana enquanto ela esteve no abrigo. Laura era quem fazia seus penteados, arrumava-a levava-a para a escola. Laura já trabalhou muitos anos nesse abrigo. Teve um período em que precisou se ausentar, pois foi dar à luz seus dois filhos. Mesmo neste ínterim, Laura não distanciou seu pensamento das crianças que ficaram no abrigo. Laura ama as crianças do abrigo “*como se fossem*” suas. Era “*como se fosse*” mãe delas pelo menos no espaço de tempo que ali ficavam.

Ela se dispõe de tal maneira que mesmo seus filhos biológicos já manifestaram ciúme em relação às crianças de que ela cuida. Mas ainda assim, consegue lidar com os afetos de todos. Laura é uma profissional sensível e dedicada. Em sua simplicidade, acolhe as crianças e busca protegê-las, tal qual uma mãe tenta proteger seus filhos. Percebe seu trabalho para além das paredes do abrigo e mesmo assim, comprehende as distâncias necessárias que devem interpor os laços afetivos que estabelece com as crianças do abrigo.

Ela reconhece que há limites e que a impotência pode aplacar as intervenções de ajuda e ação, assinalando qual seu espaço de atuação. O caso de Ana obrigou Laura a se deparar com essas limitações. Ela chora ainda o fato de não ter podido fazer mais por Ana do que gostaria, porém entende que em muitas situações isso realmente não lhe compete e o que pode fazer é sentir a dor de tê-la visto sendo devolvida. Laura tem seus horários divididos como qualquer outra funcionária do abrigo e busca organizar sua rotina de maneira a conciliar trabalho, casa, família e amigos. Apesar do jeito acolhedor para com as crianças, ela não se expõe facilmente, ficou resistente em falar de seu sofrimento e angústia diante do caso de Ana e somente com sua mãe alivia seus pesares contando o que sente. Não possui amigas com as quais possa compartilhar o que vivencia no ambiente de trabalho.

Laura se preocupa com a preparação e o estado emocional de todas as colegas que trabalham na área. É uma profissional que acredita que um ambiente de trabalho com espírito de equipe, amor, dedicação e capacitação podem desempenhar funções com mais segurança e responsabilidade. Ela considera o compromisso como um dos pontos essenciais para o bom acolhimento e o bem-estar das crianças abrigadas.

Lurdes: é a psicóloga que trabalha no fórum onde se passou o caso de Ana. Há muitos anos na instituição, Lurdes sabe das lacunas que esta apresenta e se coloca de

forma crítica em relação às práticas institucionais. Teve contato posterior com Ana, quando o caso já estava em andamento e a criança já estava com os pais sob a autorização de guarda provisória expedida pelo juiz em exercício quando Joana e João procuraram o fórum.

Lurdes questiona o apadrinhamento⁶ como prática perigosa para as expectativas das crianças e posteriores frustrações. O caso de Ana chegou a ela por meio do apadrinhamento, utilizado pelo abrigo como forma de acessar a comunidade no contato com as crianças. A postura, algumas vezes, cômoda e incomodada de Lurdes fazia-a pensar criticamente, contudo sua ação ficava sempre limitada aos anos de trabalho que lhe traduziam cansaço, alguma dose de angústia e frustração diante de muitas situações que acompanhou. Ela sentia-se profundamente afetada pelo caso de Ana. Um de seus principais questionamentos se referia à prática institucional deficiente, a escassez de registros sobre a família biológica e a falta de condições para acompanhar um caso do seu início ao fim. As idas e vindas dessa criança que resultaram em uma confusão indentitária despertaram em Lurdes um sentimento de acolhimento e empatia diante de seu sofrimento. Lurdes a acompanhava no fórum durante as visitas dos pais pretendentes à adoção. A percepção que possuía dessa família era de que tudo estava “*redondo, perfeito demais para ser verdade*”. Ana estava bem na escola, quando começaram a surgir demandas relacionadas à desobediência da criança e os posteriores castigos infligidos à ela como pena de impor os limites necessários à sua educação. Tais castigos preocuparam Lurdes que via em Joana uma mãe rígida e de difícil acesso. Para ela, João se apresentava como o pai submisso às vontades da mãe, como aquele que não se envolvia na relação entre mãe e filha, olhava de longe. Lurdes via com dificuldade a

⁶ O padrinho afetivo é aquele que visita regularmente a criança ou o adolescente, buscando-o para passar final de semana, feriados ou férias escolares em sua companhia, proporcionando a promoção social e afetiva e revelando a ela as possibilidades de uma convivência familiar e social saudável que gere experiências gratificantes. (Muramatsu & Freitas, 2008. SECOM – MT. Disponível em <http://www.secom.mt.gov.br>)

aplicação das orientações que fornecia à jovem mãe, pois ela parecia ter parâmetros bem estabelecidos para aceitar as opiniões de outrem.

Lurdes demonstrava ser uma profissional sensível ao sofrimento de Ana, desconfiou da mudança de nome da criança e sentia que algo havia ficado em suspenso. As demandas da instituição pouco favorecem um estudo aprofundado dos casos o suficiente para compreendê-los em suas entrelinhas. Assim, ela vai se preocupando com Ana, tentando conciliar percepções intuitivas a um cotidiano de relatórios e pareceres. Lurdes lutou o quanto lhe foi possível por Ana, tentou inviabilizar a reinscrição dela na fila de adoção internacional, o que não foi concedido pela juíza. Na medida do seu possível, pôde ouvir Ana.

Carla: é assistente social e trabalha no fórum. De trato fino e calma, enredou a entrevista, inicialmente com um conflito: “*no âmbito profissional, ou no âmbito pessoal?*”. Ou seja, estava preocupada em saber de que ponto partiria para responder à pergunta da pesquisa: “*como foi para você vivenciar essa experiência de devolução?*”. Manifestou um senso profissional desenvolvido, preocupando-se com questões sociais, afetivas e principalmente profissionais. Relatou que é uma rotina muito dura e pesada. Pesada, pois os fatos que ali ocorrem remetem diretamente à vida comum, à vida pessoal e o grande trabalho é poder sustentar o profissionalismo sem se tornar uma pessoa rígida e fria. Carla também se diz muito preocupada com a postura dos profissionais de sua área, pensando que há uma necessidade constante de se refletir sobre a prática para não incorrer em erros e tornar-se onipotente.

Carla revelou seu incômodo em julgar seja um casal, um homem, ou uma mulher pretendente à adoção, pois ela afirmou que esta é uma tarefa difícil, com grande responsabilidade por se tratar da vida e do desejo das pessoas. De modo sensível, assume que não é possível abarcar tudo a um só tempo. Ela expõe bastante sobre a

rotina de trabalho e, em especial, os casos que exigem uma elaboração mais complexa e, portanto, decisões mais difíceis. Quanto à Ana, Carla conheceu o caso posteriormente, antes do pedido e deferimento da guarda. Quando a equipe em que ela trabalha assumiu o caso para dar prosseguimento à inscrição e à adoção, a criança já estava com os pais pretendentes sob guarda. Carla estranhou muito como tudo aconteceu e manifestou suas inquietações por ter que fazer um trabalho já em andamento, pois segundo ela, pelos moldes legais, o casal primeiro se inscreve na fila de adoção, expõe o perfil da criança desejada e, então quando o perfil é encontrado, os pretendentes são chamados e dá-se continuidade ao processo com a guarda e por fim a adoção definitiva. Carla afirmou que isso não aconteceu, pois quando o casal chegou à Vara da Infância para fazer a inscrição já estava com ela em casa e, inclusive, havia a proposta de mudança de nome de Ana.

Ela manifestou um discurso bastante crítico sobre o caso, demonstrando uma postura reflexiva, questionou as práticas da instituição, dos profissionais, bem como dos pais pretendentes em aceitarem se submeter àquela situação no sentido de não seguirem os trâmites legais. Ponderou igualmente as questões sociais que envolviam a família biológica de Ana que resultou dentre outros fatores na destituição do poder familiar. Assombrou-se com a falta de informações acerca dessa família, com indicações escassas e relatos entrecortados sobre os acontecimentos. A partir da denúncia do Conselho Tutelar, a família parece ter sido apagada, ficando apenas uma mancha, forma de um esboço do que haveria sido esta família. Com isso, Carla se coloca ainda mais questionadora em relação à toda a máquina judiciária e social, mas surpreendentemente assume um discurso tão conformado, quanto manso. De questionadora passa a exacerbar as dificuldades de forma tal que elas justificam e amansam todo o questionamento anterior. Percebo que esse movimento de Carla fica nítido em seu modo de relatar.

De repente, em uma fala, Carla expõe que não sabiam muita coisa, não tinham muito recursos, o caso começou a ser acompanhado em desenvolvimento e não no início e, portanto, não teria como nem ela e nem nenhuma pessoa da equipe perceberem que havia algo estranho em um primeiro momento. Ana, segundo ela, estava se adaptando muito bem aos novos pais, ia bem na escola, interagia com os familiares do casal, era uma criança muito inteligente e tinha um histórico de estabelecer boas relações desde a instituição. Assim, Carla relatou seu susto em, ao fazer o relatório final, já caminhando para a adoção definitiva, saber que os pais haviam desistido de Ana e que haviam tomado a decisão de devolvê-la para o abrigo.

Sandra: é a mãe adotiva de Ana. Estrangeira, residente em outro país, tem outras duas filhas, sendo que uma delas possui uma deficiência mental, as meninas são mais velhas que Ana poucos anos. Sandra demonstrou ser uma mãe dedicada e esforçada com as necessidades que as filhas lhe exigem. Disponibilizou-se inteiramente a cuidar das filhas. O amor, *em especial*, que surgiu após ter tido a segunda filha que é deficiente reacendeu-lhe a vontade de ter outros filhos. Contudo temia não poder engravidar mais, ou, se caso acontecesse, temia que a outra criança também fosse problemática. Assim, já há algum tempo se interessara por outro filho. A possibilidade da adoção emergiu com entusiasmo o que a levou juntamente com seu marido, Cláudio, a iniciar a busca. Inicialmente tinham pensado no Brasil e em um país africano, mas a escolha pelo Brasil foi determinante ao pensar na receptividade do povo, no bom vínculo existente no trato de assuntos relacionados à adoção entre seu país de origem e este.

Sandra aproveitara o período de férias em seu país para que pudesse vir com toda a família e conviver com a futura criança de modo a todos poderem conhecê-la e interagirem com ela. Sandra gostou de Ana e novamente seus olhos esverdeados a fascinaram. E produziram Ana, passearam com ela e Sandra esteve com ela durante

trinta dias no *flat*. A mãe ressalta que teve medo algumas vezes, via-se como a madrasta de Ana, como a intrusa que adentra o território de uma menina. Apesar dos momentos difíceis em que Ana não falava nada, ficava sozinha e recolhida, Sandra via a possibilidade de que poderia ser mãe dessa criança e angustiava por saber de sua história, por ter mais dela do que seu momento presente, ansiava por um passado desconhecido, mas que ela parecia não temer descobrir.

Cláudio: é o pai adotivo de Ana, marido de Sandra. É professor de curso superior no país em que reside. A família possui um poder aquisitivo bom. Cláudio conta com o apoio de outros familiares na empreitada da adoção que iniciou junto com sua esposa. Ele a apoia bastante e conseguiu estabelecer um bom vínculo com Ana, ela se apegou a ele. No cotidiano em que conviveram, Cláudio ressalta algumas dificuldades, assim como Sandra, no trato com Ana, especialmente por seu jeito reservado e desconfiado de demonstrar seus sentimentos. Quando algo a alegra, ela se torna meiga, carinhosa e amável, quando a entristece, ela se fecha, com raiva e uma certa agressividade de como se estivesse sendo invadida em seu espaço.

Cláudio demonstra ser um pai dedicado e esforçado em dar boas condições para suas filhas. A segunda conta com um acompanhamento especializado e utiliza técnicas desenvolvidas especificamente para possibilitar sua comunicação com as pessoas ao seu redor. Cláudio se mostrou empolgado e entusiasmado com essa abertura para sua filha. Para Ana, ele deseja igualmente ser um bom pai e ajudá-la a elaborar o que passou em sua vida até então. Pensa em dar-lhe um futuro com mais possibilidades do que atualmente ela possui e se diz comprometido com a história de Ana no sentido de que deseja colher informações sobre sua vida e auxiliá-la em sua nova fase de vida a compreender a si mesma.

Ele acha relevante que Ana tenha ajuda especializada, que tanto pode acolher a eles, enquanto pais de uma criança em uma adoção tardia, quanto a ela que viveu uma infância difícil. Sua maior dificuldade é acessar Ana no sentido de que ela fala pouco sobre sua vida. Ele acredita que estabelecer laços de confiança com ela poderá ajudá-lo a se aproximar e fazer com que ela se sinta mais à vontade e se perceba como parte integrante dessa família, de modo que sua história é uma linha contínua, com passado, presente e futuro e que todos esses tempos são necessários para que eles possam compreendê-la e ela se perceber acolhida por eles. Quanto à experiência de devolução, Cláudio é categórico ao dizer que os pais que devolveram não estavam preparados para uma adoção tardia e vê essa vivência como um assunto que deve ser pensado, mas não tanto quanto seu primeiro abandono, ou seja, a separação da família biológica.

2. Quando as cortinas se abrem...

2.1. Conto I: Ana e a ponte quebrada



DALÍ, Salvador. *The Broken Bridge and the Dream*, 1945. 29 x 22.

E um véu de escuridão desceu sobre aqueles que ali moravam. Poderia ser o fim do mundo, talvez fosse, mas o caos era certeza que ali havia se instalado. Uma noite crua, na carne viva. Uma vida dura e muita gente misturada. Tinha dedo, tinha fala, tinha grito, tinha tudo que não podia ter naquele dia. E tinha principalmente uma criançada presa na beira de uma casa que, por sorte, tinha portas! Mas não havia pontes, não tinha ligação para lado algum, só um vão escuro pelo qual passavam os gritos e chegavam até a beira dessa porta. Ana encurralada. Lá no canto, escondidos, estavam ela e os irmãos, agarrados aguardando a tempestade passar. E que mar revolto! De vez em quando a maré subia. Aí, como uma ponte sob um terreno arenoso, aquela casa não parecia tão segura como era antes, ameaçava desmoronar e se mover com a velocidade e a altura das águas. Qual não era o desespero de Ana que tentava segurar as pontas nas pontas para não sucumbir com a ponte que levaria todos os seus irmãos. Um mar guiado

por deuses, incontroláveis e imprevisíveis. Qualquer vento era capaz de alterar o curso das ondas e levá-los a disputar entre si em busca de um pedaço da carne ou da cabeça do outro. Um senhor e uma senhora submersos em um aglomerado de gente perdida, inundados por uma pobreza que atingia até a alma, tentando serem pai e mãe num mar de dificuldades. Assim eram Carlos e Fátima. Deuses de uma família construída sobre uma ponte num areal. Mesmo os deuses podem não se reconhecer em suas criaturas, podem sofrer, se revoltar e querer eles mesmos aniquilá-las do seu plano de criação, arremessando-as para fora do paraíso do lar. Paraíso?! Sim, um paraíso, de qualquer modo, mas é um paraíso familiar e a grande punição para as criaturas seria a expulsão do lar. Carlos e Fátima entre si, na conjugalidade, cultivavam ódio e com os filhos, ah, amavam odiando, abandonando. Cena confusa de amor e ódio, de zelo e abandono. Assim, as tais criaturas ingratas, crianças criaturas, que não sabiam se comportar, que não conseguiam se controlar, não mereciam o paraíso ofertado e seriam expulsos.

Há muito tempo, Fátima considerava a possibilidade de *dar* os filhos para alguém. O peso dessas criaturas era demasiado grande para ela suportar sozinha, seis filhos e um marido alcoolista. As crianças não eram tão complicadas, apenas eram muitas, solicitando de todos os lados consideração, atenção, alimento, cuidado, limite, contornos. O cenário apresentava sempre casa pobre, simples, a migração sempre para lugares precários. A fome ou a pobreza extrema não eram como a ponte sobre o areal, nunca justificou ou foi argumento para o desmoronamento e abandono. Mas muita gente sobre ela começava a pesar. Se fosse um ou dois talvez aguentasse, mas seis era impossível de suportar. Eis o argumento, muitas criaturas para poucos deuses, parcos deuses... e deuses fracos.

Carlos e Fátima brigavam sempre, discutiam com agressões verbais e corporais. Violência parecia uma linguagem bastante comum, a única acessível no cotidiano

familiar de Ana. Os vizinhos não suportavam tamanhas confusões e ameaçavam sempre denunciar às autoridades policiais o que se passava com o casal, temendo pelas crianças. Fátima, por sua vez, alegava ser culpa de Carlos que, sob efeito de bebida alcoólica, tornava-se violento e agressivo. Ela tinha suas formas de escapar desse contexto, mantinha relações com outras pessoas e se ausentava do lar. A negligência para com os filhos era uma constante reclamada pelos vizinhos. O alimento não faltava, porém uma estrutura precária e limitada de afetos e implicações, sociais, econômicas e culturais faziam emergir um modo de se relacionar pobre e cindido. Carlos foi acusado de abusar sexualmente de uma de suas filhas. Fátima sabia, mas não agiu de imediato, pois temia a reação de Carlos perante os filhos, tornando-se uma forçosa cúmplice dele. Ana e as outras crianças pareciam não saber muito bem como agir e a quem recorrer, a não ser a eles mesmos e uns aos outros, que sabiam de tudo o que se passava naquele caos e, ao mesmo tempo, tinham a responsabilidade de carregarem consigo tais revelações em segredo. Os irmãos eram muito apegados entre si e pareciam tentar aliviar as culpas e as pressões familiares em conjunto, grudados, misturados.

Mas naqueles dias de cólera, lhes faltava até mesmo o alimento. E, numa noite, a polícia e o Conselho Tutelar surgiram e encontraram as crianças sozinhas e sem comida em casa. Os vizinhos denunciaram. Carlos e Fátima, tal qual deuses que abandonam o paraíso, retornaram após quatro dias e se depararam com a casa vazia. Já não havia mais criaturas por lá. Uma noite qualquer, mas era aquela noite fatídica que determinaria o destino daquela família invadida e revelada.

Precisava ter sido assim? Os órgãos executores da proteção à infância e juventude entenderam como necessária a intervenção extrema. Os dias foram seguidos de procedimentos jurídicos, inserção das crianças em abrigos, uma busca desesperada de um lugar com as mínimas condições para recebê-las. O que as instituições de

abrigamento e de proteção não abarcaram parece ser a dimensão da cisão da rede de ligação familiar que, mesmo precária, fazia-se presente na ausência. O que se viu depois disso foi uma sucessão de rupturas, inicialmente os pais, depois a irmã caçula, que ficou no primeiro abrigo para o qual eles foram provisoriamente, pois não havia vagas suficientes em outro abrigo para acolhê-los, logo depois, deixou o segundo abrigo e os irmãos que lá ficaram e mais à frente o surgimento dos “novos pais desconhecidos de Ana”.

2.1.1. Análise do Conto I

Um dos aspectos pertinentes ao conto I está relacionado ao contexto familiar e à especificidade de suas relações, principalmente considerando o modo como a família de Ana se constituiu e posteriormente se desintegrou. A obra de Dalí (1945), que inicia o conto I, ilustra o modo como percebi a família biológica da criança durante a separação e o posterior abrigamento dela e dos irmãos. Uma ponte rompida, os laços desfeitos, imersos em um contexto de pobreza, fragilidades subjetivas e físicas, um caos orientando os membros da família para uma nova ordem das coisas. Simultaneamente, há uma tentativa de sonhar com a reintegração da família e uma constatação real de que a separação ocorreu em um momento crítico das relações familiares, marcadas por conflitos, desavenças e impossibilidades. Aqui, retomo a visão de família proposta por Freud nos *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905) e questionada por Foucault (1988) em *História da Sexualidade I*. Esses autores são relevantes para se pensar as relações familiares. O diálogo e o questionamento circundam a estrutura e função da família, bem como tratam da dimensão sexual e secreta intra-familiar que me pareceu sintomática no caso de Ana e na dinâmica da família biológica.

A família, para Freud, é considerada enquanto estrutura formadora do psiquismo humano, lugar primeiro onde o sujeito tem a possibilidade de se organizar para a vida em sociedade, onde são inscritas as primeiras marcas psíquicas. A família burguesa, típica do movimento com o capital, aparece com a função de estruturar as relações sociais, baseadas na repressão dos instintos. A família é então concebida como o núcleo produtor e organizador social. As funções parentais atuam como os mecanismos que fazem com que as relações ocorram de determinada maneira, representando a relação do sujeito com o mundo, associado ao terceiro da função paterna, enquanto aquele que interfere e barra a relação mãe-filho.

Foucault (1988), contudo, encara a família não como espaço coercitivo e repressivo apenas das questões sexuais, mas ela representa o espaço de controle sobre o sujeito. Este não se caracteriza como um controle limitante, mas como um controle que mobiliza o sujeito. É no seio familiar que as pulsões do indivíduo podem ser primeiramente mobilizadas e conduzidas através de uma subjetivação adequada. A família assume a característica que todas as ciências humanas modernas pretendem: a de controle e mobilização dos sujeitos. Ela se tornou a guardiã do saber, especialmente do saber sobre a sexualidade, trata-se da dimensão do segredo interposto nas relações familiares acerca do sexo e de suas finalidades reprodutivas. O caráter político não pode ser negligenciado nas considerações foucaultianas haja vista que este é o mote da função da família para o autor. Ou seja, há um cunho muito mais disciplinar do que repressivo no sentido que Freud estabelece para a família. Haveria, portanto, um caráter político na função da família tratada por Foucault com vistas ao melhor desempenho do capital produtivo, com controle e rigor sobre a sexualidade. Porém, ambos tratam das relações familiares como aquelas que são perpassadas por uma forma de poder, seja pela lei paterna, coercitiva, para constituir a formação psíquica, seja pelo controle

disciplinador e utilitário dos indivíduos. O que se pretende então é a organização das relações entre os sujeitos.

Ao pensar no sentido das relações na família de Ana, como exposto no conto I, considerando o contexto de exclusão social, miséria e incesto, vê-se uma família numerosa e dilacerada. Nela, os pais abdicam das funções paterna e materna e permitem, ou até mesmo solicitam, a entrada de um terceiro membro (quais sejam a polícia, a sociedade e o Conselho Tutelar) no seu cerne. O privado se torna público. Há uma reivindicação de ajuda, de controle, em detrimento da abertura de um segredo familiar, que fica à mostra de todos, desvelando a fragilidade da estrutura familiar, subjugando-a à opinião pública e ao Estado, instância reguladora das relações sociais, quando a família “falha”. Há duas considerações pertinentes ao caso de Ana, pelo menos até aqui: a vulnerabilidade dos pais e a ambivalência dos sentimentos de amor e ódio que perpassam os sujeitos que compõem o núcleo familiar. A ambivalência no sentido afetivo (Laplanche & Pontalis, 2001) aponta em Freud como conceito relevante, pois ressalta de modo amplo a contradição de sentimentos de amor e ódio dirigidos a um único e mesmo objeto. Tal ambivalência edifica a constituição psíquica do sujeito. Freud trabalha este conceito considerando os diversos investimentos afetivos que podem ser canalizados para um mesmo objeto, ou, como ele propõe para as pulsões, objetos diversos, que transmutam ao longo da existência do sujeito.

No contexto familiar de Ana, é gritante a dificuldade dos pais em delinearem suas mobilizações de afeto. Freud, em *Totem e Tabu* (1913-1914), teoriza que há dois *tabus* fundamentais: a proibição da morte do animal totêmico (na civilização, corresponde à figura do pai) e o horror ao incesto. Ele faz uma analogia entre a aversão ao incesto pelo homem primitivo e as interdições estabelecidas pelo homem civilizado. Tais proibições são necessárias à construção do sujeito enquanto ser que cria laços sociais. Estabelece-

se, portanto, uma moral sexual que limita os sujeitos a terem relações sexuais com membros de uma mesma família (ou clã). Paralelamente, o Complexo de Édipo tem sua teorização para sustentar a ideia de que o primeiro desejo sexual se dirige ao genitor do sexo oposto, necessitando de um interdito para que o desejo não se realize. Na figura do totem está a significação paterna da lei de castração, enquanto aquele que incide sobre o desejo para conter o desejo sexual primitivo.

O sentido de *tabu* para Freud está ligado à noção do que é “sagrado”, “santificado”, mas ao mesmo tempo, ao que é “impuro” e “proibido”. Desse modo, o homem se estrutura em uma ambivalência básica, ele deseja e odeia o que é proibido, o que é da ordem do interdito. Nada é mais temido pelo sujeito do que a violação desta proibição.

Com o interdito para o incesto, as fantasias incestuosas não se concretizam e a pulsão passa a ser canalizada para outras fontes. O sujeito, portanto, começa a receber barreiras diante do seu desejo imperativo. Nesse momento, os mecanismos que buscam contornar, limitar, controlar e disciplinar começam a agir, traçando limites para as fantasias infantis e possibilitando a vinculação social, em que nasce o espaço da cultura para o sujeito.

Amar odiando e odiar amando são alguns mecanismos presentes na dinâmica familiar de Ana. O abandono se torna uma tônica para enfatizar a negação da mãe diante de uma situação com a qual ela não consegue lidar, o abuso sexual de uma das filhas do casal, o vício do companheiro e possivelmente uma vida infeliz. A negligência para com os filhos se transforma em arma para atingir em especial o pai, Carlos. Este era um segredo familiar que as crianças não tinham como negar e, além disso, teriam que conviver com o abuso de um dos seus, no qual o próprio pai ferira os preceitos básicos da interdição do incesto. Trabalhar com a ideia de deuses fracos, deuses em luta, deuses

em guerra representou minha interpretação diante da família. Pais que não conseguiram sustentar o interdito e o “sagrado”, sucumbindo aos desejos inconscientes à revelia das proibições incestuosas. A relação do casal trespassava as quatro paredes e refletia na mobilização afetiva dos filhos, provocando ira e desavenças.

O mito de Jasão e Medéia⁷, uma tragédia grega criada por Eurípedes, parece se aproximar da visão dessa relação conturbada entre os pais de Ana, o paraíso familiar e sua derrocada com a vingança por parte da figura materna nos filhos do casal. Pensar nos deuses fracos é pensar em deuses humanos e, dessa forma, não-deuses, na representação das fraquezas humanas. Carlos e Fátima figuram esses personagens ambivalentes e paradoxais. É relevante a caracterização humana e mortal do personagem de Medéia, que, na obra de Eurípedes, se configura como a ruptura de um modelo na abordagem sobre os deuses na Grécia Antiga. Com Medéia, o autor

⁷ Medeia, na versão de Bulfinch (2002), é descrita no mito do Velocino de Ouro, com Jasão e os argonautas. Jasão foi em busca do Velocino de Ouro, que estava sendo guardado por um dragão que não dormia no reino da Cólquida para reaver o trono com seu tio Pélias. Este havia sido coroado pelo rei Esão, pai de Jasão, até que o filho atingisse a maioridade e pudesse apossar-se. Quando na idade adequada, Pélias sugeriu a Jasão que lhe passaria a coroa se antes ele se aventurasse em busca do Velocino de Ouro. Jasão aceitou a proposta e mandou Argos construir um barco para ir ao reino da Cólquida. Posteriormente, a embarcação foi denominada de Argo e seus cinquenta tripulantes, de argonautas. Jasão e os argonautas conseguiram chegar ao reino e transmitir a mensagem ao rei Etes que consentiu em desistir do Velocino de Ouro caso ele, Jasão, arasse a terra com dois touros de patas de bronze que soltavam fogo pelas narinas e pela boca e logo depois semeasse os dentes do dragão guardião dos quais sairia uma safra de guerreiros que voltariam suas armas contra o semeador.

Jasão aceitou o desafio, contudo conseguiu pleitear antes sua causa junto à Medéia, a filha do rei, a quem ele prometeu casamento se atingisse o êxito em suas provas. Medeia, conhecida como uma poderosa feiticeira, ajudou Jasão a livrar-se da respiração de fogo dos touros e das armas dos guerreiros. Ela o auxiliou inclusive a adormecer o dragão que jamais dormira. Com um preparado de ervas, o dragão acalmou-se e adormeceu. Jasão, de posse do velocino, apressou-se junto de seus amigos e de Medéia para voltar à Tessália, antes que o rei Etes os impedisse. Medeia, contudo, vendo que o barco do rei os alcançaria, matou e esquartejou seu irmão, pois sabia que o pai pararia para recolher os pedaços e eles teriam tempo para fugir. Não obstante todo o júbilo diante da conquista do Velocino de Ouro, Jasão solicitou também a presença de seu pai, Esão, às festividades. Medeia retirou-se por nove noites a fim de atingir os intentos de seu amado. Além disso, aproveitou-se dos encantos e vingou-se de Pélias, o tio que havia usurpado o trono de Jasão, matando-o. Ao retornar, de pouco adiantou seus esforços, Jasão a repudiou para se casar com Crusa, princesa de Corinto. Furiosa, repleta de dor e de ódio, Medéia, que havia deixado sua família e salvado várias vezes a vida de Jasão, viu-se alvo de imensa ingratidão e implorou aos deuses vingança. Ela enviou um vestido envenenado à noiva que morreu junto com o rei que tentou acudi-la, e depois de ter matado os próprios filhos e incendiado o palácio, ela fugiu para Atenas, em um carro puxado por serpentes, onde se casou o rei Egeu. Na peça de Eurípedes, a frase final proferida por Medeia a Jasão é a seguinte: “*Eu nem mesmo deixo-te os corpos dos nossos filhos; eu os levo comigo para enterrar. E para vós, que me fizeste todo o mal, eu profetizo uma maldição final*”.

mergulha na dimensão da alma humana com todas as paixões e vicissitudes a ela inerentes.

2.2. Conto II: Ana, Anita e um amor em pedaços



DALÍ, Salvador. *The Madonna of Port Lligat*. (second version), 1950. 144 x 96.

Ainda se chamava Ana. Com seus olhos verdes, foi capaz de cativar e seduzir...

Joana sentiu uma sensação irresistível de procurar saber mais sobre aquela criança. Uma conhecida a ajudou na aproximação. Ana estava em um abrigo com seus irmãos. Jorge era quem coordenava a instituição e se responsabilizava internamente pelas crianças. Ele conheceu Joana e João, o casal que se interessara por Ana, e permitiu que ambos iniciassem na instituição um trabalho voluntário, buscando auxiliar nas atividades diárias das crianças, dando banho, ajudando nas tarefas, enfim, buscando uma

integração com todas elas e uma sutil aproximação com Ana. Mas, o fim de ano chegou e despertou sentimentos inusitados e avassaladores, impulsionando as pessoas a expressar bondade, caridade e quaisquer boas intenções que a época natalina suscita.

Foi nessa atmosfera que Joana e João decidiram apadrinhar Ana. Ela foi passar os dias de festas na casa deles, mas Gabriel teve que ir junto por insistência de Jorge. Pairava um estado de êxtase entre Joana e Ana, uma emoção intensa, tornando inacessíveis a ambas elementos do mundo real que pudessem compor a trama afetiva nesse estágio de “namoro”, caracterizando uma idealização tanto por parte da criança quanto da futura e desejosa mãe. Era época de férias na escola e Ana teria todo o tempo para desfrutar da companhia dos novos padrinhos. Gabriel foi e ficou com eles nesse curto período. Gabriel e Ana eram muito apegados. Mas os padrinhos solicitavam a presença de Ana apenas. A idealização estabelecida na relação entre eles fazia com que qualquer outro aspecto que fizesse correspondência com a realidade perdesse o sentido ou tivesse que ser excluído da relação. Parecia que Joana e João só vislumbravam a figura de Ana para o papel de filha do casal. Sim, a filha do desejo. Gabriel voltou para o abrigo, junto dos outros irmãos. Já Ana teria outro destino...

O casal recorreu a Jorge para dar prosseguimento à adoção de Ana. A esposa de Jorge os ajudou. Procuraram o Juizado no Fórum e lá requereram a guarda da criança. Foi muito rápido, um procedimento muito ágil e, de repente, quando viram... *estávamos com uma criança dentro de casa*. Ao ouvir parecia um discurso fantasioso. A rapidez dos procedimentos no fórum revelaram o tempo como um elemento relevante a ser considerado. Abrigo, Juizado e os pretendentes pais se esforçaram para acelerar o processo e por isso foi possível que Ana estivesse tão logo no lar do casal. Parecia angustiante, um desespero, corriam todos para agilizar. Foi explícita a ansiedade de que Ana pudesse ir para a casa dos padrinhos... e que logo seriam pais.

Em um processo inverso ao que geralmente é feito em adoções legais, o casal se inscreveu na lista para adoção, após já estarem com a guarda de Ana. Os pais, então pretendentes à adoção, vislumbravam que ela era a criança de seus sonhos e que tornaria possível a construção de uma família entre eles. Cinco a seis meses após conseguirem a guarda, o casal e Ana iam ao Fórum não com muita freqüência. Joana começou a enfrentar as dificuldades com Ana, ela se queixava de não saber como educar a filha e de não “*dar conta*” de muitas coisas que ela fazia. Joana parecia não suportar ver na criança as limitações que ela trazia consigo. Lurdes adentrou o campo dessa dinâmica familiar para tentar compreender o que se passava.

A todos da equipe do Juizado que acompanhavam o caso de Ana parecia que tudo ia *muito bem*, Ana estava indo bem na escola, tentando se adaptar e cativar os novos pais. Carla e Lurdes sentiam que parecia tudo *muito perfeito*, dado que ambas conheciam a realidade de adoções tardias, concebidas como mais complexas e difíceis. Uma sensação estranha era reconhecida, mas ainda não nomeada.

E... com Ana surgiu Anita. A proposta para o novo nome de Ana surgiu bem no início da convivência da criança com o casal. Anita não atendia mais pelo nome anterior, Ana. João e Joana sugeriram que ela mudasse o nome para Anita e ela aceitou. O mundo de Ana era desconhecido para o casal. Ela já estava com mais de sete anos e trazia consigo uma longa história. O temor, a insegurança e a angústia eram crescentes. Um castelo em ruínas é como posso descrever a imagem desse momento junto ao casal.

Certa vez, Joana estava em um ônibus com Ana e, de repente, uma senhora as abordou: “*como é o nome dessa menina?*” e Joana respondeu: “*Anita!*”, ela pegou firmemente a mão de Anita e colocou-a junto de si, quando a senhora retrucou: “*não, não é esse o nome dela, eu a conheço, conheço a família dela de algum lugar...*”. Joana desceu rapidamente do transporte com Anita e teve a sensação de que iria perdê-la. O

medo rondava-os constantemente. João também temia que a qualquer momento pudessem reconhecê-la e tomá-la de volta. Ele, em especial, também sofria, pois por ser estéril, não poderia dar um filho a Joana e isso os incomodava muito, enquanto casal. Logo, Anita constituía a possibilidade de exercerem a maternidade e a paternidade e se constituírem enquanto família. Anita, sim, dava esta possibilidade, mas Ana, não. Ana não estava inscrita no imaginário dos pais tanto quanto Anita. Apesar da rapidez e da rispidez com que tudo se passou, fazia emergir em Joana um sinal de maternidade, *foi tudo muito rápido, um bebê demora nove meses para ser gerado na barriga de sua mãe... eu... nós não tivemos esse tempo... quando vimos... estávamos com uma criança de sete anos dentro de casa... com toda a vidinha dela...*

Enquanto isso, no Fórum, controvérsias iam despertando Lurdes e Carla para novos pontos de questionamento. Carla chegou a dizer que parecia *uma intuição*, algo dizia que estava tudo *redondo demais para ser verdade*. Anita, com seu novo nome, continuava com o casal. Lurdes entendia que algumas atitudes de Joana estavam sendo muito rígidas, que os castigos eram severos demais. Joana expressava sua angústia por não saber como criar a menina e relatava casos de pessoas próximas que não tinham obtido sucesso na empreitada de criar um filho gerado biologicamente por outra pessoa. Carla ressaltou que casos de adoções tardias são sempre muito difíceis e exigem muito mais de todos os envolvidos. Assim era o caso de Ana, nas visitas, nas conversas, nos atendimentos... o que se via? O que era possível ver? Joana tentava se aproximar, mas Anita *parecia gente grande*, entendia tudo e dizia sempre que estava *tudo bem*. Nos atendimentos, os elementos que apareciam eram as queixas dos pais, mas ao mesmo tempo, um retraimento, que exigia mais profundidade na escuta e possivelmente nas intervenções. Porém, Carla e Lurdes se viam imersas em uma demanda de trabalho estafante e dilaceradora, com pressões e cobranças diversas, que lhes dificultaram um

apreço mais elaborado sobre o que estava acontecendo. Assim, o caso de Ana foi caminhando até chegar o grande dia.

A época para a decisão final na audiência de adoção se aproximava. Seria legalizada a adoção de Ana por João e Joana. Havia boas expectativas da equipe do Juizado, tudo parecia um sonho calmo e perfeito, enquanto no lar do casal, um pesadelo... Um fatídico dia, uma surpresa... *queremos levar Anita de volta!* Joana foi categórica ao manifestar que era inviável a convivência com aquela criança. Um susto para a equipe e para o abrigo... Ana iria retornar. Joana estava desesperada, *aí passou março, abril, maio, junho... quando foi junho eu vi que... eu não vou conseguir ser uma boa mãe pra essa criança, eu não vou conseguir por os limites que eu sonho como mãe, que eu não vou conseguir educá-la pra vida, porque você não educa os filhos pra você, você educa os filhos pra vida. E eu comecei a sentir essa impotência, essa incapacidade em mim. Foi quando eu liguei no Fórum e falei que a gente tinha mudado de idéia que a gente não ia mais adotar.* Para eles, a única alternativa seria desistir de Ana, *levar de volta...* sob o argumento de que gostavam dela, mas não a amavam o suficiente para que pudesse ser concebida como filha.

E mais uma vez... para onde iria Ana-Anita? Seus irmãos a esperavam no abrigo, ela poderia voltar para viver novamente com eles, juntos... isso! Era isso que iria acontecer! Sim! E Ana-Anita voltou... e reviu os amigos, os irmãos... e chorou copiosamente debaixo da cama várias vezes... Laura, a cuidadora do abrigo, a mãe e não-mãe de todos, se deparou com Ana-Anita e perguntou, *O que está fazendo aqui? Veio visitar os irmãos?* Aline, sua companheira, respondeu, *não, você não soube, ela foi devolvida, chegou ontem!* Estarrecida, Laura, como sempre, tentou esconder as lágrimas, mas não tolerou guardar o choro.

Ana, agora Ana-Anita, estava de volta! E com ela a frustração de não ter conseguido. Laura sabia o quanto a criança sentia por tudo aquilo. De repente, no almoço, ela se colocava a chorar... sentada num banquinho, ela chorava... no quarto sozinha, ela chorava... quando surgia alguém e a via, ela se escondia. Escondia debaixo da cama e se punha novamente a chorar. Para Laura, de muitas lágrimas e poucas palavras era feito o sofrimento de Ana. Certa vez, indo para a escola, Laura, Ana-Anita e os demais, Ana-Anita cismou que queria colocar um casaco, o casaco que tinha trazido da casa de Joana e João. Laura, percebendo a dor no olhar da criança, tentou argumentar que o casaco não era adequado, estava frio, mas nem tanto que precisasse daquele casaco, mas Ana-Anita não cedeu e o vestiu. Ficou em silêncio por uns instantes e foi para a escola, sem dizer uma só palavra.

Lurdes teve alguns momentos com Ana-Anita no Fórum, mas nos desenhos só apareciam os irmãos e o nome... ah o nome... qual nome?! Ana-Anita não sabia mais escrever seu nome, não sabia mais qual era o seu nome, *eu escrevo Ana, Anita, eu escrevo o que?* Perguntava Ana-Anita à Lurdes. Mas ela não sabia, não sabia mais quem era e para onde ia a menina que, de tantos nomes, não tinha nenhum.

2.2.1. Análise do Conto II

Há um extremo desconforto na relação quase-pais e quase-filha nesse caso de quase-adoção. É importante ressaltar que, em termos jurídicos, a adoção não havia se consumado, estando a criança sob a guarda do casal. Porém, o sentido de convivência e da vinculação afetiva *pareciam* nítidos e, durante oito meses, era *como se* fosse filha do casal. Algumas vezes, durante a pesquisa, eu me perguntava: O que foi que eles não viram? O que foi que eles deixaram de ver? E as respostas, mesmo breves, mas cheias de sentido, eram sempre de que eles não viram Ana, viram Anita.

A não-identificação do filho real com o filho ideal se torna bastante exacerbada nas experiências de adoção em geral. E, nesta experiência especificamente, tal *desencontro* se configurou como ponto fundante que culminou na devolução da criança. A figura da *Madonna*, de Dalí (1950), no contexto de Ana-Anita, personifica a idealização da filha pelo casal pretendente à adoção, e especialmente por Joana. A maternidade idealizada, pura, isenta de máculas foi desconstruída, fragmentada pela história real de Ana, tornando a devolução um ato inevitável. O entorno da relação mãe-filha parecia muito frágil para sustentar o fardo de uma adoção como a de Ana-Anita e acabou desintegrando-se. Os pais biológicos da criança, tal qual fantasmas, pareciam insistir em assombrar o vínculo dos pais Joana e João com Ana. Ao longo da narrativa do casal, a vida pregressa de Ana junto à família biológica inundava de questionamentos e medos os pais novatos. As fantasias de que a criança poderia desejar retornar para a família de origem quando mais velha, o apego dela para com os irmãos que ainda se encontravam no abrigo, todos esses aspectos configuraram uma relação familiar baseada em estranhamento.

Joana idealizou uma filha linda, obediente, educada, que ela pudesse amar e que a criança também pudesse amá-la e reconhecê-la como mãe. Para Joana, esse amor possuía uma ligação estreita com obediência e respeito aos pais, Do mesmo modo, João desejava uma família calma, sem problemas, ou conflitos relevantes, que pudessem ser resolvidos *com atitudes simples*, o que implicava, que a criança deveria colaborar e seguir as orientações e limites a ela dirigidos. O casal temia não conseguir *controlar e mudar* Ana-Anita.

A filha sonhada não coincidia com a filha possível, não com Ana-Anita. A criança os convocou a sair do campo de idealização. Ana e Anita eram duas versões de uma mesma criança, mas esta última representou a filha ideal, e aquela, a filha real que

precisou ser renomeada, reinventada para ter as mínimas possibilidades de pertencer a esta família.

Para Joana, Ana tinha de fato *outra mãe* e, portanto, ser o Outro representaria o encontro com um desconhecido ameaçador. O desconforto de não se *adequar* é relatado por Joana como algo recorrente. Ela não se *adequava* aos padrões educacionais propostos por familiares, pelo Fórum, ou por qualquer que fosse a orientação. Ela se descrevia como incompetente na educação de Ana, e consequentemente, *perdida*, entre a vida dos outros e a imagem materna sustentada com dor e angústia. Todas as investidas e possibilidades de inscrição na maternidade pareciam não ser reconhecidas pelos outros e nem por ela mesma. Ela não se inscrevia como a mãe real.

Em alguns momentos, o casal assemelhava-se a filhos jovens, desejando a permissão dos pais para prosseguirem em suas escolhas. Inconscientemente, eles pareciam não permitir rupturas para a configuração de um novo campo, o da maternidade/paternidade. Apresentavam-se como filhos pretendentes a pais, os *bebês* da casa. A relação da criança com esses pais parecia tamponada, circunscrita em um campo fixo, rígido, no qual não foram possíveis os deslocamentos necessários para novas inscrições, por meio de rupturas significativas. Os sentidos que emergiram da relação de Ana-Anita com o casal denunciaram um modo peculiar de ruptura. A fragmentação que caracterizou os vínculos entre estes sujeitos diz respeito a uma quebra, ou melhor, uma reedição de rupturas anteriores, originais, uma fratura no campo psíquico relacional que não foi reconhecida pelos sujeitos envolvidos. Esta fratura se constituiu em um despedaçamento do eu, marcado por motivações inconscientes e situações caóticas, especialmente vividas por Ana-Anita, que mobilizou um conflito identificatório nessa criança, diante do qual ela se percebia como um sujeito *sem-nome, sem-lugar*. O não-reconhecimento da vinculação fraturada, assim adjetivada, implicou em uma

impossibilidade de nomeação afetiva, bloqueando aspectos reparatórios quaisquer. Essa, vinculação fraturada, denunciada pela devolução, explicita o *im-possível* da adoção.

O que Ana re-apresentava era insuportável para o casal, como se fosse algo externo, *estrano* a eles. Em *O Estranho* (1919), Freud empreende uma reflexão profunda acerca do “estranho”, do sentimento de estranheza, *unheimlich* e do “familiar”, *heimlich*. O primeiro conceito remete àquilo que é estranho, que provoca estranhamento, medo, o não-familiar, a parte oculta que veio à tona. *Heimlich* se refere, por sua vez, àquilo que é familiar, o confortável, seguro, secreto. O estranhamento advindo da experiência do *unheimlich* se devia, segundo Freud, ao retorno em si e à oculta e resguardada familiaridade do fenômeno. Ou seja, o que estava secretamente guardado, reprimido, veio à tona, provocando o estranhamento diante de algo que era primariamente conhecido, mas recalcado. Queiroz (2004) estabelece uma relação significativa entre o *estrangeiro* e o filho adotivo, referindo aspectos do Complexo de Édipo na fixação de uma ideia de consanguinidade para com o filho adotivo. Dessa forma, a criança se apresenta como um *estranho* e reforça o temor de que uma barreira para o incesto não tenha sido devidamente constituída. Retomando Freud (1996) em *Totem e Tabu* (1913-1914), a compreensão de um temor inconsciente do incesto pelo casal se vivifica. A partir do entendimento de que Ana não foi incorporada ao seio familiar como filha, pelo sentido da não-consanguinidade e de não pertencimento, o estranhamento domina a relação da tríade pai-mãe-filha.

Para João e Joana, Ana-Anita provocava um sentimento de estranheza essencial, pois a alteridade não fora reconhecida na dinâmica dessa relação familiar, sucumbindo, em uma repulsa inevitável manifestada por meio da devolução. O *tabu* que caracterizou para esses pais a experiência de devolução é descrito no próprio termo *devolução*. Não incorporar Ana a esse núcleo familiar exigiu outro movimento e Ana precisou ser

expelida. Nem mesmo o casal conseguia pronunciar o nome *devolução*. Segundo eles é *um nome forte demais, é pesado demais... e prefiro pensar que não devolvemos, mas levamos ela de volta... de volta para o abrigo que foi o lugar de onde a tiramos....* A palavra parece ser o significante que não tem representação real para os quase-pais, tamanha a força da negação e da resistência que a ela se contrapõe. Devolver⁸ remete a ações como restituir, mandar de volta (ao dono, à origem), recusar, vomitar. Outras línguas como o espanhol, o italiano e o inglês circundam o significado dessa palavra em torno daquilo que é rejeitado (italiano), que é expelido para fora, pois “ofendeu” o organismo (inglês), que é desembuchado, que é vomitado (espanhol). De qualquer maneira, um corpo estranho que, na tentativa de adentrar um organismo para a ele ser incorporado não conseguiu, causando mal-estar e provocando o vômito, devolvendo. Ana estava *contaminada* de histórias, de famílias, de trajetórias e, antes que pudesse *contaminar* o lar, o sonho da maternidade e da paternidade, deveria ela ser amaldiçoada (sentido de vomitar na língua espanhola). A devolução de Ana não é assumida enquanto tal por João e Joana. Eles negam o lugar perverso que atribui a um sujeito o lugar de objeto-dejeto, que é regurgitado, mandado para fora, já não mais como objeto inteiro, uno, mas objeto-dejeto desintegrado, despedaçado, fraturado, recortado, sem identidade, sem nome... e é assim que Ana-Anita se encontra após a devolução, no lugar *sem-nome*.

⁸ 1. Dicionário Web: disponível em: <http://www.dicionarioweb.com.br/devolvido.html>. Português - devolver (*de-vol-ver*) *v.t.* Restituir, fazer voltar (ao dono, à origem). Recusar: devolveu a carta injuriosa. Responder: devolvo o insulto. Fam. Vomitar. "vomitar" em espanhol *vt+vi* 1 Vomitar, devolver. *vt 2 fig* Desembuchar, decir. "vomitar" em italiano *vt* 1 vomitare, rigurgitare, rigettare, rimettere. *vi* 2 vomitare.

2.3. Conto III: Ana, a morte da lagarta e o desprendimento do casulo



PORTINARI, Candido. *Mãe e Filho Morto*, 1955. Rio de Janeiro (20,8x19,2cm).

Algumas dúvidas pairavam no ar... por que ela voltou? E agora para onde será que ela vai? Lurdes observava que ela gostava muito de mexer com papéis, dobrá-los, amassá-los, jogá-los fora, desenhar sobre eles, rabiscar, enfim... tudo o que pudesse ser feito com papel ela se interessava, por isso tantos desenhos. Uma vez, ela fez um barquinho e nele ela se despedia de Gabriel, seu irmão mais querido. Estaria Ana se preparando para a despedida? Não sei, só sei que, certo dia, Gabriel precisou partir e deixar os irmãos. Ele havia sido adotado por uma família estrangeira. As separações entre eles nunca foram fáceis, mas de certa forma, os irmãos pareciam até pressentir que era esse o destino que teriam.

Após retornar ao abrigo, Ana precisou de acompanhamento psicoterapêutico, pois estava muito confusa em relação à sua identidade, chorava muito e não falava sobre o que sentia e o que a angustiava, preocupando a todos. Laura, a *mãe substituta* de Ana no abrigo, se sensibilizava com o estado da criança. Ana, apática, chorava. Laura

tentava se aproximar e a aconchegar, mas mesmo assim, a reserva de Ana ainda se mantinha. O Estado determinara que Ana deveria ser acompanhada por um profissional. O próprio abrigo contratou uma psicóloga. Foram poucas sessões. Lurdes tentou ainda argumentar as dificuldades dessa criança em lidar com a situação de abandono e a devolução recentemente vivenciada por ela, mas Jorge e a profissional afirmavam que ela estava pronta... pronta para quê enfim?... ahh, sabiam eles, sim, muito bem, para o quê ela estava pronta... para uma nova adoção! E lá estava Ana novamente à espera dos próximos pais pretendentes à adoção aproximadamente dois meses depois de ser devolvida.

Uma família estrangeira aproveitava o período de férias para vir ao Brasil e dar andamento aos papéis que tratavam de uma adoção. Os pais, Cláudio e Sandra, com outras duas filhas, se interessaram em adotar uma criança e vieram ao Brasil para conhecer uma nova integrante para a família. Uma das filhas do casal, a mais nova, sofria de uma síndrome que a incapacitava de falar, de se sustentar e de se manter sozinha. Eles não sabiam quem seria a criança que adentraria o seio familiar. Seria Ana!

A família era formada por um casal estabilizado financeiramente. O desejo de uma nova criança já vinha sendo pensado por Sandra há algum tempo, desde que sua segunda filha nasceu. O amor dedicado à filha *parecia não ter fim... e não caber dentro de si*, precisava dividi-lo com alguém, com mais filhos... Equação estranha, duvidosa, mas foi aceita! Assim, ela pensou na adoção como uma forma de realizar seu desejo.

O Brasil, para esses pais, significava a terra natal da pequena criança que trariam para junto de sua família. Foi escolhido por ter um povo amável, acolhedor, alegre e de bem com a vida, ou, na linguagem deles, um país *caloroso* em termos climáticos e afetivos, especialmente. Justificativa aceita! Porém, já nos primeiros dias sentiram que não iria ser tão fácil assim. A alegria e o calor brasileiros foram substituídos por medo,

reserva e distanciamento afetivo defensivo. Assim eu, pesquisadora, vi Ana, a criança devolvida, pela primeira vez. Tal qual uma criança amedrontada, no quarto do apartamento ela se escondia pela fresta da porta como se quisesse saber o que estava acontecendo e, ao mesmo tempo, temendo, tremendo. Inicialmente foi concedida a guarda provisória aos pretensos pais. Eles puderam conviver diariamente em um flat com Ana durante o período de trinta dias.

Até a primeira semana, Ana não tinha suas roupas no lugar, ela as emprestava das novas e futuras irmãs. Ana se relacionava muito bem com todos, era amável, porém não era muito afeita a manifestar seus sentimentos e, para Sandra, parecia muito difícil lidar com o silêncio dela. Ela ficava calada e não dizia a ninguém o que se passava. Algumas vezes, reagiu de modo agressivo. Cláudio e Sandra tiveram momentos difíceis com Ana, mas procuravam manter a calma e reforçar que, sob quaisquer circunstâncias, eles não a abandonariam. Sandra relatava que, especialmente com ela, havia momentos de repulsão e de agressividade, porém Sandra entendia que, enquanto mãe, deveria acolher suas atitudes e tentar compreendê-las. Esses novos pais se angustiavam com a pouca ou nenhuma informação sobre a família biológica de Ana. Onde moravam? Como eram seus pais? Como se comportavam? Essas questões eram angustiantes, especialmente porque Ana cresceria e poderia querer saber sobre a família de origem. Assim, pareciam tentar reconstruir os pedaços da vida, os laços. Eles queriam tirar fotos na casa onde Ana viveu, no abrigo onde ela passou, os lugares que ocupou, enfim, queriam imagens às quais Ana pudesse recorrer e se identificar mnemonicamente.

...E assim, passou um mês. Lurdes acreditava que talvez Ana tenha aceitado a nova família na esperança de reencontrar o irmão, Gabriel. Ana estava feliz com a possibilidade de revê-lo, ainda que fosse um argumento fantasioso. Afinal, a urgência da adoção favorecia a quem? Muitas perguntas, poucas respostas explícitas... A

audiência já estava marcada e seria decidido o futuro de Ana. Na audiência estavam presentes a juíza, os recentes pais, uma das irmãs, a tradutora do casal e o representante da ONG que fazia a mediação entre os países e eu, pesquisadora. Ao final, depois de todas as observações feitas em relação ao caso e uma delas foi que Ana não poderia, por ordem judicial, ter seu nome modificado, todos assinaram os documentos concordando com a adoção. Ana, inclusive, também assinou seu nome no papel que representava sua adoção legítima. Ela se debruçou sobre a grande mesa em que todos estavam, pegou a caneta, escreveu o nome e disse *ufa!...* como se um vento soprasse e trouxesse alívio e, ao mesmo tempo, representasse e acalorasse a luta a ser empreendida nessa nova jornada afetiva que estava apenas começando. A juíza pediu que abraçasse os pais e ela os abraçou. Ana foi embora dois dias depois com a nova família e até hoje, muitos meses depois, lá continua a viver.

2.3.1. Análise do conto III

Neste conto, podem ser ressaltados aspectos que traçam linhas intercambiantes que configuram a relação de vínculo de Ana com a nova família, a família estrangeira. O tempo cronológico e o tempo existencial, os procedimentos judiciais em contrapartida às necessidades subjetivas e o lugar da maternidade para Sandra e Ana. Tais aspectos estão interligados e suscitam reflexões a fim de compreender como Ana está inscrita subjetivamente no contexto familiar.

Como já visto nos contos anteriores, Ana parece estabelecer relações precárias com a figura materna primária, a mãe biológica. Posteriormente, com a mãe que a devolveu, ela se deparou com uma rigidez, estabelecida a partir de uma idealização do filho adotivo, não possibilitando que ela, a mãe, a percebesse enquanto sujeito diferenciado. Na visão da madrasta, ou da bruxa, a nova mãe, Sandra, adquire valor

intrínseco ao sujeito agressivo. Ana precisa se defender e, ao mesmo tempo, tenta se aproximar seduzida pela fantasia de aceitação e assimilação enquanto membro dessa família.

Rosa (2008) estabelece um diálogo importante acerca da reconstrução e de recontagem da história familiar, propondo um lugar para a criança adotada. As histórias infantis, os contos de fadas, podem contribuir como via de acesso ao inconsciente infantil para a inserção nesse novo lugar. Bettelheim (1980) salienta a importância destas histórias na compreensão das fantasias da criança. De certa forma, quando Sandra se percebe como a madrasta na relação com Ana, ela mobiliza elementos que expressam o sentido dessa adoção para a criança. O amor materno é referenciado em Corso & Corso (2006) como aquele que fornece a segurança necessária no enfrentamento de vários momentos na vida da criança e se configura como uma força originada da experiência de ser amado primariamente, de ser importante para alguém. Esta força é que impulsiona o sujeito a lutar e a seguir em frente. O conto de *Cinderela*, como interpretado em Corso & Corso (2006), tece reflexões relevantes sobre os papéis da mãe. Para os autores, a mãe se desdobra em outras figuras que possuem representatividade e funções diversas na constituição da subjetividade da criança. Duas dessas representações estariam ligadas às imagens da madrasta e da madrinha, respectivamente. A mãe seria a representação do amor incondicional; a madrasta, a esposa do pai e se constitui o objeto de desejo sexual, com a rivalidade (no caso da menina) pertinente a essa relação de disputa pelo pai; a madrinha, a figura da fantasia, inscrita no imaginário infantil, e que substitui a mãe momentaneamente e evoca as reminiscências do primeiro amor materno.

Tais figuras representativas são relevantes no caso de Ana, pois Sandra se questiona sobre seu papel no vínculo com essa criança. Seria Sandra a bruxa má? Ou

seria a madrasta que chega para distanciar o pai de seus filhos? Ou seria a madrinha que veio para ajudá-la? Tais elucubrações permearam o discurso de Sandra que, em entrevista, externalizava a sua preocupação com Ana e a relação com suas *mães*.

Enfrentar a morte da mãe boa exige que Sandra percorra, na relação com Ana, os papéis e funções de mãe, madrasta e madrinha (Corso & Corso, 2006), oferecendo, para ambas, a possibilidade de resgate dos sujeitos Ana e Sandra. O encontro com Sandra reaviva a memória dos afetos primários. A possibilidade de reconstruir, reparar, de recontar a história é aberta por elas. Cláudio, o pai, parece compreender e acolher as angústias da criança em meio às mobilizações afetivas. Aparentemente, ele consegue sustentar a ambivalência de sentimentos que transitam entre a aproximação e o distanciamento, a agressividade e o aconchego, o amor e o ódio dirigidos às figuras parentais reais e reminiscentes. A mãe, por sua vez, adentra a cena como uma figura representativa de conflitos para Ana, possivelmente endereçados à sua própria mãe biológica, diante da ameaça de um novo abandono. Sandra sinaliza que a angústia repousa justamente na assunção de um lugar maternal suficientemente acolhedor e restaurador para Ana. Com a ilustração de Portinari (1955), proponho uma ideia para a representação da relação de Ana com a nova mãe e com a nova família. A temática busca na morte a possibilidade de reavivamento. Por meio da elaboração do luto quanto às rupturas e perdas anteriores, compreendidas como elementos da subjetividade da criança, bem como dos pais, diante de suas idealizações. A entrada de Ana na família assumiria o caráter de uma relação *possível* e, a partir de um enfrentamento inicial do luto e da perda, haveria o reconhecimento de algo novo, desconhecido que acaba de nascer.

No conto de *Cinderela*, encontrei elementos na relação mãe-filha que me despertaram a pensar a relação da mãe e filhas adotivas a partir do que Sandra relatou na

entrevista, quando comenta sobre a impressão de ser *madrasta*. Na versão alemã de *Cinderela*, dos irmãos Grimm (Corso & Corso, 2006)⁹, Cinderela exprime de forma exacerbada o sofrimento e a dor da rejeição. Ana foi abandonada por seus pais e as mães que apareceram assumiram o lugar de uma segunda mãe, postiça, não podendo ser a boa mãe, originária, a primeira, a saudosa mãe. A versão escrita pelos Grimm reforça a relação da filha com a mãe boa que morre, aquela da qual só restaram boas memórias, boas lembranças, restando a dor da perda da mãe original. Ana parece não elaborar o luto do abandono primordial. As mães adotivas, chamadas a enfrentar a mãe morta-viva, são convocadas a uma batalha afetiva.

Rosa (2008) teoriza sobre a rivalidade e a dualidade entre os pais biológicos e os pais adotivos. Para estes últimos, o fantasma daqueles pode rondar e inserir de maneira caótica na relação da criança com a nova família. Para a autora, as crianças

⁹ A mãe de Cinderela morre e esta acata às orientações que a mãe lhe dá em seu leito de morte, mantendo-se sempre como uma jovem boa e piedosa. O pai, após a morte da esposa, logo se casa com outra mulher, mãe de duas meninas que, apesar de belas na aparência, são duras no coração. A essa irmãs coube o papel de perturbar a vida de Cinderela, que é obrigada a fazer trabalhos domésticos, e viver em meio às cinzas. Uma vez, o pai ia sair de viagem e perguntou às três meninas o que gostariam que ele lhes trouxesse no retorno para casa. As irmãs pediram presentes caros como de costume, já Cinderela pediu apenas o primeiro galho de árvore que batesse em seu chapéu quando estivesse voltando para casa. Ela recebeu seu presente um galho de aveleira, que ela plantou no túmulo de sua mãe posteriormente. Cinderela regou a planta com suas lágrimas e o galho se transformou em frondosa árvore ao pé da qual ela se sentava e um pássaro pousava em seu ombro e lhe realizava os desejos. Um belo dia chegou um convite para uma festa em que o príncipe iria escolher sua noiva. Ela implorou à madrasta para ir, contudo, ela só permitira caso Cinderela recolhesse todos os grãos de lentilha que ela espalhou em meio às cinzas. Ela o conseguiu por meio da ajuda dos pássaros, mas a madrasta se lembrou de que Cinderela não tinha nenhum vestido adequado para a ocasião e, portanto, ela só poderia ir se tivesse os vestidos. Cinderela apelou novamente para os pássaros que com os belos vestidos foi possível que ela participasse nas três noites do baile. O príncipe, encantado pela formosura da moça, resolve acompanhar-lá até sua casa, mas ela foge e se esconde um pombal. O príncipe, junto com o pai dela, tenta descobrir sua verdadeira identidade, contudo é em vão. E assim acontece durante as três noites. Na terceira noite, o príncipe preparou uma armadilha: ordenou que se passasse piche na escadaria, assim, o lindo sapato de Cinderela ficou preso e ele pôde ir em busca de sua amada. Mandou que experimentasse o sapato em todas e em quem servisse ele se casaria. As irmãs tentaram, mas não coube, o sapato era pequeno demais, então a mãe mandou cortar um pedaço do calcanhar de uma e o dedo da outra. O príncipe, conformado de que o sapato tinha servido a uma delas, foi desposá-la. Os passarinhos, porém, interviveram avisando ao príncipe de que havia no sapatinho. Ele então retornou à casa do pai de Cinderela e perguntou se, por ventura, não havia outra filha, afinal a amada sempre sumia no quintal dele. O pai afirmou que tinha uma outra filha e que estava maltrapilha, mesmo assim, o príncipe exigiu que ela experimentasse o sapato, que serviu perfeitamente. Eles se casaram e as duas irmãs tiveram os olhos furados, por se interessarem apenas pela beleza exterior.

compreendem inconscientemente tal rivalidade, criando imaginariamente a dualidade bem x mal, que recobre a dupla parentalidade. Desse modo, muitos filhos adotivos buscam seus pais biológicos após a morte dos pais adotivos, ou muito tarde, tentando minimizar o efeito fantasioso, de irrealidade, sobre a possibilidade de possuir uma dupla parentalidade. A preocupação de Sandra e de Cláudio também circunscrevia o desejo *possível* de que Ana desejasse resgatar os pais biológicos e relembrar-refazer a infância.

O lugar da bruxa, na personificação da madrasta, descrita por Sandra, faz lembrar a fantasia de roubo, inconsciente nos pais adotivos, da criança adotada, como aquela que originalmente pertence aos outros pais, os pais biológicos. Ghirardi (2008) entende que a fantasia de roubo pode representar dificuldades de identificação na relação da mãe com a criança. A mãe adotiva pode resgatar a mãe biológica como o *fantasma* que a caracteriza como aquela que *se apossa* do filho de outrem. Nesses termos, o lugar da família adotiva fica ameaçado diante da existência da família biológica, inconscientemente representada no medo de que esta venha a reclamar a *posse* do filho *roubado*. Na tentativa de suplantar o medo e a culpa gerados pela fantasia de roubo, os pais adotivos buscavam todas as informações presumíveis sobre a família biológica. Rosa (2008) salienta que, ainda que eles se preparem e procurem resgatar todos os detalhes da história, os pais adotivos se sentem ameaçados e temem a rejeição do filho adotivo em virtude de um vínculo maior que, por ventura, possa existir com a família consanguínea.

A adoção tardia emerge como fator crítico. Muitos pais recorrem às adoções de crianças recém-nascidas, ou bebês, na crença de que, dessa maneira, elas não *teriam* uma história e que essa história se iniciaria com, e exclusivamente, os pais adotivos. Com Sandra e Cláudio, essa angústia ficou explicitada. A preocupação pela busca de

informações sobre a vida de Ana se tornou uma tônica repetitiva na entrevista com o casal. Eles desejavam *saber as verdades* sobre Ana e pretendiam enfrentar abertamente a história dessa criança, bem como participar com ela os momentos de seu passado. Inconscientemente, essa angústia do casal poderia ser interpretada como o temor diante da possibilidade de que Ana os deixasse, de tão longe, para vir em busca de pedaços de sua história que eles já teriam em mãos para oferecê-la.

VI. SOBRE CONCLUSÕES E DEVOLUÇÕES... Quais as encostas de um pequeno corpo caído, sem chão, sem teto, sem contorno, sem afeto?

“Ufa!” (Ana, 7 anos, devolvida).

Nos estudos sobre adoção, muitos aspectos têm sido discutidos e acompanhados de mudanças substanciais. O contexto social e histórico-político tem deflagrado alterações importantes ocorridas nos anos 2008 e 2009 no Brasil. Em abril de 2008, foi criado e ativado o Cadastro Nacional de Adoção (Conselho Nacional de Justiça) como ferramenta para auxiliar os profissionais da área na agilidade dos processos de adoção, bem como complementar e alimentar um banco de dados nacional com informações unificadas sobre crianças e casais disponíveis para adoção. Em 2009, houve a aprovação da Lei nº 12.010 (Lei Nacional de Adoção, de 29 de julho de 2009), que se refere a um complemento e revisão da lei de adoção promulgada no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A nova lei é caracterizada pela ênfase nos vínculos afetivos, priorizando os laços das crianças e adolescentes com a família biológica e providências sociais, políticas e econômicas que favoreçam o convívio familiar.

A adoção, assim como o fenômeno da devolução, é apontada nos estudos de Ghirardi (2008) e Suannes (2008) com ênfase na preparação de pais pretendentes à adoção e de profissionais da área da Psicologia na atuação em Varas de Família. Nos últimos anos, autores forneceram contribuições importantes acerca da intersecção entre Psicologia e Direito, especialmente nas Varas de Infância e Juventude e de Família. Esses estudos reacendem as discussões epistemológicas dessas áreas do conhecimento que podem ter caráter de controle e instauração de disciplina, como referido em Foucault (2008), e foram constituindo o estatuto interdisciplinar ao longo tempo. Essa interlocução enfatizou a importância do diálogo e reforçou a delimitação do campo da

Psicologia, em especial da Psicanálise, como um campo de construção e reconstrução de sentidos.

A devolução ainda é tabu para profissionais, famílias e instituições. Ela evoca a angústia e a culpa, mas permanece recoberta sob a forma de raiva, indiferença, negligência, desconsideração e rechaço. Configura-se como um segredo, pois não há estatísticas claras e definidas nos órgãos responsáveis que esbocem um desenho aproximado da representatividade das devoluções no contexto da adoção no Brasil. Abafada, velada, silenciada em nome do “sigilo profissional”, muitas vezes, eu me questionava durante a pesquisa “a quem serve o silêncio?”. O silêncio em relação às devoluções sombreia na realidade a criança, os profissionais, os pais que devolveram, ou a máquina estatutária? Mantém-se o não-dito no campo da adoção e da devolução.

A partir do construto teórico abordado nesta pesquisa, foram salientados estudos como o de Ghirardi (2008) que, dentre outros aspectos, ressalta a *fantasia de roubo* vivida pelos pais adotantes, além dos autores Vargas (1998) e Weber (1999), que alertam para a preparação não apenas dos pais pretendentes à adoção, mas igualmente dos profissionais que lidam com esta temática, dada a afetação subjetiva implicada nos processos. O estudo do caso de Ana, em que a devolução esteve como principal recorte, possibilitou explorar o sofrimento psíquico de diferentes sujeitos, em meio a um emaranhado de leis e normas que agonizavam por se manterem vigorosas, à revelia da subjetividade.

A experiência de pesquisadora no caso da devolução de Ana me permitiu adentrar um campo de estudo amedrontador, com vias reais talhadas sobre desejos e tabus que contratransferencialmente me permitiam compreender a impotência e as ameaças que circunscreviam a cena da pesquisa. O limite, para mim, emergiu como contorno a ser superado para sustentar o lugar de um sujeito que mergulha, que se

envolve e, ao mesmo tempo, vê-se em momentos de estranhamento perante uma iminente queda. Quando me refiro às *encostas de um corpo caído*, transito no espaço do *entre* – entre suportar e sucumbir, entre sustentar e cair, entre enfrentar e recuar. Adentrar as brechas afetivas do caso Ana foi uma empreitada gradativa e reveladora. Assim, encerrar por ora este trabalho é me despedir da história de Ana que, revelava uma vida de perdas, lutos, abandono e rejeição, mas ainda deixava rastros de rupturas e desenfreadas tentativas de reconstruções. Ou minimamente, figurou uma viabilidade para elas.

Ana esteve comigo em sonhos e em minhas elucubrações. Trilhar em meio ao caos da tragédia familiar que assolou a infância dessa criança só foi possível com a perspectiva de reconstrução que permeou as minhas angústias quanto ao método a utilizar. Herrmann (2001) auxiliou-me a pensar o *campo* como as configurações relacionais que inspiram sentido aos vínculos estabelecidos entre os sujeitos, e a *ruptura de campo* como possibilidade de desconstrução e reconstrução desses sentidos. Por meio da interpretação e com os mecanismos de transferência e contratransferência, emergiu a condição singular de compreender e analisar as histórias de Ana, as dores e as dificuldades peculiares. Recorro também a Coelho Júnior (2000) para ressaltar o modo como senti a pesquisa. O sentir como forma de perceber a realidade, percepção que exerce um papel relevante na constituição do sujeito e na construção do saber e pode ser entendida como a relação originária do sujeito com o mundo. A *entre-vista* funcionou como via de acesso aos sentidos de perceber a realidade como ela se apresentava.

O caos que circundou a tragédia familiar de Ana delineou uma realidade institucional e social repleta de lacunas. Devoluções poderiam ser evitadas? Talvez... um manejo institucional mais apropriado, condizente com uma abertura para as representações e discursos dos sujeitos, uma realidade social menos precária e,

especialmente, um campo de acolhimento e análise dos sintomas familiares. Como Roudinesco (2003), Dolto (1998), Lévi-Strauss (1975) argumentam, a família e os graus de parentesco, não se constitui pronta no estabelecimento da consanguinidade apenas. Ela é considerada um constructo e os vínculos que são constituídos entre seus membros são resultantes de uma dinâmica sócio-histórica, cultural e afetiva. A importância do sentimento de pertença e do processo identificatório possibilitam que um filho seja inscrito na linhagem familiar de seus pais e reconhecido enquanto alteridade.

Pensar no contexto familiar em casos de devolução é fundamental para a elaboração de sentidos e entendimento da dinâmica específica que leva um casal a devolver a criança. É na relação parental que emergem os primeiros contornos para o filho que chega, seja pela via da adoção, seja pela gestação convencional, ou por qualquer outro recurso.

A devolução circunscreve um espaço de estranheza na relação parental em que o filho adotivo não é reconhecido enquanto uma alteridade possível de ser inscrita no imaginário dos pais. A devolução de Ana e o lugar de sujeito-objeto que ela assume no estabelecimento dos vínculos e posteriores rupturas a constituem um sujeito sem voz, que não fala, não manifesta, um sujeito-objeto. O campo instaurado pela ruptura na devolução indica o surgimento de uma forma lesada, fraturada de vinculação. Ana, devolvida, não foi incorporada ou integrada ao campo de filiação. O sentido da devolução, da não-aceitação e rejeição do sujeito que é “vomitado”, versa sobre a angústia do ser-dejeto que, na tentativa de se integrar a um campo de reconhecimento subjetivo, retorna sem forma, fraturado, quebrado, Ana-Anita.

Ao concluir, assim como Ana, “Ufa！”, um alívio breve se instala, mas uma sensação de incompletude e de questionamento permanece. Dentre as implicações mais avassaladoras, o vazio e a falta imperam. Transformar os não-ditos em fenômenos

subjetivos que possam ser percebidos e acolhidos, no campo da adoção, contribui para que a devolução seja compreendida, analisada e questionada nos aspectos sociais, familiares e institucionais não como falha, mas como denunciante de um campo interrelacional que transita entre sofrimento psíquico, impossibilidades e novas significações sobre o campo da parentalidade.

Se procurar bem você acaba
encontrando.
Não a explicação (duvidosa) da
vida,
Mas a poesia (inexplicável) da
vida.

Carlos Drummond de Andrade

VII. REFERÊNCIAS

- Altoé, S. (1990). *Infâncias Perdidas*. Rio de Janeiro: Xenon.
- _____. (1999). *Atualidade da Psicologia Jurídica*. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/psicologia_juridica.pdf. Acesso em: 23/04/2010.
- Alves, R. (2004). *O País dos Dedos Gordos*. 6ª Ed. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2001). *A boneca de pano*. São Paulo: Edições Loyola.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). (2007). *Campanha Mude um Destino*. Disponível em: <http://www.amb.com.br/mudeumdestino/?secao=principal>. Acesso em: 04/03/2009.
- Azôr, A.M.G.C.C.V. (2005). *Abrigar... desabrigar: conhecendo o papel das famílias no processo de institucionalização/desinstitucionalização de abrigados*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 235f.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Belli, R. & Marques, C. (2009). *Clássicos de Ouro*. Blumenau: Todolivro.
- Bettelheim, B. (1980). *A Psicanálise dos Contos de Fadas*. Tradução: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bleger, J. (1980) *Temas de Psicologia: entrevista e grupos*. Tradução: Rita Maria M. de Moraes. São Paulo: Martins Fontes.

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069. Brasília: Diário Oficial.

Bulfinch. T. (2002). *O Livro de Ouro da Mitologia*: (a idade da fábula): História de Deuses e Heróis. Rio de Janeiro: Ediouro.

Caffé, M. (2003). *Psicanálise e Direito*. São Paulo: Quartier Latin.

Campos, N.M.V. & Costa, L.F. (2004). A Subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção: *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 17(1), 95-104. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722004000100012&script=sci_arttext.

Acesso em: 20/04/2009.

Código civil brasileiro (1985). *Organização de textos, notas remissivas e índices – Des. Manoel Augusto Vieira Neto*. São Paulo: Saraiva, 35^a ed.

Coelho Júnior, N. (2000). *Fala, Escuta e Campo Terapêutico em Psicanálise*. In: FIGUEIREDO, L.C. e COELHO Júnior, N. (2000) *Ética e Técnica em Psicanálise*. São Paulo: Escuta.

Corso, M. & Corso, D.L. (2006). *Fadas no Divã*: Psicanálise nas histórias infantis. Porto Alegre: Artmed.

Cortazar, J. F. (1974). Alguns aspectos do conto. In: *Valise de cronópio*. Tradução: Davi Arigucci Júnior. São Paulo: Perspectiva.

Costa, N.R.A. & Rossetti-Ferreira, M.C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (3). 425-434.

Dalí, S. (1945). *The Broken Bridge and the Dream*. 29 x 22. Disponível em: <http://www.dali-gallery.com>. Acesso em: 20/04/2010.

Dalí, S. (1950). *The Madonna of Port Lligat*. (second version). 144 x 96. Disponível em: <http://www.dali-gallery.com>. Acesso em: 20/04/2010.

Dell'Aglio, D.D. & Siqueira, A.C. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*. 18(1). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000100010&script=sci_arttext&tlang=em Acesso em: 03/06/2008.

Dolto, F. (1998). *Destinos de criança: adoção, família, trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.

Evans-Pritchard, E.E. (1985) *Antropologia Social. Perspectivas de Homem*. Lisboa: Edições 70.

Ferreira, M.R.P. & Carvalho, S.R. (2000). *Primeiro guia de adoção de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Winners Ed.

Ferreira, A. B. H. (2004). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3^a Ed. Curitiba: Positivo.

Figueiredo, L.C. (2003). *Psicanálise: elementos para uma clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.

- Forghieri, Y. C. (1993). *Psicologia Fenomenológica – Fundamentos, Métodos e pesquisa*. São Paulo: Pioneira.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. 5^a Ed. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2008). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhete. 35^a Ed. Petrópolis: Vozes.
- Freire, F. (org.). (2001). *Abandono e adoção: contribuições para uma cultura da adoção*. Curitiba: Terra dos Homens: Vicentina.
- Freud, S. (1905). Três Ensaios sobre a sexualidade. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1908-1909). Romances Familiares. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 9. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1913-1914). Totem e tabu e outros trabalhos. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1915). Os instintos e suas vicissitudes. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1919). O Estranho. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Ghirardi, M. L. A.M. (2008). *A Devolução de Crianças e Adolescentes Adotivos Sob a Ótica Psicanalítica: Reedição de Histórias de Abandono*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: IPUSP, Brasil.

Gotlib, N. B. (1985). *Teoria do conto*. São Paulo: Ática.

Héritier, F. (1989). *Masculino/Feminino; Parentesco; Incesto*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Herrmann, F. (1999). *O que é Psicanálise: para principiantes ou não...* . São Paulo: Psique.

_____. (2001). *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002 – 2003: Perfil das despesas no Brasil*. Rio de Janeiro.

_____. - IBGE (2008). Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476&id_pagina=1. Acesso em 02/08/2010.

Japiassu, H. (1976). *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago.

Kramer, S. (1992). *Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez.

Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Levi-Strauss, C. (1975). *Totemismo Hoje*. Petrópolis: Vozes.

Lowenkron, T.S. & Herrmann, F. (Org.). (2004). *Pesquisando com o Método Psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Marcílio, M. L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: DE FREITAS, M.C. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Mattos, A. (2007). *Era uma vez...* contos de Andersen e Grimm e outras histórias clássicas. Belo Horizonte : Leitura.

Merisse, A. (1997). *Lugares da infância : reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte & Ciência.

Muramatsu & Freitas. (2008). *O apadrinhamento afetivo*. SECOM – MT. Disponível em: <http://www.secom.mt.gov.br>). Acesso em: 09/08/2008.

Neto, F.O. & Pachá, A. (2008). *Cadastro Nacional de Adoção*. A Tribuna. Piracicaba. Disponível em: <http://www.tribunatp.com.br/modules/publisher/item.php?itemid=368>. Acesso em: 04/03/2009.

Oliveira, S. V. (2006). *O vivenciar da vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção*. Monografia de graduação. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, CE, Brasil.

Peres, A.P.A.B. (2006). *A adoção por homossexuais: fronteiras da família na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Renovar.

Portinari, C. (1955). *Mãe e Filho Morto*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/ppsitem/ppacervo/obrasCompl.asp?notacao=300&ind=15&NomeRS=rsObras&Modo=C>. Acesso em: 20/04/2010.

Presidência da República. Casa Civil. (2009). *Lei nº 12.010*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em: 10/10/2009

Queiroz, J. F. (2001). *Paternidade: aspectos jurídicos e técnicas de inseminação artificial*. Doutrina e Jurisprudência. Belo Horizonte: Del Rey.

Ribeiro, M.O. & Ciampone, M.H.T. (2002). *Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos*. Revista da Escola de Enfermagem da USP. (Vol. 36, n.4, Dez. p. 309-316). São Paulo.

Ribeiro, P. R. M. (2006). *História da saúde mental infantil: a criança brasileira da colônia à República Velha*. Psicologia em Estudo. (Vol. 11, n. 1, p. 29-38, jan./abr.) Maringá.

Rosa, D.B. (2008). *A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção*. Psicologia Clínica. (Vol. 20, nº 1, p. 97-110). Rio de Janeiro.

Rosa, M.D. (2004). *A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica*. Revista Mal-Estar e Subjetividade. (nº 2, vol. 4, p. 329-348, setembro). Fortaleza. Disponível em: http://www.unifor.br/joomla/joomla/images/pdfs/pdfs_notitia/184.pdf. Acesso em: 30/05/2009.

Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Schettini Filho, L. (2001). *Doce adoção: a essência*. Recife: Bagaço.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Silva, M. S.C. (2007). *A adoção por pares homossexuais*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

Suannes, C.A.M. (2008). *A sombra da mãe: um estudo psicanalítico sobre identificação feminina a partir de casos de Vara de Família*. Dissertação de Mestrado (Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <http://interfacepsijus.posterous.com/a-sombra-da-maeum-estudo-psicanalitico-sobre>. Acesso em: 05/02/2010.

Suassuna, H. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa: tipos de pesquisa e técnicas de investigação científica*. Universidade de Brasília. Disponível em <<<http://www.unb.br/>>> Acesso em: 24/05/2008.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: //http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/vij_outras.asp. Acesso em: 12/07/2009.

Vargas, M. M. (1998). *Da Família sonhada à Família possível*. In: Freire, F. (org.). (2001). *Abandono e adoção: contribuições para uma cultura da adoção*. Curitiba: Terra dos Homens: Vicentina.

Venâncio, R. P. (1999). *Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus.

Vieira, J. M. (2004). *Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas médias*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil.

Villela, J.B. (1979). *Desbiologização da Paternidade*. Revista da Faculdade de Direito [da] Universidade Federal de Minas Gerais.(nº 21, ano 27, p. 401-419, maio) Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/Desbiologizacao.pdf>. Acesso em: 20/04/2010.

Weber, L.N.D. (1999). *Aspectos Psicológicos da Adoção*. Curitiba: Juruá.

Ysatis, K. (2009). *Como escrever um conto: estrutura de um conto*. Disponível em: <http://www.raphaeldraccon.com/blog/?p=278>. Acesso em: 29/08/2010.

ANEXO I



Universidade Federal de Uberlândia
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 COMITÉ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP
 Avenida João Naves de Ávila, nº. 2160 - Bloco J - Campus Santa Mônica - Uberlândia-MG -
 CEP 38400-089 - FONE/FAX (34) 3239-4531/4173; e-mail: cep@propp.ufu.br;
www.comissoes.propp.ufu.br

ANÁLISE FINAL Nº. 762/08 DO COMITÉ DE ÉTICA EM PESQUISA PARA O PROTOCOLO REGISTRO CEP/UFU 388/08

Projeto Pesquisa: Devolução de crianças: implicações afetivas, profissionais e sociais.

Pesquisador Responsável: Anamaria Silva Neves

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, o CEP manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 196/96, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução 196/96/CNS, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Data para entrega do relatório final: março de 2010

SITUAÇÃO: PROTOCOLO DE PESQUISA APROVADO.

OBS: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

Uberlândia, 19 de dezembro de 2008.

Profa. Dra. Sandra Terezinha de Farias Furtado
 Coordenadora do CEP/UFU

Orientações ao pesquisador

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 - Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeriam ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.c). O prazo para entrega de relatório é de 120 dias após o término da execução prevista no cronograma do projeto, conforme norma.

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa Devolução de crianças: implicações afetivas, sociais e profissionais, sob a responsabilidade das pesquisadoras Shimênia Vieira de Oliveira e Anamaria Silva Neves.

Nesta pesquisa nós buscamos analisar a experiência de devolução de uma criança adotada, considerando os aspectos afetivos, sociais e profissionais pertinentes ao contexto de todo o processo de adoção e devolução dessa criança ao abrigo. Além disso, buscaremos observar como os profissionais envolvidos nesse processo vivenciaram essa experiência, investigar as significações elaboradas pela família adotiva e, relação à vivência de devolução da criança adotada e analisar as relações de familiaridade estabelecidas nessa experiência.

Na sua participação, você irá nos responder como foi sua experiência com o processo de adoção e devolução, ou seja, como foi para você vivenciar essa experiência.

Após a transcrição das gravações para a pesquisa, elas serão devidamente descartadas em local seguro sob responsabilidade das pesquisadoras.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e/ou ganho financeiro por participar da pesquisa.

Os riscos dizem respeito unicamente à questão do sigilo, que será garantido a todos os participantes.

Os benefícios serão a contribuição literária e estatística no tocante ao tema de devolução de crianças que foram adotadas, bem como a reflexão para minimizar as dificuldades, problemas e sofrimentos encontrados no processo.

Você é livre para parar de participar da pesquisa a qualquer momento sem que isso lhe acarrete prejuízo algum.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa você poderá entrar em contato com as pesquisadoras: Shimênia Vieira de Oliveira e Anamaria Silva Neves: Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 – Campus Umuarama – Bairro: Jardim Umuarama – Uberlândia – MG, CEP: 38400-902; Fone: 34-3218-2701.

CEP/UFU: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco J, Campus Santa Mônica – Uberlândia – MG, CEP: 38408-100, Fone: 34-3239-4531.

Uberlândia, ____ de _____ de 2009.

Assinatura das pesquisadoras

Eu aceito participar do projeto acima citado, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido (a)

Participante da pesquisa